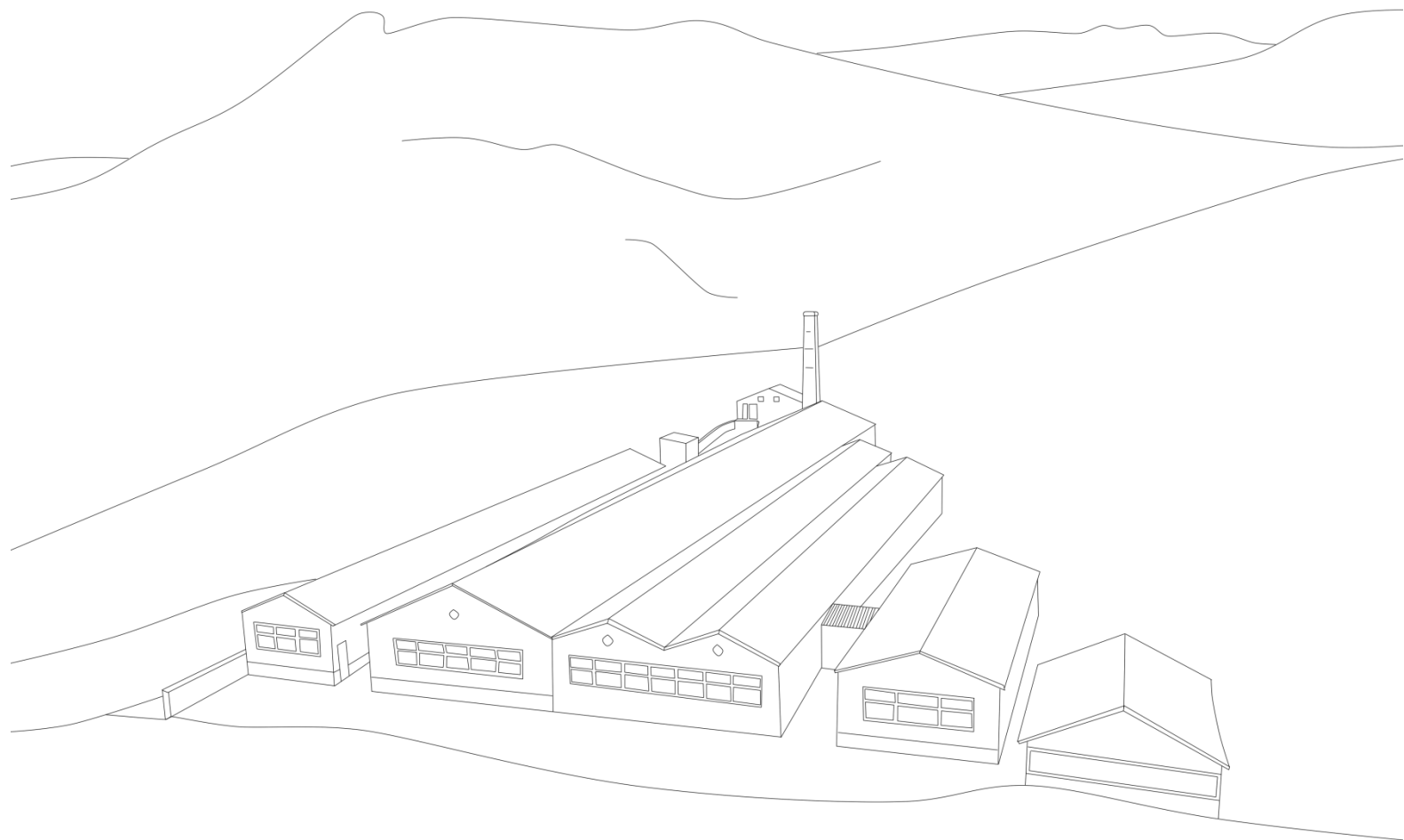


Kamila Brant de Araújo Maurício

DESAFIANDO O TEMPO:
ESTUDO DO CONJUNTO TOMBADO DA VILA DO BIRIBIRI EM DIAMANTINA



Belo Horizonte
Escola de Arquitetura da UFMG
2015

Kamila Brant de Araújo Maurício

DESAFIANDO O TEMPO:
ESTUDO DO CONJUNTO TOMBADO DA VILA DO BIRIBIRI EM DIAMANTINA

Dissertação apresentada ao curso de mestrado da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável.

Área de concentração: Bens Culturais, Tecnologia e Território.

Lista de pesquisa: Gestão do Patrimônio no Ambiente Construído.

Orientadora: Prof^a. Dra. Marieta Cardoso Maciel

Belo Horizonte
Escola de Arquitetura da UFMG
2015

FICHA CATALOGRÁFICA

M454d Maurício, Kamila Brant de Araújo.
Desafiando o tempo [manuscrito] : estudo do conjunto tombado da Vila do Biribiri em Diamantina / Kamila Brant de Araújo Maurício. - 2014.
179 f. : il.

Orientador: Marieta Cardoso Maciel.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura.

1. Patrimônio histórico – Proteção - Teses. 2. Patrimônio histórico - Preservação - Teses. 3. Diamantina (MG) - Teses. 4. Tombamento - Teses. I. Maciel, Marieta Cardoso. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Arquitetura. III. Título.

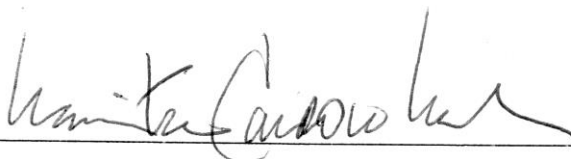
CDD 363.69

Kamila Brant de Araújo Maurício

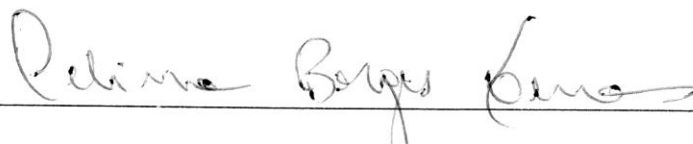
"DESAFIANDO O TEMPO: ESTUDO DO CONJUNTO TOMBADO DA VILA DO BIRIBIRI EM DIAMANTINA"

Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais

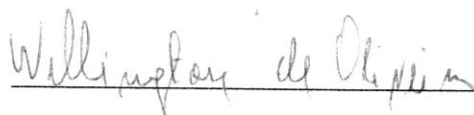
Comissão Examinadora:



Profa. Dra. Marieta Cardoso Maciel (EA/UFMG - orientadora)



Profa. Dra. Celina Borges Lemos (EA/UFMG)



Prof. Dr. Wellington de Oliveira (UFVJM)

Belo Horizonte, 28 de outubro de 2015

À minha mãe, por nunca desistir de mim com seu apoio incondicional.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, porque em todas as vezes que eu não acreditei, Ele colocou anjos em forma de amigos que me deram força e me fizeram lembrar que era necessário gostar dos projetos iniciados e termina-los. Este estudo foi realmente escrito a partir de varias iniciativas e não teria ocorrido se não fosse pelas amizades que eu trouxe comigo, as que pude cultivar durante a pós-graduação e ao companheirismo de minha mãe. A cada um de vocês que estiveram presentes nas variadas formas de apoio, muito obrigada!

À minha mãe, por ser sempre a melhor parte de mim, por não me deixar desistir quando eu me encontrava fraca, por aturar meu desespero e sofrer cada angustia comigo, por sempre me levantar quando o mundo me deixava cair. Você foi a “raiz” que me deu forma e sustento. Mãe, você é o melhor tema de monografia, dissertação, tese, pós doc. é o capitulo especial da minha vida, te amo!

À CAPES, pelo programa de fomento à pesquisa através da modalidade de auxílio por bolsa de estudos. À Professora Marieta Maciel pela orientação, paciência e por me auxiliar no famoso “fio condutor” (risos). Aos funcionários da biblioteca da arquitetura e as secretárias dos MACPS, Victoria e Vanice que, prontamente resolviam as nossas solicitações. Aos proprietários dos imóveis na vila do Biribiri, pelas conversas e disponibilidades das entrevistas.

A vida deu tantas voltas nos últimos anos e alguns anjos se destacaram neste caminho: Meu muito obrigado ao Bispo Dom João Bosco Oliver de Faria, pela graça da caridade, que creio, ele nem lembre mais, mas louvo e agradeço a Deus pela sua vida e por ter aparecido em um momento oportuno... Às amigas Railda e Ágata que seguraram minha mão quando cheguei a BH facilitando meu convívio na capital, serei eternamente grata... Ao meu tio Dilton por me oportunizar sempre em meus estudos... Às tias Cleide e Cleunice por me aturarem nas idas e vindas a BH (risos)... À Adriene minha eterna psicóloga e amiga a qual eu devo ter enlouquecido... Aos amigos e amigas, Fabrícia Costa, Luiz Fernando, Andrezza Nascimento, vocês foram fundamentais para a minha confiança durante a qualificação. Ao escritor e amigo Wander Conceição que esteve sempre pronto para auxiliar-me, em meus questionamentos. Aos professores Celina Borges, Nadja Murta e Ronaldo Rodrigues pelo companheirismo e auxilio nas duvidas... À Guilherme Soares que não mediu esforços pra estar do meu lado, lendo e procurando entender uma área que deve ter caído de paraquedas na vida dele (risos). À amiga Ana Angélica que sempre me esperou nos fim de semana para prosearmos em Diamantina. Vocês foram essenciais para a conclusão deste trabalho, não há palavras para agradecer.

À Família MUR (Em especial Diamantina e Belo Horizonte) porque sem vocês não teria graça... Eu saí de Diamantina, sem saber quais as pessoas encontraria na capital e o que iria fazer, mas Deus me providenciou bons amigos que nasceram pela fé. E teve oração, GOUs, Experiências de oração, risos, viagens, forró, partilhas, comidas, brincadeiras, confraternizações, formaturas, casamentos e por aí vai. Não vivi as loucuras que me contam sobre a famosa cidade grande, mas vivi as melhores alegrias com vocês e se não tivesse sido assim, não teria a mesma graça.

Foram muitos os anjos que surgiram no meio desses anos, mas prefiro não citar mais nomes para não ser injusta, afinal, minha cabeça nunca foi das melhores e quem me conhece sabe bem do que estou falando (risos). Cada um que apareceu em meu caminho foi pra colocar um sentido e facilitar a caminhada “Em cada rosto um SONHO de Amor”. A todos que eu pude conviver, eu compartilho a finalização deste estudo que é NOSSO.

Meu porto nunca foi seguro, mas entre as altas e baixas temporadas cada um tem um lindo lugar no barquinho do meu mar, sem vocês eu não conseguiria remar. Meu muito OBRIGADA.

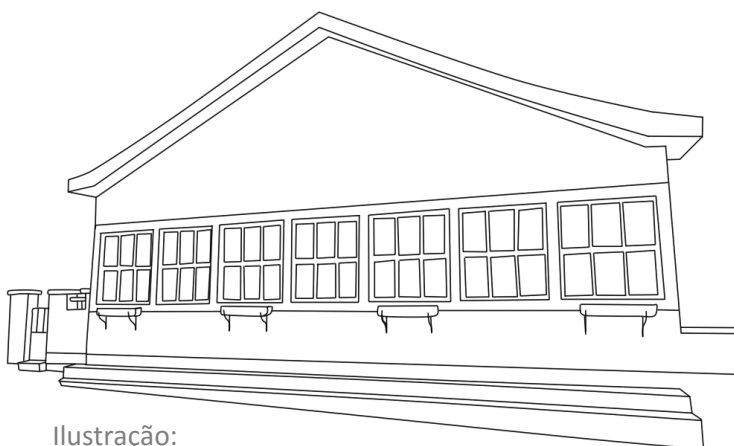


Ilustração:
Luan Igor de Araújo Monte

Vós passais tão distraídos, tende olhos e não vedes, há tesouros escondidos, nestes chãos, nestas paredes. Padre Celso de Carvalho (1913- 2000)

RESUMO

A pesquisa investiga a história e a situação atual do Conjunto Arquitetônico da Vila do Biribiri, bem como o seu ambiente, a proteção dos valores existentes no lugar, principalmente os valores sócio- econômicos e culturais, entre eles o turismo. Foi uma das primeiras comunidades fabris do estado de Minas Gerais funcionou de 1876 a 1973, e ainda mantém preservadas algumas edificações e a memória têxtil. A vila teve seu tombamento homologado em nível estadual como um Conjunto Arquitetônico e Paisagístico, pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais, IEPHA/MG no ano de 1998. A propriedade privada das edificações permitiu que ocorresse em 2013 a venda das casas de forma fracionada. Como medida de prevenção, foi elaborado pelo IEPHA um “Plano de Diretrizes de Preservação - conjunto arquitetônico e paisagístico de Biribiri”, no intuito de informar aos novos ocupantes da vila sobre políticas de preservação e de conservação do conjunto que edifica a vila de Biribiri. Este trabalho investiga não só a história da Vila como também as razões das suas transformações e relações funcionais, turísticas, culturais e econômicas. Utiliza como metodologia de pesquisa, a coleta de dados, históricos e atuais, análises e diagnósticos para entender o processo das transformações formais e funcionais na Vila. O estudo perpassou pela história da Fábrica, da cidade e do Parque, valendo-se de entrevistas com os atuais proprietários dos imóveis da vila do Biribiri, necessárias para a percepção dos moradores atuais da vila, da cidade, e para as atuações dos órgãos patrimoniais e de preservação. Durante o decorrer da pesquisa percebeu-se que a burocracia exigida tornou morosas as atuações e respostas dos órgãos patrimoniais. A maioria dos proprietários haviam iniciado as reformas dos imóveis, sem respeitar as normas e diretrizes do IEPHA, apresentando uma nova situação que dificultou ao instituto do patrimônio propor ações de base para efetiva atuação. Segundo o IEPHA “a divisão do conjunto em unidades independentes, nunca foi vislumbrada, dado tratar-se até então de um conjunto coeso, de propriedade única, que se encontra inserida em zona rural”, preocupação essa motivada pelos riscos de descaracterização da integridade do conjunto. Todos os proprietários entrevistados relataram ter interesse em manter as características arquitetônicas no espaço da vila, porém, iniciaram as restaurações precipitadamente, sem respaldo patrimonial legal, situação esta incomum de expansão imobiliária em área de tombamento patrimonial. Contudo o conjunto arquitetônico de Biribiri, por intermédio das ações naturais provocadas pelo desuso ao longo do tempo, estava em estado precário e a Estamparia S.A. relatou não ter condições de mantê-lo. Sendo esta uma situação de “mão dupla” de um lado a opinião dos proprietários que justificou as reformas como revitalização da vila, de outro, a possibilidade de descaracterização do conjunto e perda de valores intrínsecos ao tombamento. A proteção via tombamento revela-se insuficiente para as necessidades e problemas atuais, há muito que se avançar no pensamento patrimonial e na atuação dos órgãos gestores. Somos todos responsáveis pelo patrimônio cultural e por sua preservação para as gerações futuras

Palavras Chave: Diamantina (MG), Intervenção urbana, Patrimônio, Preservação, Vila do Biribiri

ABSTRACT

The research investigates the history and the current situation of the Architectural Complex of Biribiri Village, also the environment, the protection of the place values, especially socioeconomic and cultural values, from them, the tourism. It was one of the first manufacturing communities in Minas Gerais State and was active from 1876 to 1973, and some edifications and the textile memory are still preserved. The village had his survey homologated in state level by Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais, IEPHA/MG in 1998. The edifications private property allowed the houses sell to happen gradually in 2013. As a preventive measure, a plan of preservation guideline for the landscape architectural Biribiri was created by IEPHA in order to inform the new village occupants about preservation and conservation of the complex. This work investigates not only the village history but also the reasons of its transformations functional, touristic, cultural and economic relations. It uses as methodology: the research, historic and current data collection, analysis and diagnostics to understand the process of formal and functional transformations in the village. The study passed by the factory, the city and the park histories, using interviews with the current owners, what was necessary to the residents and the city perception and also to patrimonial and preservation body action. During the research, it was perceived that the necessary paperwork made the patrimonial organ actions and answers time-consuming. Most of the owners had begun the properties reform without respecting the IEPHA rules and guideline, presenting a new situation that made harder to the patrimonial institute propose effective actions. According to IEPHA, “the complex division in independent units has never been shimmered because of being, until then, a cohesive complex, of single property that is inside a countryside”, what is a worry motivated by the risks of desfigurement of the complex integrity. All the interviewed owners told they had the interest in keeping the architectural patrimony. However, they started the restoration before the time, without legal patrimonial support, what it not common in property expansion in patrimonial survey area. Nevertheless, the architectural complex of Biribiri, because of the natural actions caused by the disuse along the time, was in precarious situation and Estamparia S.A. related not having conditions of keeping it. In one hand, the owners opinion, that justified the reforms as a way to revitalize the village; in the other hand, the possibility of desfigurement of the complex and lost of its values of survey. The protections by survey are not enough for the necessities and current problems. There is a lot to advance about patrimonial thoughts and manager organ actions. We all are responsible for the cultural patrimony and for its preservations for future generations.

Key word: Diamantina (MG), Urban Intervention, Patrimony, Preservation, Biribiri Village.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Mapa da área de estudo - Diamantina, Parque e Vila do Biribiri	17
Figura 2- Esquema do conceito de cultura	23
Figura 3 - As dimensões da arqueologia Industrial	29
Figura 4 - Mapa de Diamantina	34
Figura 5 - Mapa dos Municípios limítrofes de Diamantina.....	35
Figura 6 – Mapa distritos de Diamantina	36
Figura 7 -Planta do Arraial do Tejuco 1784	39
Figura 8 – Mapa norte de Minas anos 1880	41
Figura 9 - Fotos do Centro histórico de Diamantina	47
Figura 10 - Conjunto Arquitetônico e Paisagístico de Biribiri.....	48
Figura 11 - Mapa de Diamantina com demonstrativo da área do Parque e Vila do Biribiri	50
Figura 12 - Acesso a Vila do Biribiri	51
Figura 13 - Mapa de Localização: Cidade de Diamantina e Parque Estadual do Biribiri.....	55
Figura 14 - Área do Parque Estadual do Biribiri	56
Figura 15 - Atrativo do Parque Estadual do Biribiri	57
Figura 16 - Infraestruturas do PEBI	58
Figura 17 - Acesso ao PEBI - Distância do Centro à Portaria de entrada	59
Figura 18 - Portaria do Parque e perímetro urbano	59
Figura 19 - Infraestrutura do PEBI.....	60
Figura 20 - Mapa de localização do PEBI e Vila - Antiga área da Estamparia.....	61
Figura 21 - Vila do Biribiri - foto aérea.....	63
Figura 22 - Galpões da Fábrica.....	63
Figura 23- Família Santos	64
Figura 24 - Interior da Fabrica de Biribiri em funcionamento	67
Figura 25 - Gravura do galpão de tecelagem original	67
Figura 26 - Imagem dos antigos galpões de tecelagem	67
Figura 27 - Igreja do Sagrado Coração em Biribiri	68
Figura 28 - Altar da Igreja do Sagrado Coração em Biribiri 1980	68
Figura 29 - Vila do Biribiri aérea – 1946	69
Figura 30 - Vila do Biribiri aérea - Sem data	69
Figura 31 - Recorte de Jornal - Biribiri a venda (1993)	70
Figura 32 - Gravação de a Hora e a vez de Augusto Matraga.....	71

Figura 33- Filmagens de “A dança dos bonecos”.....	71
Figura 34 - Desenho do espaço da Vila do Biribiri	72
Figura 35 - Perímetro de Tombamento no Dossiê.....	74
Figura 36 - Detalhes de residências sem reforma.....	75
Figura 37 - Faixa da Associação Vila do Biribiri	76
Figura 38 - Edificações da Vila do Biribiri	78
Figura 39 - Monumentos citados no questionário-Vila do Biribiri	103
Figura 40 - Igreja do Sagrado Coração (Edifício 7)	109
Figura 41 - Residências não reformadas ou sem uso- Vila do Biribiri.....	110
Figura 42 - Residências reformadas ou em processo de reforma - Vila do Biribiri.....	111
Figura 43 – Maquinários, Galpão e Usina Hidrelétrica da Fábrica de Biribiri	122
Figura 44 – Parte do acervo da Estamparia S.A.	123
Figura 45 - Monumentos tombados pela UNESCO no BRASIL.....	164
Figura 46 - Área tombada de Diamantina – IPHAN	165
Figura 47 - Monumentos tombados pelo IPHAN em Diamantina	166
Figura 48 - Estrutura do Sistema de Unidades de Conservação.....	168
Figura 49 - Mapa do Mosaico de Áreas protegidas Alto Jequitinhonha - Serra do Cabral....	170

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Fábricas têxteis de Diamantina (1908)	42
Tabela 2 - Caminhos da estrada de ferro mineiros até 1910	43
Tabela 3 - Critérios de II e IV da Convenção da UNESCO Diamantina	47
Tabela 4 – Caracterização dos proprietários da vila do Biribiri, segundo gênero, estado civil, faixa etária, grau de escolaridade, ocupação, cidade de origem e renda. Diamantina, MG. 2014.	98
Tabela 5 – Os proprietários <i>versus</i> valor patrimonial da vila do Biribiri, Diamantina, MG. 2014.	101
Tabela 6 - Aquisição, finalidade, estado dos imóveis e a relação com o patrimônio. Vila do Biribiri- Diamantina MG. 2014.	105
Tabela 7 - Projetos de intervenção no imóvel e restrições patrimoniais - Relação dos proprietários quanto às reformas. Diamantina, 2014.	112
Tabela 8 - A Associação Vila do Biribiri - Vila do Biribiri - Diamantina 2014	115
Tabela 9 - Conhecimentos sobre o Parque Estadual do Biribiri- Diamantina MG. 2014	117
Tabela 10 - Potencial Turístico - Diamantina MG. 2014	119

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Mapa População de Diamantina (MG): Rural e Urbano.....	36
Gráfico 2 - Produto Interno Bruto – Diamantina (Valor adicionado) 2010	45
Gráfico 3 - Número total de visitantes no PEBI.....	58

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APA	Área de Proteção Ambiental
APP	Área de Proteção Permanente
ARIE	Área de Relevante Interesse Ecológico
ADEPAL	Agencia de Desenvolvimento Passos da Liberdade
CIA	Companhia
CPC	Secretaria de Estado da Cultura
D	Dom
ESECI	Estação Ecológica
EMBRATUR	Empresa Brasileira de Turismo
FLONA	Floresta Nacional
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
IEPHA	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IEF	Instituto Estadual de Floresta
BAT	Biblioteca Antônio Torres
S.A	Sociedade Anônima
IBAMA	Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
ICOMO	Conselho Internacional de Monumentos e Sítios
MONAI	Monumento Natural
MG	Minas Gerais
MinC	Ministerio da Cultura
Nº	Numero
PARNA	Parque Nacional
PEBI	Parque Estadual do Biribiri

REFAU	Reserva de Fauna
UC	Unidades de Conservação
UNESCO	United Nation Educational, Scientific and Cultural Organization
REBIO	Reserva Biológica
RESEX	Reserva Extrativista
RVS	Refugio da Vida Silvestre
RDS	Reserva de Desenvolvimento Sustentável
RPPN	Reserva Particular do Patrimônio Natural
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
SPHAN	Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	16
2. CULTURA E PATRIMÔNIO: CONCEITOS	22
2.1 Cultura.....	22
2.2 Patrimônio	24
2.2.1 O Patrimônio Industrial	27
2.2.2 Patrimônio e Turismo.....	30
3. ASPECTOS HISTÓRICOS.....	34
3.1 Do diamante ao tecido: Diamantina:.....	34
3.1.1 Um bem cultural brasileiro.....	46
4 DETALHES SOBRE O LOCAL DE PESQUISA.....	49
4.1 O Parque e a vila do Biribiri uma relação dicotômica entre o espaço natural e o urbano	49
4.1.1 O Parque Estadual do Biribiri: uma unidade de conservação no entorno de uma Vila	53
4.2 Tecendo a história: A Fábrica de tecidos e a Vila de Biribiri.....	62
4.2.1 Por trás do tecido: o contexto social e econômico	68
5 A REUTILIZAÇÃO DA VILA DO BIRIBIRI: REFLEXÕES E DISCUSSÕES	77
5.1 Um conjunto tombado: Levantamento fotográfico das edificações.....	77
5.2 Análise das Entrevistas com os residentes na Vila do Biribiri: Um novo Paradigma	97
5.2.1 Um patrimônio vendido: diversos olhares sobre a Vila do Biribiri.....	98
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	126
REFERENCIAS	130
APÊNDICE A – Formulário para pesquisa de campo.....	137

APÊNDICE B – Respostas dos questionários Abertos	144
APÊNDICE C – Bens tombados em Diamantina, Minas Gerais	164
APÊNDICE D – Unidades de Conservação	168
APÊNDICE E – Perguntas e respostas realizadas ao IEPHA - BH.....	172
APÊNDICE F – Perguntas e respostas realizadas à Promotoria de Diamantina.	174
ANEXO A – Ata de Fundação da Associação Vila Biribiri.....	176
ANEXO B – Carta com Posicionamento da Estamparia SA.....	177

1. INTRODUÇÃO

A “Vila do Biribiri” é um vilarejo, construído em meio a uma paisagem bucólica com poucas edificações, localizado no município de Diamantina, Estado de Minas Gerais, há 15 km de distância da cidade sede. A fábrica de tecidos e a vila operária do Biribiri foram uma realização do bispo de Diamantina D. João Antônio dos Santos, no século XIX, em vista de gerar trabalho às moças que saíam do orfanato do Colégio Nossa Senhora das Dores. A fábrica teve um importante registro na história da indústria têxtil mineira, - principalmente em meados do século XIX – no contexto social vivido naquele período, pois foi uma das primeiras comunidades fabris do estado de Minas Gerais. As turbinas da hidrelétrica geradora da força motriz da fábrica de tecidos eram movidas pelo rio Biribiri, que ainda corre no fundo da vila.

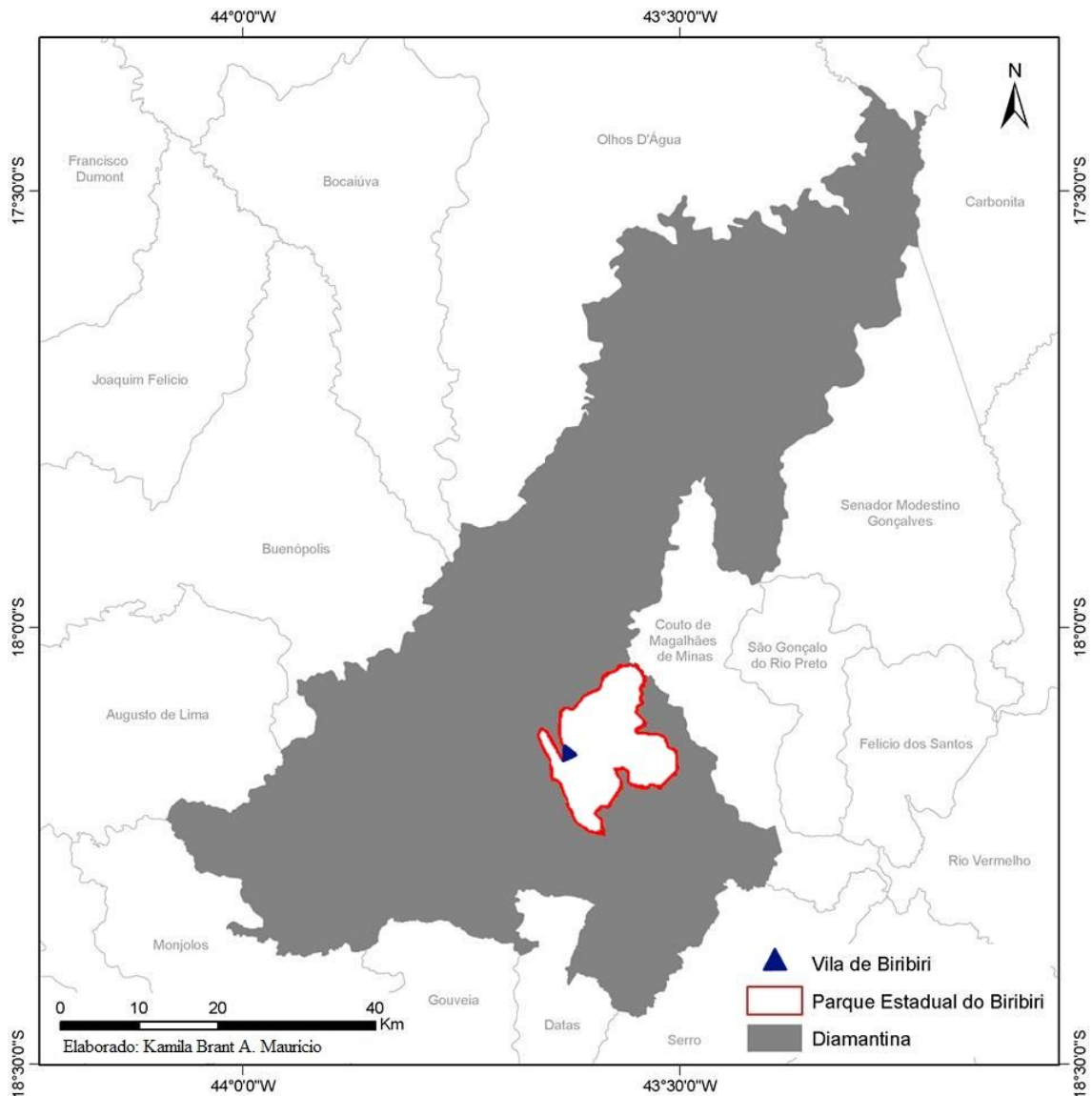
No ano de 1998, a vila teve seu tombamento homologado em nível estadual como Conjunto Arquitetônico e Paisagístico de Biribiri, na categoria “Conjunto paisagístico - Século XIX”, pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais, IEPHA/MG¹. A região possui várias nascentes e cursos d’água, situação que justificou a existência da fábrica e da vila operária.

A preservação dos valores ambientais e culturais tem sido uma tendência crescente na atualidade, razão esta para a criação do Parque Estadual do Biribiri – PEBI de proteção ambiental na região do Alto Jequitinhonha na Serra do Espinhaço no município de Diamantina. A vila de Biribiri tem, então, no seu entorno o parque estadual, que é uma unidade de conservação de proteção integral, seu acesso se dá através dele, possui, pois, uma localização singular.

A Vila do Biribiri teve como últimos compradores a “Fábrica de Tecidos da Estamparia S.A”, da família Mascarenhas, com matriz em Contagem, Minas Gerais. Na década de 1970, chegaram ao fim às atividades fabris e a vila permaneceu estagnada no tempo, apenas com alguns poucos funcionários para manutenção do local, fato que lhe rendeu o nome de “cidade fantasma”, criado pela população diamantinense.

¹ Tombamento homologado no ano de 1998, processo número 1368-T-96 pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais, IEPHA/MG.

Figura 1 - Mapa da área de estudo - Diamantina, Parque e Vila do Biribiri



Fonte: Elaboração Própria 2014.

O acesso à vila sempre ocorreu de forma gratuita mesmo se tratando de uma propriedade privada; sua proximidade com o parque, o contexto histórico, as paisagens cênicas e o conjunto arquitetônico sempre atraíram a visitação turística mesmo que praticada em pequeno fluxo.

‘Possuí atualmente aproximadas 38 edificações dentre: residências, comércios, igreja, galpões da fabrica, etc. Nos últimos anos alguns casarios eram alugados para os visitantes e o cuidado deles ficava a cargo de poucos funcionários que permaneceram no local com o intuito de manter a integridade do espaço. A vila chegou a ser conhecida como “cidade fantasma”.

O conjunto arquitetônico da Vila, por intermédio das ações naturais, provocadas pelo desuso ao longo do tempo, chegou a ter residências em estado precário, inclusive perdas de imóveis. No ano de 2013 as residências foram colocadas à venda, preocupação que passou a existir com o futuro de toda sua área física. Esta notícia movimentou as redes sociais e jornais, como também os órgãos patrimoniais e de proteção ambiental. O estado de abandono e as atuais aquisições pelos novos moradores geraram alguns questionamentos que serviram de base para o estudo aqui apresentado.

A escolha da reutilização do conjunto da Vila do Biribiri é o objeto do estudo, de uma diamantinense, que constatou uma situação diferenciada em relação a aquisição das edificações existentes na vila e viu neste estudo a possibilidade de procurar respostas para questões como, a importância histórica do vilarejo tombado, a chegada dos moradores, a proximidade com o parque estadual, o turismo local e as propostas para o futuro do espaço em questão.

Os novos usos dos espaços da Vila do Biribiri, juntamente com a preocupação cultural, ambiental e turística, constituem o problema desta investigação, razão para algumas perguntas que serviram de suporte e hipóteses para o desenvolvimento da pesquisa, tais como:

- Os atuais proprietários, ao adquirir o imóvel tiveram conhecimento prévio do valor patrimonial e cultural da Vila?
- A diversificação de usos manterá a integridade histórica e a autenticidade das edificações como conjunto?
- Poderá ser desenvolvida a atividade turística de forma equilibrada, entre a cidade, a vila e o parque?
- Quais as pretensões futuras dos moradores?

Considerando a importância histórica e patrimonial da região, bem como a complexidade e as implicações nas dinâmicas sociais, a presente pesquisa teve o objetivo de caracterizar a situação atual da área e entender as relações sociais de produção e utilização do espaço patrimonial da Vila do Biribiri, como também as contradições no que diz respeito à conservação do patrimônio. Realizaram-se reflexões em relação às intenções de manutenção da área, da memória, e da história local.

Neste sentido o presente estudo buscou a comprovação das hipóteses acima descritas, através de diferentes metodologias. A pesquisa teve abordagem qualitativa e seu objetivo foi de caráter descritivo-exploratório, em que o “objetivo primordial é a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis. [...]” (GIL, 1991, p. 46).

Na pesquisa qualitativa o princípio não é a quantidade ou números, mas a informação coletada pelo pesquisador, possibilitando interpretar os processos vividos individualmente ou por grupos. Usam-se técnicas de coletas de dados, como entrevistas, registros de observações, documentos escritos (pessoais e oficiais), fotografias, filmagens etc. (SILVA, 2002, p. 58).

Godoy (1995) apresenta um conjunto de características que identificam esse tipo de pesquisa, a saber: (1) O ambiente natural como fonte direta de dados e o pesquisador como instrumento fundamental; (2) O caráter descritivo; (3) O significado que as pessoas dão às coisas e a sua vida como preocupação do investigador; (4) o enfoque indutivo.

A proposta metodológica baseou-se em um estudo de caso, procurando entender a problematização do objeto analisado. Martins e Lintz (2000) definem o estudo de caso como:

[...] uma unidade que se analisa profunda e intensamente. Considera a unidade social estudada em sua totalidade, seja um indivíduo, uma família, uma instituição, uma empresa, ou uma comunidade, com o objetivo de compreendê-los em seus próprios termos. (MARTINS E LINTZ, 2000)

A possibilidade de obter informações a partir de múltiplas fontes é uma das características do estudo de caso, são enumerdos quatro características deste método, a saber:

1. Particularismo: o estudo se concentra em uma situação, acontecimento, programa ou fenômeno particular, proporcionando assim uma excelente via de análise prática de problemas da vida real;
2. Descrição: o resultado final consiste na descrição detalhada de um assunto submetido a indagação;
3. Explicação: o estudo de caso ajuda a compreender aquilo que se submete à análise, formando parte de seus objetivos a obtenção de novas interpretações e perspectivas, assim como o descobrimento de novos significados e visões antes despercebidas;
4. Indução: a maioria dos estudos de caso utiliza o raciocínio indutivo segundo o qual os princípios e generalizações emergem da análise dos dados particulares. Em muitas

ocasiões, mais que verificar hipóteses formuladas, o estudo de caso pretende descobrir novas relações entre elementos. (MERRIAM, 1999 apud DUARTE, 2005, p. 217).

Para compreensão da situação da vila do Biribiri e a estrutura do problema de estudo, primeiramente realizou-se pesquisa bibliográfica, condizente em fontes diversificadas como:

- Pesquisa documental em instituições públicas estaduais, municipais e federais como o IEPHA, da Polícia do Meio Ambiente, a Biblioteca Antônio Torres; e arquivos particulares da Estamparia S.A., Mitra Arquidiocesana de Diamantina, e a documentos da Associação Vila do Biribiri.

A pesquisa de campo teve como base a observação direta que é útil para fornecer informações adicionais sobre o objeto de estudo. (YIN, 2001). Incluem as visitas de campo, observações de reuniões e locais de trabalho, fotografias das áreas, convivência informal e formal com os moradores da vila, dentre outras atividades.

A entrevista é uma das mais importantes fontes de informação para um estudo de caso, permite identificar as diferentes maneiras de perceber e descrever os fenômenos estudados (LAKATOS; MARCONI, 1991; YIN, 2001). No intuito de compreender o objeto de estudo, realizar análises, discussões e propor ações, realizaram-se 28 entrevistas semiestruturadas na forma presencial e eletrônica, tendo como público alvo os 31 compradores dos imóveis, dos quais três não responderam.

A Vila tem passado por diferentes cenários resultantes de questões socioeconômicas e culturais, que justificam análise e diagnóstico entre passado, presente e futuro para sua permanência.

O trabalho é dividido em cinco capítulos, a saber: A introdução traz a apresentação do estudo. O segundo capítulo realiza uma abordagem sobre o conceito de cultura, patrimônio, patrimônio industrial e turismo, observando que o conceito de patrimônio está em constante evolução. Assim, procura aproximar a Vila do Biribiri e interpretar as suas transformações no tempo e no espaço e a importância da manutenção do patrimônio local e da memória.

O terceiro trata da história da cidade de Diamantina, relata as adaptações resultantes nas atividades de trabalho e nos processos de mudanças culturais, aborda seu espaço industrial e de desenvolvimento socioeconômico, dentre eles, o período em que a fábrica têxtil do Biribiri

teve grande importância para o estado de Minas. Atualmente, para a geração de renda local, predomina o setor de serviços, subdivididos nas áreas de educação, saúde e turismo.

O quarto capítulo contextualiza de forma histórica e social a área do parque e da vila do Biribiri. Em um primeiro momento, apresenta a dicotomia entre o ambiental e o urbano, ou seja, o conjunto arquitetônico de Biribiri, tombado pelo IEPHA, e o Parque Estadual do Biribiri reconhecido pelo IEF, ambos se confrontam de forma vizinha e possuem a mesma estrada de acesso. Devido a esta proximidade, a demanda de públicos deve ser pensada de forma coletiva, para proporcionar um aproveitamento adequado dessas áreas associando o planejamento urbano e o planejamento ambiental. Posteriormente adentra no contexto da vila do Biribiri apresentando a organização do processo fabril e social.

O quinto capítulo, trás a observação de campo e as entrevistas com os proprietários dos imóveis da vila do Biribiri, apresenta a análise e interpretação dos dados. Tendo em vista a reapropriação do espaço tombado da Vila do Biribiri, destaca que o conjunto tombado tornou-se uma situação de “mão dupla”, onde, por um lado, os proprietários justificaram as reformas como a revitalização da vila e a salvaguarda do patrimônio, mas por outro, houve a falta de diálogo com os órgãos patrimoniais e a possibilidade de descaracterização do conjunto e perda de valores intrínsecos ao tombamento.

Não há como prever o que realmente vá acontecer com o conjunto arquitetônico e paisagístico de Biribiri futuramente. Este estudo apresenta-se como uma iniciativa para se repensarem as possíveis utilizações dos espaços patrimoniais, sem se perder a finalidade ao qual foram criados, constituindo uma identidade própria que dê resposta e respaldo à manutenção dos patrimônios existentes no tempo contemporâneo, respondendo às demandas de uso hoje e para as futuras gerações.

2. CULTURA E PATRIMÔNIO: CONCEITOS

Aborda o conceito de cultura, patrimônio, e turismo no intuito de refletir as perspectivas possíveis para o amanhã, embasando assim as discussões e as reflexões sobre a Vila do Biribiri.

Preservar é manter vivo as ‘histórias’ dos nossos antepassados.” (Entrevistado 24)

2.1 Cultura

Salvaguardar e manter o patrimônio cultural são preocupações da atualidade, mas essa realidade tem demandado longas trajetórias de estudo de conhecimento e reconhecimento dos bens de um povo. De acordo com Fiorillo (2009. p. 22) “o bem que compõe o chamado patrimônio cultural traduz a história de um povo, a sua formação, cultura e, portanto, os próprios elementos identificadores de sua cidadania, que constitui o princípio fundamental norteador da República Federativa do Brasil”.

O conceito de cultura está em constante evolução e por isso não possui um significado definitivo, mas apresenta a união de aspectos sociais, tanto nos quesitos materiais como nos imateriais. Seu significado e os elementos que o envolvem podem ser interpretados de diversificadas formas ou expressões que variam de acordo com a cultura de um povo e sua região.

A Constituição Federal de 1988 apresenta várias inovações em relação às constituições anteriores. Possui a Seção II dedicada à Cultura, e os artigos 215 e 216², apresentam uma preocupação com a garantia de se manterem ou se preservarem as mais variadas expressões culturais, sendo dever do Estado zelar pela diversidade cultural, garantindo o direito à liberdade de expressão a todos os cidadãos. Ampliou a noção de patrimônio cultural ao reconhecer os bens culturais de natureza material e imaterial. No § 1º, além do tombamento (do Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937), outras formas de promoção e preservação também são apresentadas como o registro, inventário, vigilância e desapropriação.

² Anexo I – Apresenta parte da Constituição Federal - a Seção II - da cultura, que trás o artigo 215 e 216.

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

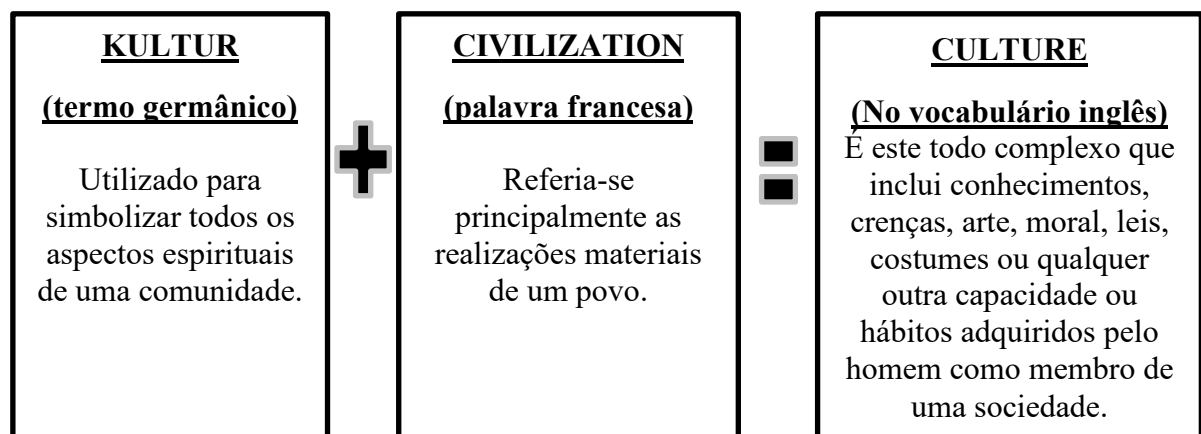
(BRASIL. Art. 216 da Constituição Federal de 1988)

Laraia (2009 p.25-26) considera que a idéia de cultura tem se tornando cada vez mais relevante. De acordo com a autora:

(...) uma ideia de cultura, com efeito, estava ganhando consistência talvez mesmo antes de John Locke (1632-1704) que, em 1690, ao escrever *Ensaio acerca do entendimento humano*, procurou demonstrar que a mente humana não é mais do que uma caixa vazia por ocasião do nascimento, dotada apenas de capacidade ilimitada de obter conhecimento, através de um processo que hoje chamamos de endoculturação.

A endoculturação ou enculturação é um processo cultural no qual os indivíduos aprendem na sociedade em que nascem e, posteriormente, adquirem novos processos sociais ao vivenciarem outros grupos sociais ou realidades (ASSIS; NEPOMUCENO, 2008, p.3). O conceito de cultura com as concepções atuais foi apresentado a partir de uma forma de síntese elaborada por Edward Tylor no século XVIII - XIX, resultando do termo germânico *Kultur* com a palavra francesa *Civilization*. (LARAIA, 2009. p.25)

Figura 2- Esquema do conceito de cultura



FONTE: Esquema de autoria própria, elaborado a partir de (LARAIA, 2009. p.25)

De acordo com Santos (1996, p.6) a cultura é uma forma de entender as relações presentes e futuras dos grupos humanos e os diferentes modos de organizar a vida social, “[...] não se pode dizer que ela exista em alguns conceitos e não em outros”. (SANTOS, 1996, p.44). Outro conceito de cultura é apresentado no “Dicionário Crítico de Políticas Culturais” por Coelho (1997, p.102):

Em sua conceituação mais ampla, cultura remete a ideia de uma forma que caracteriza o modo de vida de uma comunidade em seu aspecto global, totalizante. Num sentido mais estrito, como anota Raymond Williams, cultura designa o processo de cultivo da mente nos termos da terminologia moderna e cientificista ou do espírito para adotar um ângulo mais tradicional. Sob esse aspecto o termo aponta para: 1. Um estado mental ou espiritual desenvolvido, como na expressão “pessoa de cultura”; 2. O processo que conduz a esse estado, de que são parte as práticas culturais genericamente consideradas; 3. Os instrumentos (ou os media) desse processo, como cada uma das artes e outros veículos que expressam ou conformam um estado de espírito ou comportamento coletivo.

O conceito de cultura se expandiu consideravelmente nos últimos tempos e o mesmo tem ocorrido com o termo patrimônio. Estes conceitos estão diretamente inter-relacionados. Apresentam um caráter interdisciplinar comunicando-se com diversas áreas como turismo, história, sociologia, arquitetura etc. o que tem suscitado novos estudos. O desenvolvimento e o enriquecimento da cultura de um povo, estão muitas vezes relacionados a manutenção da preservação do patrimônio cultural.

2.2 Patrimônio

O termo patrimônio pode ser interpretado originalmente como: o bem que vem do pai e da mãe, herança comum, o que é repassado de geração a geração. De acordo com Choay (2006, p.11) “estava, na origem, ligada às estruturas familiares, econômicas e jurídicas de uma sociedade estável, enraizada no espaço e no tempo. Requalificada por diversos adjetivos (genético, natural, histórico, etc.) [...], ela segue hoje uma trajetória diferente e retumbante”. A conceituação patrimonial tem se expandido de forma global.

O Brasil passou a apresentar oficialmente preocupação com o patrimônio através do Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, com legislação aplicada até os dias de hoje, que organiza a ‘proteção do patrimônio histórico e artístico nacional’.

Art. 1º Constitue o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.

Este decreto criou o Instrumento de Tombo, onde se consideram parte integrante do patrimônio os bens inscritos e classificados segundo sua natureza. São quatro os Livros do Tombo: 1) Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico; 2) Livro do Tombo Histórico, 3) Livro do Tombo das Belas Artes; 4) Livro das Artes Aplicadas.

Tombamento é o reconhecimento de um bem, de valor histórico, cultural, arquitetônico, ambiental e/ou simbólico para uma comunidade, protegendo-o de descaracterização ou de destruição através da aplicação de legislação específica. Finalizado o processo de Tombamento, o bem é inscrito no Livro de Tombo.³

No Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico são inscritos os bens “pertencentes às categorias de arte arqueológica, etnográfica, ameríndia e popular” e os “monumentos naturais, bem como os sítios e paisagens que importem conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza ou agenciados pela indústria humana”. No livro do Tombo Histórico se inserem “as coisas de interesse histórico e as obras de arte histórica”. No livro do Tombo das Belas Artes inscrevem-se “as coisas de arte erudita, nacional ou estrangeira”. O quarto Livro do Tombo refere-se às Artes Aplicadas, consideradas “as obras que se incluírem na categoria das artes aplicadas, nacionais ou estrangeiras”.

Essa legislação abrange a preservação ambiental, urbana, rural, das paisagens culturais, do patrimônio material e imaterial. Quando o bem é tombado podem-se aplicar medidas punitivas para quem desrespeitá-lo, de forma a protegê-lo de qualquer destruição ou descaracterização.

O Tombamento pode ser feito pela União, através do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, pelo Governo Estadual, através da Secretaria de Estado da Cultura - CPC, ou pelas administrações municipais que dispuserem de leis específicas. O tombamento também pode ocorrer em escala mundial, reconhecendo algo como Patrimônio da Humanidade, o que é feito pelo ICOMOS/UNESCO.⁴

Como apresentado anteriormente a Constituição Federal de 1988 amplia a noção de patrimônio cultural de forma material e imaterial. A responsabilidade de se preservar o patrimônio no âmbito nacional, cabe ao Instituto do Patrimônio Histórico Artístico e

³TOMBAMENTO.

Disponível

em:

http://www2.secult.ce.gov.br/patrimonio_cultural/patrimonio_material/tombamento.asp Acesso em dezembro de 2014.

⁴ Informação disponível em Tombamentos-Conceitos <http://www.patrimoniocultural.pr.gov.br/> acessada em 10 de agosto de 2014.

Nacional, IPHAN, criado no ano de 1938, e vinculado ao Ministério da Cultura (MinC), cuja missão é identificar, proteger, restaurar, documentar, preservar, divulgar e fiscalizar os bens culturais brasileiros, visando assegurar a permanência e usufruto desses bens para a atual e as futuras gerações.⁵

Em nível estadual, no estado de Minas Gerais quem responde é o Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – IEPHA/MG, criado no ano de 1971 que, “tem por finalidade, pesquisar, proteger os patrimônios cultural, histórico, natural e científico, de natureza material ou imaterial, de interesse de preservação no Estado de Minas Gerais, nos termos da legislação estadual que dispõe sobre a matéria”.⁶

A falta de incentivos públicos, privados e a morosidade demonstram que o processo de tombamento, nem sempre garante a manutenção do patrimônio. Diversas mudanças voltadas para o pensamento patrimonial têm ocorrido nos últimos anos. Segundo Choay (2006, p.13), “o próprio século XX forçou as portas do domínio patrimonial”. As discussões acerca do patrimônio têm ganhado atenção nos últimos anos em diversas áreas de estudo, caminhando pela interdisciplinaridade tem-se tornado uma preocupação do mundo moderno.

A preservação do patrimônio, o planejamento do território e a preservação ambiental são alguns dos exemplos da comunicação do patrimônio com outros campos do conhecimento, incorporam a ideia da cultura e o ambiente construído no século XX. (CASTRIOTA, 2009, p.13)

Castriota (2009, p.11) considera que “entramos no século XXI com o patrimônio ocupando um papel central na reflexão não só sobre cultura, mas também nas abordagens que hoje se fazem presentes e do futuro das cidades do planejamento urbano e do próprio meio-ambiente”. Surgiu um campo de rápida expansão e mudança, denominado por alguns estudiosos como “inflamação patrimonial” devido ao avanço da globalização, as ameaças das diferenças regionais e as tradições.

Um dos exemplos da expansão do termo patrimônio nas últimas décadas é a recente compreensão do patrimônio imaterial, que reconhece as formas de expressão; os modos de

⁵MISSÃO: Promover e coordenar o processo de preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro para fortalecer identidades, garantir o direito à memória e contribuir para o desenvolvimento socioeconômico do país. (IPHAN. Relatório de Gestão 2011. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=2119>. Acesso em 10 de setembro de 2014.

⁶IEPHA/MG. Disponível em: <http://www.iepha.mg.gov.br/institucional> .Acesso em 11 de setembro de 2014.

criar, fazer e viver; as inovações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. Observe-se afirmativa de Simão:

O papel da preservação do patrimônio cultural nacional extrapola, hoje, os limites da história e da memória, uma vez que começa a cumprir, um papel econômico e social. Assim, pesquisar sobre a preservação cultural e compreendê-la implica em desvendar não somente as características culturais mas, sobretudo, em avaliar a possibilidades de ampliar o leque de atividades econômicas dos núcleos urbanos possuidores de acervo cultural. (SIMÃO, 2001. p.17)

A ampliação do conceito de Patrimônio tem tentado aproximar os elementos relevantes, história, cultura, memórias, aos saberes e fazeres dos lugares. A comunicação entre os campos de estudo é uma das formas de resposta da dimensão deste conceito. São inclusos novos parâmetros à materialidade e imaterialidade patrimonial que agregam importância às relações e sensações vividas de um grupo social. Chuva (2012. p.12) afirma que:

Nenhuma disciplina tem condições de assumir, na sua totalidade, as discussões sobre a preservação cultural, tampouco a formação de profissionais para atuarem nessa seara. Contudo, a importância da contribuição de cada disciplina nesse universo inter e multidisciplinar é, justamente, o que ela põe em diálogo graças à sua singularidade.

O significado do termo patrimônio como um fator de memória das sociedades pode variar de acordo com as classificações, diferenças sociais, culturais, períodos históricos, circunstâncias, novas descobertas, reconhecimentos, entre outros diversos fatores, mas em um sentido amplo acredita-se que “preservar o patrimônio é garantir que a sociedade tenha maiores oportunidades de perceber a si própria” (RODRIGUES, 2002, p.17); desta forma nos últimos anos tem emergido com mais intensidade as novas maneiras de ‘pensar’ e conceituar este termo.

2.2.1 O Patrimônio Industrial

O conceito de patrimônio histórico até meados do século XX transmitia muitas vezes o caráter monumental, inerente a igrejas, palácios, construções de elites, museus, etc. A ampliação deste conceito aborda a esfera sociocultural e tem-se entrelaçado com outras áreas de estudos e interesses. Um exemplo é o reconhecimento de bens como patrimônio industrial, que

“requer, um olhar capaz de transpor o lacre dos valores estético-históricos, de perpassar os valores científicos, tecnológicos e cognitivos e remontar a memória da vida cotidiana, do trabalho e do trabalhador (...)” (FIGUEIREDO, 2014. p.109).

Novas proposições são apresentadas por Choay (2006. p. 16) nas quais os monumentos tornam-se testemunhos reveladores da história, através dos modos como foram construídos, dispostos, utilizados a fim de proteger o patrimônio; segundo a autora supracitada:

(...) Nesse sentido primeiro, chamar-se-á monumento tudo o que for edificado por uma comunidade de indivíduos para rememorar ou fazer que outras gerações de pessoa rememorem acontecimentos, sacrifícios, ritos ou crenças. (...) Mas esse passado invocado, convocado, de certa forma, encantado, não é um passado qualquer: ele é localizado e selecionado para fins vitais, na medida em que pode, de forma direta, contribuir para manter, e apresentar a identidade de uma comunidade étnica ou religiosa, ou nacional, tribal ou familiar. (...) O monumento assegura, acalma, tranquiliza, conjurando o ser do tempo. Ele constitui uma garantia das origens e dissipa a inquietação gerada pela incerteza dos começos. Desafio a entropia, à ação dissolvente que o tempo exerce sobre todas as coisas naturais e artificiais, ele tenta combater a angústia da morte e do aniquilamento. (CHOAY, 2006, p. 17-18)

No Brasil o reconhecimento de monumentos ocorreu tardiamente, tendo grande base teórica através dos intelectuais modernistas. A memória tornava-se correlata à própria história através da preservação dos monumentos que se firmavam no tempo. Uma das mais importantes estratégias utilizadas pelo SPHAN foi a criação de um Conselho Consultivo que determinava o tombamento e a respectiva inscrição dos bens nos livros do Tombo e, portanto, sua nomeação oficial como monumento. (CHOAY, 2006)

Nesse sentido o conceito de Patrimônio Industrial, remonta aos anos 50 do século XX na Inglaterra. Após os desmoronamentos provocados pela segunda guerra mundial as sensações de desapropriação ocorrida pela destruição de monumentos, provocaram um alerta na sociedade inglesa. Foi necessário compreender que não eram só cimento e tijolos naqueles imóveis, mas obras e artes que representavam a história, a memória, os fazeres.

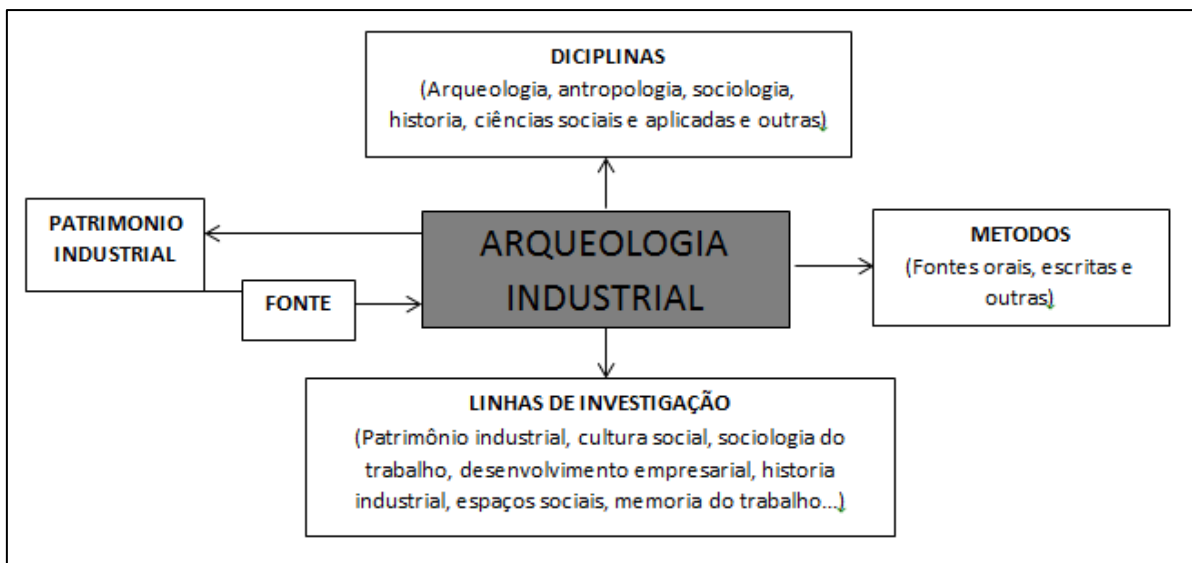
A Carta de Nizhny Tagil conceitua o patrimônio industrial como:

(...) compreende os vestígios da cultura industrial que possuem valor histórico, tecnológico, social, arquitetônico ou científico. Estes vestígios englobam edifícios e maquinaria, oficinas, fábricas, minas e locais de processamento e de refinação, entrepostos e armazéns, centros de produção, transmissão e utilização de energia, meios de transporte e todas as suas estruturas e infraestruturas, assim como os locais onde se desenvolveram atividades sociais relacionadas com a indústria, tais como

habitações, locais de culto ou de educação. (TICCIH. CARTA DE NIZHNY TAGIL 2003)⁷

Segundo Rodrigues da Silva (2009) “(...) o patrimônio industrial se constitui em uma das fontes de análise da arqueologia industrial, sendo que esta última tem como métodos e disciplinas adotados para seu desenvolvimento: a história, a antropologia, a arqueologia, a geografia, as ciências sociais aplicadas, dentre outras”.

Figura 3 - As dimensões da arqueologia Industrial



Fonte: RODRIGUES DA SILVA (2009. p. 10 apud SANTACREU SOLER, 1992)

De acordo com Ferreira (2009. p.1) “a noção de patrimônio industrial nos remete à idéia de uma inversão de funções e sentidos: o que antes era um lugar de trabalho se transforma em um lugar de memória”, assim lugares de trabalho, forma de fazer, pessoas e maquinas muitas vezes entrecruzam. Observe-se afirmativa de Figueiredo:

Preservar considerando a composição constante dos significados, identidades e tradições; considerando o patrimônio como recurso ao desenvolvimento; e, simultaneamente, construindo o patrimônio em seu sentido social, de cidadania e promovendo a qualidade de vida ara um futuro em que se almeja a equidade, o direito à memória e à diversidade cultural, dentro de uma estratégia interdisciplinar e interinstitucional, colocam-se como os principais desafios daquilo que se designa por “sustentabilidade” no âmbito das políticas de patrimônio. (FIGUEIREDO, 2014. p.1)

⁷ CARTA DE NIZHNY TAGIL SOBRE O PATRIMÓNIO INDUSTRIAL. O TICCIH –. O texto desta Carta sobre o Patrimônio Industrial foi aprovado pelos delegados reunidos na Assembleia Geral do TICCIH, de caráter trienal, que se realizou em Nizhny Tagil em 17 de Julho de 2003, o qual foi posteriormente apresentado ao ICOMOS para ratificação e eventual aprovação definitiva pela UNESCO.

Um exemplo de memória industrial que estava em situação de obsolescência é o conjunto arquitetônico de Biribiri que é composto atualmente por 38 edificações, sendo 33 residências, comércios, igreja e a fábrica de tecidos. Esse conjunto está sendo modificado gradativamente, colocando em risco, por meio de variadas perdas, a história industrial de Minas Gerais. É certo que o patrimônio não está “estagnado no tempo”, mas as utilidades que serão dadas a cada área da vila, devem ser realizadas de forma a valorizar a memória ali existente, pois

Memória é a imagem viva de tempos passados ou presentes. Os bens, que constituem os elementos formadores do patrimônio, são ícones repositórios da memória, permitindo que o passado interaja com o presente, transmitindo conhecimento e formando a identidade de um povo. (GHIRARDELLO E SPISSO, 2008, p.13)

A Carta de Nizhny Tagil (2003) salienta que “[...] as novas utilizações devem respeitar o material específico e os esquemas originais de circulação e de produção, sendo tanto quanto possível compatíveis com a sua anterior utilização. É recomendável uma adaptação que evoque a sua antiga atividade”. Neste contexto a referida Carta ressalta ainda que:

4. III. Os sítios mais importantes devem ser integralmente protegidos e não deve ser autorizada nenhuma intervenção que comprometa a sua integridade histórica ou a autenticidade da sua construção. A adaptação coerente, assim como a reutilização, podem constituir formas apropriadas e econômicas de assegurar a sobrevivência de edifícios industriais, e devem ser encorajadas mediante controles legais apropriados, conselhos técnicos, subvenções e incentivos fiscais. É evidente, portanto, a importância que o reuso do patrimônio industrial assume em vista da sua preservação; contudo, para tal fim é necessário compreender e considerar os seus valores históricos e estéticos, escolhendo funções que possam ser compatíveis com a utilização originária.

Cada universo industrial tem sua particularidade, são vestígios, equipamentos, edifícios, documentos, produtos, história, símbolos e vestígios que as memórias preservaram e, dessa forma há herança dos fazeres sociais, dentre outras fontes em que o patrimônio está presente.

2.2.2 Patrimônio e Turismo

A trajetória do turismo teve início há milhares de anos, quando na antiga Grécia as pessoas viajavam para ver os jogos olímpicos (BARRETO, 2003). Contudo, o grande marco do turismo foi em 1841, quando Tomas Cook, no intuito de combater o alcoolismo, organizou

uma viagem de trem e levou 570 pessoas a um encontro em Loughborough na Inglaterra. A partir de então, percebeu-se que havia um interesse para deslocamentos dessa natureza, facilitado pela sustentação oferecida pelas ferrovias. Assim, o turismo tornou-se uma atividade cada vez mais planejada e organizada, e até os dias atuais, vem crescendo em todos os setores que o contemplam.

O turismo organizado é uma atividade econômica chamada metaforicamente “indústria turística” pela escola norte-americana, implica: 1) estrutura de atendimento no local de origem do turista, composta pelas agências ou operadoras, guias ou softwares que preparam a viagem; 2) transportadoras que viabilizarão o deslocamento, a viagem propriamente dita e; 3) equipamentos receptores no local de destino, os serviços prestados ao turista e toda a trama de relações entre visitantes e residentes do local visitado, faceta que se revela atualmente como a que merece mais atenção dentro do fenômeno turístico. (BARRETO, 2003. p.15)

A atividade turística no Brasil foi reconhecida e ganhou credibilidade através da Constituição Brasileira no ano de 1988, no art. 180, que assim a define: “A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios promoverão e incentivarão o turismo como fator de desenvolvimento social e econômico”. No estado de Minas Gerais pode-se mencionar no âmbito das políticas públicas de turismo a Política de Regionalização e Descentralização, criada por meio do Decreto de Lei n° 43.321 no ano de 2003.⁸

A atividade turística, uma das necessidades criadas pelo mundo moderno, está em constante expansão. São várias as motivações para os deslocamentos em função de várias modalidades como: negócios, lazer, eventos, gastronomia, religiosidade, esporte, cultura, meio ambiente, ecoturismo, geoturismo, turismo de vilarejo, turismo de aventura, dentre outros. O setor tem crescido devido ao surgimento de novas tecnologias e conseqüente modernização dos processos, de acordo com informação divulgada pelo Ministério do Turismo:

O comportamento do consumidor de turismo vem mudando e, com isso, surgem novas motivações de viagens e expectativas que precisam ser atendidas. Em um mundo globalizado, onde se diferenciar adquire importância a cada dia, os turistas exigem, cada vez mais, roteiros turísticos que se adaptem às suas necessidades, sua situação pessoal, seus desejos e preferências. (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2010 p.7)

⁸ Decreto n° 43321, de 8 de maio de 2003 . Disponível em: <http://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=DEC&num=43321&comp=&ano=2003> . Acesso em 04 de Dezembro de 2014.

O turismo tem relação direta com o patrimônio e com a cultura, pode-se dizer que sem cultura não há a atividade turística. O segmento mais conhecido desta atividade é o turismo cultural, que possui como principal atrativo aspectos variados da cultura humana. A cultura de um povo, construções, os monumentos, as histórias, as manifestações religiosas, a observação e a vivência dos diversos tipos de cultura são alguns dos atrativos que fazem as pessoas se deslocarem. A memória é um importante meio para se transmitir estes processos culturais. De acordo com Castore (2012, p. 37):

A memória é uma construção social que edifica identidades distintas e patrimônios de culturas diversas. O que é caro a determinado grupo social é guardado e transformado em bem, em herança que motiva orgulho e que se quer preservar. A memória gera interpretações costumeiras e leituras críticas e, sobre tudo, curiosidade em todos aqueles que buscam conhecer as diferenças culturais.

Atualmente, a proteção do patrimônio extrapola o estado e alcança a sociedade, tem crescido a tendência de valorização e preservação dos acervos culturais dando margem ao desenvolvimento da atividade turística (SIMÃO, 2001, p.17). Interpretar o patrimônio como atrativo turístico deve ser um ato cuidadoso, de forma a não distanciar do que se quer revelar, desde as fontes em que as informações foram adquiridas e ao meio em que estão sendo repassadas. De acordo com Barreto (2003, p.77)

A fidelidade aos fatos históricos, ao que está guardado nos arquivos, tanto oficiais quanto da memória coletiva, a recuperação das histórias da vida cotidiana, a compreensão dos nexos entre os grandes feitos e a *petit histoire*, tudo isso é condição para trabalhar bem um recurso cultural do ponto de vista de sua aplicação ao turismo.

A atividade turística pode proporcionar a preservação da identidade de áreas com potencial ou interesse turístico, através do desenvolvimento social e econômico, por outro lado, há a possibilidade de descaracterização da área ou perda da identidade local.

Diversas iniciativas podem ser elencadas para que a atividade aconteça prevendo a mínima perda da identidade e da cultura. O contato entre a comunidade autóctone e o turista deve ocorrer de maneira cautelosa e planejada. O envolvimento da população no reconhecimento, valorização das potencialidades e dos atrativos a serem comercializados são essenciais. De acordo com Simão (2001, p.18) “A implementação da atividade turística em muitos locais está rigidamente atrelada à sua preservação, considerada em si mesma o atrativo principal”.

A Vila do Biribiri atrai uma demanda de visitantes que aos pouco toma conhecimento do seu patrimônio e seus atrativos. Por estar localizada em uma cidade universitária e cercada pelo

Parque Estadual do Biribiri, é comum se encontrarem ali, estudantes em sua maioria à procura do lazer e descanso. De acordo com Rushumann (2006) uma das maiores motivações de viagens de lazer é o contato com a natureza. É um espaço de grande simbologia entre a relação do tempo vivido, com a memória presente na sua estrutura, sua arquitetura e conjunto.

As pessoas se deslocam à procura de algo que chame atenção, o diferencial, o novo, a aventura, o inusitado, o diferente, um lugar, uma característica identitária. Diversificados são os pretextos ou motivos que podem demandar o interesse turístico por alguma região. A vila do Biribiri tem um grande potencial como atrativo turístico, porém, a estrutura ainda é precária, não há um serviço de informações organizado, nem referências no local que expliquem o contexto histórico dela, o acesso à igreja e às dependências da fábrica ainda não existe oficialmente.

A necessidade de preservação do que é entendido como antigo em contraposição à globalização e valorização das tecnologias atuais, pode representar um elo referencial entre o passado e o futuro. É preciso compreenderem as necessidades e os valores de ontem para valorizar o que temos hoje.

As atratividades da cidade de Diamantina e o título de Patrimônio Cultural da Humanidade, não lhe garantem constância de visitantes ou um turismo perene. Há a necessidade de se estruturar o *trade* de turismo e de se planejar o mercado frente aos concorrentes tanto para a atividade do turismo quanto para o desenvolvimento local. A comunicação no turismo deve ser contínua visando despertar novos olhares dos turistas, visitantes e moradores para esta atividade.

3. ASPECTOS HISTÓRICOS

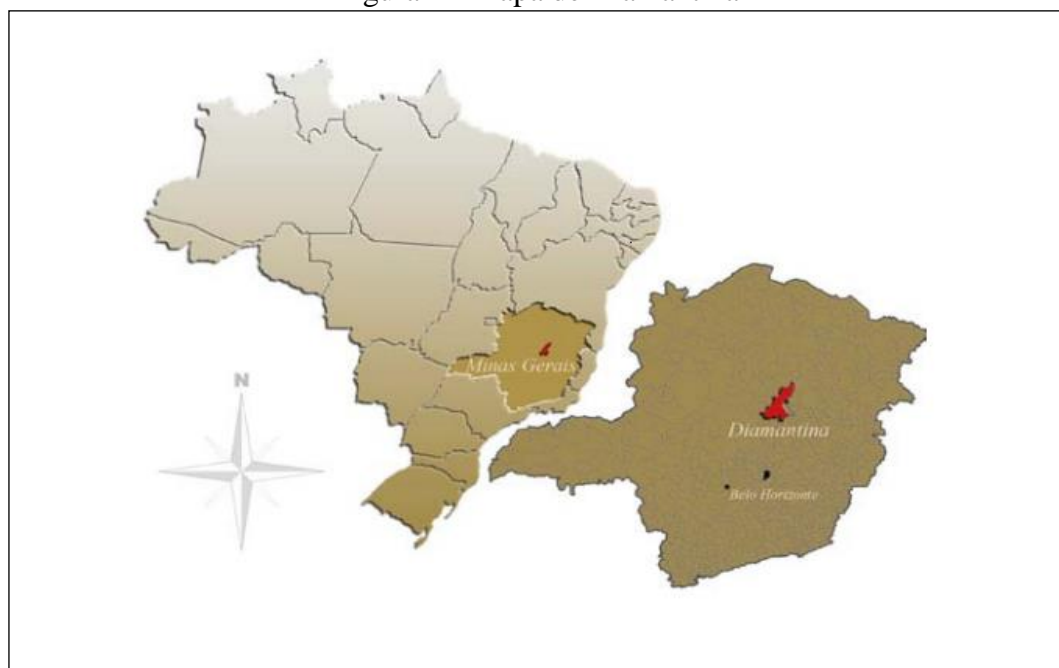
Este capítulo apresenta uma pequena abordagem sobre Diamantina, trazendo no contexto de criação da cidade a produção do ouro e diamante. Aborda questões relativas à interface entre a industrialização regional e as fábricas de tecidos, – notadamente a Companhia têxtil de Biribiri – que tiveram no século XIX grande importância econômica para o estado de Minas Gerais.

É preciso enxergar estes núcleos com olhos para ver uma ‘cidade’, com seus problemas e suas enormes possibilidades de soluções. (SIMÃO, 2001.p 43)

3.1 Do diamante ao tecido: Diamantina:

A cidade de Diamantina está localizada no Estado de Minas Gerais, inserida na Mesorregião Jequitinhonha, situada a 1.250 metros de altitude e abrange área da unidade territorial de 3.891,659 Km², prevalecendo os biomas de cerrado e mata atlântica⁹. É delimitada pelas coordenadas geográficas de Latitude: 18°14’56’’S e Longitude e 43°36’0’’O.

Figura 4 - Mapa de Diamantina



Fonte: Plano Diretor do Município de Diamantina, 2009.

⁹ Informações retiradas do IBGE 2010. Disponível em <http://www.cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em 05 de abril de 2014.

A cidade tem como municípios limítrofes: ao Sul, Monjolos, Gouveia, Datas e Serro; a Leste, Couto de Magalhães e Senador Modestino Gonçalves; a Nordeste Carbonita; a Norte e Oeste, Bocaiúva; a Noroeste, Olhos d'Água; a Oeste, Buenópolis e Augusto de Lima¹⁰. (Figura 5)

Figura 5 - Mapa dos Municípios limítrofes de Diamantina



Fonte: Plano Diretor da Universidade Federal Dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, UFVJM, 2009.

O município de Diamantina está dividido em onze Distritos, sendo: Diamantina (sede), Planalto de Minas; Desembargador Otoni; Senador Mourão; Inhaí; Mendanha; São João da Chapada; Conselheiro Mata; Sopa; Guinda; e Extração (Figura 6).

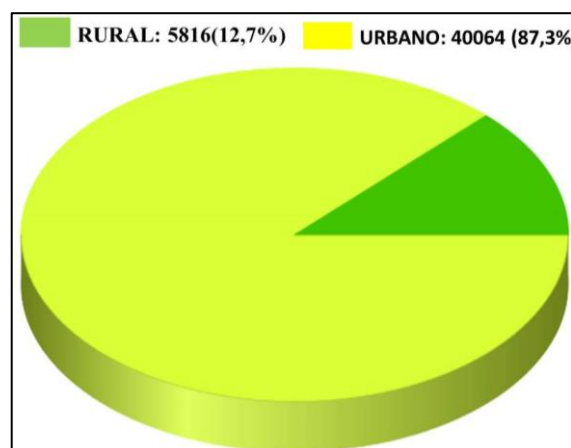
Figura 6 – Mapa distritos de Diamantina



Fonte: Plano Diretor da UFVJM, 2009.

De acordo com o censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE (2010)¹¹, a população de Diamantina é de 45.880 habitantes¹².

Gráfico 1 - Mapa População de Diamantina (MG): Rural e Urbano



Fonte: adaptado de IBGE, Censo Demográfico, 2010.

¹¹ IBGE. Diretoria de Pesquisa, Coordenação de População e Indicadores Sociais.

¹² Durante a realização do censo do IBGE os estudantes universitários que são oriundos de outra cidade e não possuem vínculo empregatício na cidade de Diamantina não são contabilizados no censo como população local.

Diamantina foi fundada dentro de um contexto histórico de dominação da Coroa portuguesa, marcada por uma cultura de buscas ao ouro e ao diamante, cuja atividade tornou-se o pilar de seu desenvolvimento. Observe-se afirmativa de Martins:

As primeiras descobertas de diamante ocorreram de uma forma inusitada e casual, cujas formações geológicas e geomorfológicas da região facilitaram a exposição dessas pedras brilhantes e atraentes no leito dos pequenos riachos que nascem nos altos da Serra do Espinhaço. (...) O valor da posição natural de Diamantina aumentou na medida em que as descobertas de mais jazidas de diamantes se ampliaram e sua influência junto a Corte avolumou-se ao ponto de ser considerada uma região especial e de segurança de estado. (MARTINS, 2014)

Em fins do século XVII, ocorreram expedições que invadiram o território mineiro, com o intuito de explorar metais e pedras preciosas. Chegaram à região do Ivituruy, atual cidade do Serro. Dominada aquela porção territorial, dali partiram rumo a noroeste para novas conquistas, tendo o pico do Itambé como guia. Estacaram em um riacho a que denominaram Tijuco, termo que significava lama na linguagem indígena *tupi-guarani* e referia-se ao grande pântano formado pela junção do córrego do Tijuco com o Rio Grande. Deste termo originou-se o nome Arraial do Tijuco.

Segundo Barbosa (1971. p.163) as expedições partiram do Serro Frio para explorar as regiões vizinhas. Em 1713, Jeronimo Gouveia estabeleceu-se nas encostas da Serra da Lapa e aí ergueu a capelinha de Santo Antônio de onde iniciou o arraial. De acordo com o autor supracitado:

Em 1714, o mineiro Francisco Machado da Silva encontrou uma pedra que lhe pareceu bonita; deu-a de presente a Luí Botelho de Queirós, do Serro Frio. (...) Em 1726, Bernardo da Fonseca Lobo viajou para Vila Rica, levando um grande lote das pedrinhas. Deu-as de presente a Manoel de Afonseca, Secretário do governador Dom Lourenço de Alemida. (...) Respondendo a 8 de fevereiro de 1730, a Coroa censurou Dom Lourenço por sua incúria, pois lotes de diamantes estavam chegando regularmente do Brasil a Lisboa. Foi quando o governo promulgou o primeiro regimento diamantino. (...) O arraial tornou-se grande e importante; aglomeraram-se aí autoridades, funcionários e soldados. (BARBOSA, 1971. p.163)

A região do Arraial do Tijuco, devido à descoberta dos diamantes, tornou-se um local de preocupação da Coroa Portuguesa e diversas leis¹³ foram impostas na tentativa de dificultar os contrabandos e de controlar o arraial. O momento mais crítico de repressão imposto pela Coroa foi em 1771, com a criação da Real Extração dos Diamantes e edição do Regimento Diamantino que, numa atitude extrema, declarou como Monopólio Régio, tanto a

¹³ Algumas leis recebiam a denominação de ‘bandos’ naquele período.

comercialização quanto a exploração dos diamantes. O Regimento ficou popularmente conhecido como ‘Livro da Capa Verde’¹⁴ que apoiado pela metrópole, impunha uma administração própria de políticas de controle social e econômico– a junta Diamantina – composta por intendentess, um fiscal e três caixas, submetidos a uma administração local, cuja sede geral se encontrava na cidade de Lisboa. O Regimento foi uma compilação de normas estabelecidas desde o descobrimento dos diamantes, porém, jamais cumpridas por influência direta do contrabando que, efetivamente ditava as regras (FURTADO, 1996). De forma sucinta, conforme estudos de Júnia Furtado, a legislação sobre a mineração de diamantes no Arraial do Tijuco foi-se modificando na seguinte ordem cronológica:

1729 – O governo de Portugal reconheceu, oficialmente, a existência dos diamantes no Arraial do Tijuco.

1731 – O Distrito foi demarcado e procurou-se dificultar o acesso às lavras, por meio de altíssimas taxas de capitação, que eram constantemente elevadas.

1734 – A Coroa proibiu a exploração indiscriminada de diamantes por particulares e criou a “*Intendência dos Diamantes*”.

1740 – A Coroa portuguesa instituiu um sistema de contratos para repassar a exploração e a comercialização dos diamantes.

1745 – A Coroa portuguesa impediu o livre acesso ao Distrito Diamantino, impondo limitações rigorosas para entrada e saída de pessoas em suas demarcações.

1753 – Proibiu o livre comércio dos diamantes, convertendo sua **comercialização em monopólio** da Coroa.

1771 – A Coroa portuguesa resolveu impor o **monopólio régio também sobre a exploração**. Promulgou o Regimento Diamantino, estabeleceu o fim dos contratos e assumiu o controle tanto da comercialização quanto da exploração dos diamantes.

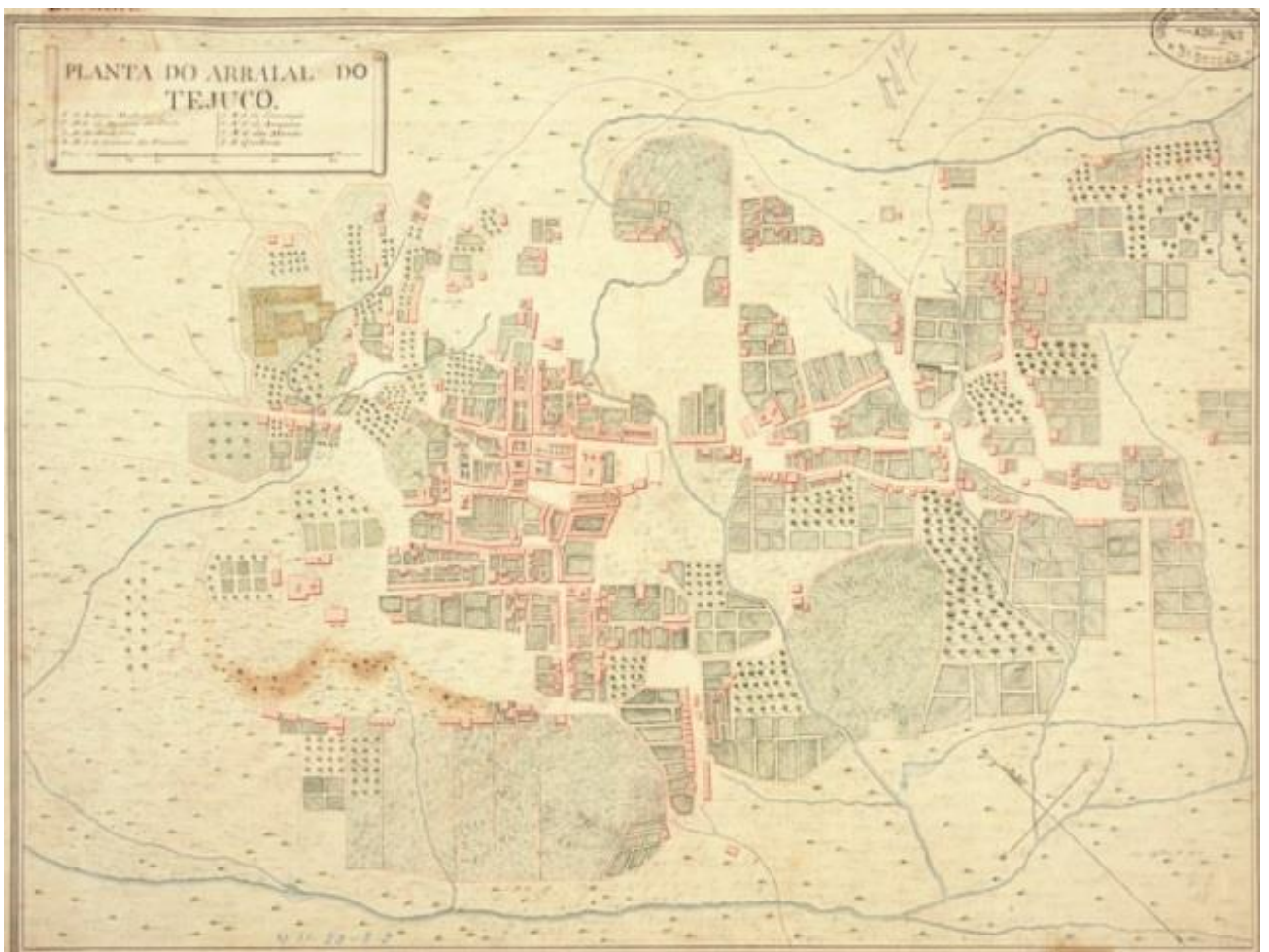
Em consequência da riqueza advinda da mineração de diamantes, o Arraial do Tijuco¹⁵ pôde assimilar, de forma contundente, muito da cultura europeia. Auguste de Saint-Hilaire, um dos primeiros naturalistas europeus que visitou o Tijuco no século XVIII, depois da chegada da família Real no Brasil, admirou-se com a instrução e cultura da elite Tejucana, para a qual não economizou elogios: “Encontrei nesta localidade mais instrução que em todo o resto do Brasil, mais gosto pela literatura e um desejo mais vivo de se instruir (...) aí reina uma abundância que não tinha visto em nenhuma parte da província.” (SAINT-HILAIRE, 1974)

¹⁴ Denominado “Livro da Capa Verde: o Regimento Diamantino, de 1771, e a vida no Distrito Diamantino no período da Real Extração” de pesquisa de Furtado (1996).

¹⁵ “Um dos primeiros sítios onde eles fizeram descobertas foi num pequeno regalo que corre sobre o monte onde hoje se acha a aldeia. As margens desse regalo eram pantanosas e foi isso que fez dar ao lugar o nome de Tijuco, que significa barro, na língua dos índios” (SAINT-HILARE, 1974, P.27)

Posteriormente a cidade recebeu o nome Distrito dos Diamantes e mais tarde de Diamantina, que lhe foi atribuído devido à grande quantidade de diamantes ali encontrados. Segundo o Inventário de Diamantina (2009) “foi a maior lavra de diamantes do mundo ocidental no séc. XVIII. Foram encontrados ali, aproximadamente três milhões de Quilates” em pedras preciosas que destacou a região na economia mineira nos séculos XVIII e XIX com a extração do ouro e diamante, constituindo o centro dinâmico da economia local.

Figura 7 -Planta do Arraial do Tejuco 1784



Fonte: Original manuscrito do Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro

Nas Minas Gerais do século XIX, é perceptível a importância de Diamantina, dentre outros núcleos urbanos também importantes para o seu desenvolvimento de uma forma geral. Mesmo com as tentativas de controlar e diminuir a retirada dos minerais, Diamantina tornou-se atrativa, sua população foi crescendo, e surgiu à necessidade de outras formas de fontes de renda para a economia local¹⁶.

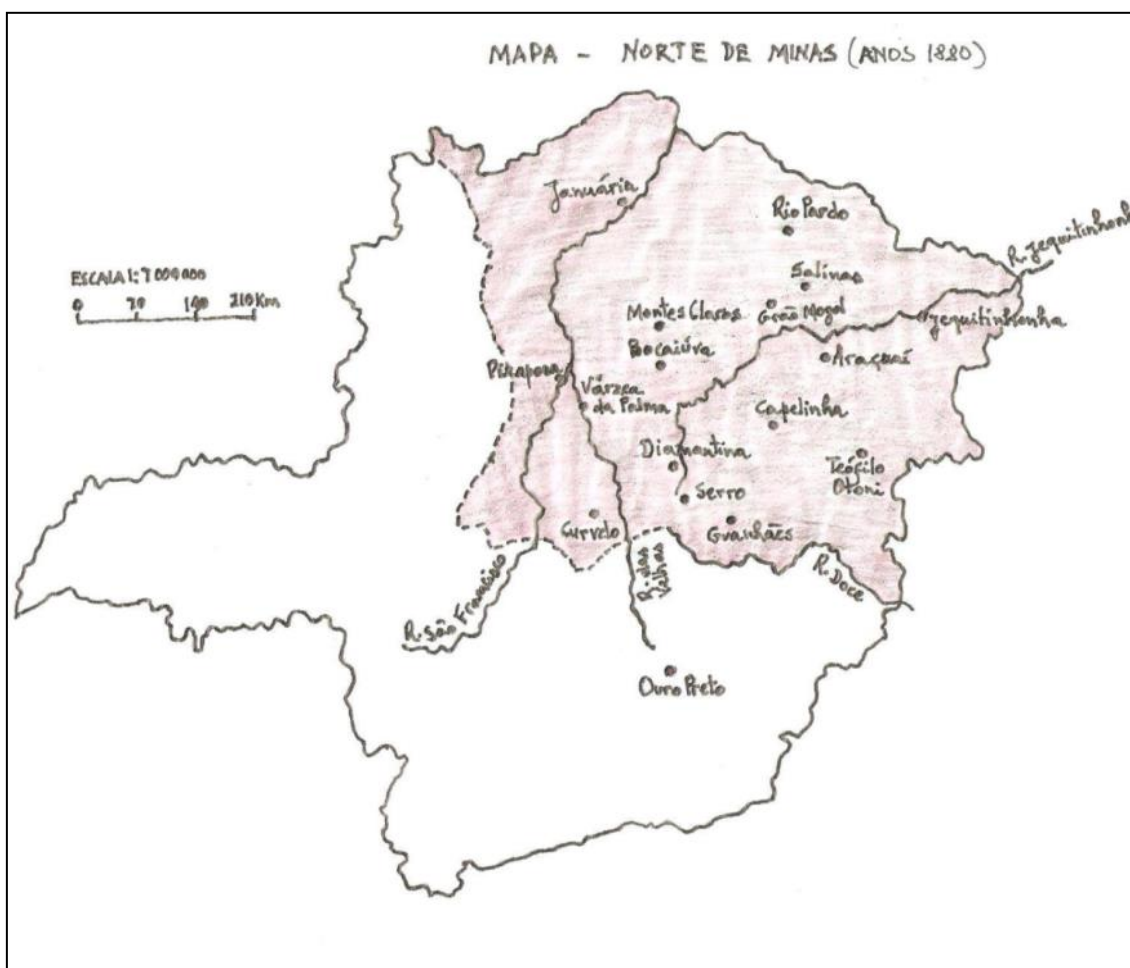
Em muitas situações a atividade extrativista foi bastante abalada, entrando em crise, especialmente com a descoberta de jazidas da África do Sul, na segunda metade do século XIX, que propiciaram uma grande baixa nos preços. Grandes mineradores formaram fortunas imensas, por intermédio delas ensejaram novos negócios, especialmente nas décadas de 1870 e 1890 que correspondem ao período da crise internacional dos diamantes. “A economia do diamante” propiciou a formação de circuitos comerciais relevantes para a economia regional. Ao mesmo tempo em que possibilitou esforços de diversificação das atividades produtivas.” (MARTINS, 2008).

Dentre essas novas atividades, a agropecuária não conseguiu se firmar como fator capaz de impulsionar o desenvolvimento de Diamantina. Devido às condições geográficas do território, os solos da região são, na sua maioria, rasos, arenosos, ácidos, extremamente pobres em nutrientes e com uma acentuada declividade, o que torna a prática da agropecuária extremamente difícil. Em vista disso, Diamantina era abastecida com gêneros alimentícios advindos de regiões adjacentes ao seu território geográfico.

Em contrapartida, por intermédio de tropas de muares, os comerciantes de Diamantina estabeleceram um forte comércio com o Rio de Janeiro, para onde iam vender os diamantes e de onde traziam quantidade expressiva de produtos importados, que o Brasil não estava apto a produzir. Assim, Diamantina se tornou destino de negociantes e tropeiros de vastíssima área do Norte e Nordeste de Minas Gerais, onde descarregavam grande parte de sua produção agrícola e pecuária. Em seu retorno, levavam para seus municípios de origem, os produtos exportados, adquiridos no comércio diamantinense. (MARTINS, 2014).

¹⁶ Como boa parte dos empregos estava relacionada ao garimpo, não eram muitas as oportunidades de trabalho na região, principalmente, para as mulheres. Contudo, a presença delas no comércio ambulante ocorreu em várias regiões do Brasil. Conhecidas com “Negras do Tabuleiro”, praticavam esse tipo de comércio igualmente no Arraial do Tijuco, cuja legislação também incidiu sobre seu trabalho, no intuito de reprimir do contrabando de diamantes, por meio do bando de 1º de março de 1743 que delimitava a área onde deveriam ocorrer as vendas desses gêneros comestíveis. (SANTOS 1995).

Figura 8 – Mapa norte de Minas anos 1880



FONTE: Martins, 2014 - O mapa representa a abrangência da rede comercial que a cidade de Diamantina influenciava.

Mas, o comércio, conforme exposto, não conseguia suprir os gargalos da economia local, daí a abertura do espaço para a industrialização. O destaque industrial, no século XIX, foi o conjunto de unidades manufatureiras e fabris inaugurado em Minas Gerais. Especificamente no município de Diamantina, foram inauguradas quatro unidades fabris, a saber: a Fábrica de Tecidos Biribiri, Fábrica de São Roberto, Companhia de Fiação e Tecidos Santa Bárbara e a Fábrica Perpétua.¹⁷

¹⁷ Fábrica de Biribiri (Sopa, Distrito de Diamantina) Fábrica de Perpétua (distrito de Diamantina), Fábrica São Roberto (Gouveia) Fábrica Santa Bárbara (Curimataí, atualmente distrito de Buenópolis), naquele período estes distritos descritos faziam parte da sede Diamantina, hoje já foram emancipados.

Tabela 1- Fábricas têxteis de Diamantina (1908)

Fábrica	Proprietários	Capital	Fusos	Teares	Força motriz	Operários
Biribiri	Cia. Indústria Biribiri	600:000\$	3.184	80	140 hp	140
São Roberto	Cia. Fiação e Tecelagem São Roberto	595:000\$	1.868	56	100 hp	100
Santa Bárbara	Banco Hipotecário do Brasil	636:000\$	1.740	72	150 hp	120
Perpétua	-	100:000\$	-	18	40 hp	-

Fonte: MARTINS (2008, *apud* Rodolpho Jacob 1911, v. 1, p. 271)

O surgimento destas fábricas de tecidos citadas acima foi um avanço para a região que passava pela crise do preço dos diamantes, cuja economia recebia também os impactos do movimento abolicionista no Brasil. Como a cidade de Diamantina mantinha uma cultura escravista, é neste período que ela chegará ao fim, pois houve a necessidade de se desenvolver relações trabalhistas entre patrões e empregados. (MARTINS, 2008). A fábrica de Biribiri foi de grande importância para sustentação da economia local, observe-se afirmativa contida no Dossiê do IEPHA.

Durante os anos de seu funcionamento, esta fabrica poderia ser apontada como um dos sustentos da economia de Diamantina e do Vale do Jequitinhonha, como na geração de lucros como de empregos para parte considerável da população carente da região, principalmente a feminina.¹⁸ (IEPHA. Dossiê. 1998).

Além dos empreendimentos têxteis daquele período, a cidade de Diamantina possuiu investimentos em outras categorias, como por exemplo, a pequena fábrica de bebidas fundada em 1875, que teve como pioneiro o minerador e comerciante Serafim Moreira da Silva. Nos anos de 1890 e 1920 a produção de vinho também teve destaque na produção de bebidas, ficando atrás apenas para Andradas, no Sul de Minas. No ano de 1920, Diamantina possuía duas fábricas de cervejas, a “Fábrica de Cerveja Tijucana” de Teófilo Batista de Melo Brandão, e a “Fábrica de Cerveja Barbieri” do proprietário Roberto Barbieri. (MARTINS, 2008)

Destacou-se também a indústria “Moreira & Cia”, do proprietário Antônio Moreira e Costa, conhecido como Barão de Paraúna, que usava maquinário a vapor para produzir chapéus de pelo de lebre e de lã. O Sr. Antônio Moreira em parceria com a família dos

¹⁸ Estas fábricas tornaram o município de Diamantina como um importante centro industrial de Minas, em meio à crise da mineração estes empreendimentos podiam gerar empregos formais.

Mata Machado instalou na região, além da Fábrica de Tecidos de Santa Barbara, a “Companhia Industrial Rio Pretana” em São Gonçalo do Rio Preto, destinada à produção mais específica de álcool e açúcar, mas com a visão voltada também para a comercialização de algodão. (MARTINS, 2008)

No ano de 1912, Anselmo Pereira de Andrade, Daniel do Nascimento Lima e Nelson Fernandes adquiriram a firma “Andrade, Lima & Fernandes”, que tinha o objetivo de explorar a indústria de marcenaria a vapor, em Diamantina, e Serralheria a vapor, em Monjolos, além de lapidação de pedras preciosas e diamantes. Desta forma outros comércios e fonte de renda foram surgindo, essa diversificação manteve a cidade de Diamantina ativa. Segundo Fernandes (2005):

Foram montadas fábricas de tecidos de algodão, lapidações, ourivesarias, fundições, curtumes, torrefação de café, indústria pirotécnica e farmacêutica, olarias, fábricas de sabão, selaria, calçados, moveis, macarrão, cervejas, cigarros, chapéus, e uma diversificada indústria vinícola. Além de abastecer o mercado local, essas indústrias visavam o mercado norte mineiro e o sul da Bahia. A indústria vinícola, a lapidária e a joalheira exportavam para os mercados do Rio de Janeiro e da Europa. (FERNANDES, 2005)

Devido à importância da cidade como entreposto comercial e também do avanço tecnológico ocorrido naquele período, fez-se necessário o estabelecimento de sua ligação com os centros de produção e consumo. A implantação da ferrovia também surgiu como algo transformador.

Tabela 2 - Caminhos da estrada de ferro mineiros até 1910

Companhia	Inauguração	1884	1902 (até junho)	1910
Central do Brasil	1869*	286	721	950
Oeste de Minas	1880	100	944	927
Leopoldina	1874	30	851	851
Sapucaí	1891	-	400	407
Mogiana	1886	-	303	331
Muzambinho	1892	-	152	277
Bahia e Minas	1891	-	233	234
Minas e Rio	1884	147	170	170
Goiás	1884	36	58	114
Juiz de Fora a Piau	1908	-	-	58
Vitória a Diamantina	1908	-	-	37
João Gomes a Piranga	1897	-	26	26
Paraopeba	1898	-	12	12
União Mineira**	1879	110	-	-

Fontes: Rodolpho Jacob, Relatórios dos Presidentes de Província de Minas Gerais, Relatórios do Ministério da Agricultura e Relatórios do Ministério de Viação e Obras Públicas.*Ano de inauguração em território mineiro.
**Em 1884 o Estado de Minas encampa a União Mineira para vendê-la a Leopoldina.

Fonte: SILVA, Marcel Pereira da. (2012)

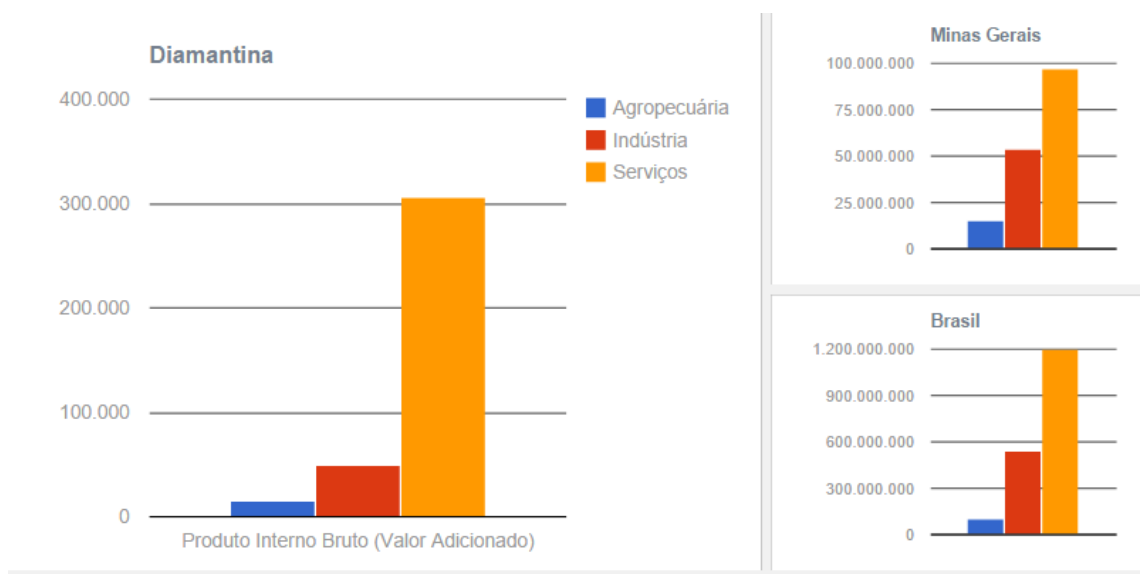
Em razão do distanciamento da cidade de Diamantina dos outros mercados consumidores e dos grandes centros industriais, ao contrário do efeito esperado da cidade se firmar como entreposto urbano e centro industrial com a chegada da ferrovia, a região não conseguiu enfrentar a concorrência comercial externa. Observe-se análise que Martins (2000) apresenta em relação a esse contexto:

[...] a situação de Diamantina no empório comercial do Norte de Minas sempre enfrentou a dificuldade posta pela precariedade de transporte regional. Trilhas de muare penosas, praticamente intransitáveis no período das chuvas, impediram integração efetiva dos núcleos urbanos regionais à praça de Diamantina. Isso inviabilizou movimento mais consistente de convergência do fluxo de recursos da economia regional para a cidade. Além disso, deve-se ressaltar que, no Norte de Minas sob a influência de Diamantina, não havia outros subespaços alimentados por robustas rendas geradas por exportações. Diferentemente da Zona da Mata mineira, onde a Juiz de Fora (o empório regional) se juntaram dezenas de municípios exportadores de grande volume de café, Diamantina ficava praticamente sozinha na produção de mercadoria exportável de alto valor, uma vez que os municípios vizinhos dedicavam-se aos gêneros de abastecimento interno, em grande parte absorvidos pela própria Diamantina. Nesse sentido, ao contrário da Zona da Mata, o balanço de pagamentos da região de Diamantina – por assim dizer, suas “contas internacionais” – não se caracterizava por saldos tão expressivos, constituindo, pois, base mais modesta da prosperidade da cidade e de seus empresários na virada do século XIX para o século XX. (...) Por conseguinte, os empreendimentos fabris e mercantis modernos que foram montados em Diamantina a partir dos anos 1870, quando tiveram que enfrentar a concorrência externa, num quadro de desencravamento regional pela chegada da ferrovia e das rodovias, pereceram. A posição de Diamantina como capital regional do Norte de Minas tinha pés de barro. MARTINS (2000)

Diamantina nos últimos anos tem despertado para outras fontes de renda, como o desenvolvimento da atividade turística e investimentos para se tornar referência como polo universitário e polo regional na área de Saúde.¹⁹ Nos dias atuais parte dos recursos e geração de renda na cidade de Diamantina encontra-se nos “serviços”. Como observado nos gráficos do IBGE:

¹⁹ A título de ilustração, em nível superior de ensino, Diamantina possui atualmente a Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM) e a Universidade Estadual de Minas Gerais (UEMG). Quanto à saúde, está estabelecido em Diamantina o Centro Regional de Saúde, cuja demanda cobre várias cidades de Vale do Jequitinhonha.

Gráfico 2 - Produto Interno Bruto – Diamantina (Valor adicionado) 2010



Variável	Diamantina	Minas Gerais	Brasil
Agropecuária	15.146	15.568.048	105.163.000
Indústria	50.107	54.306.183	539.315.998
Serviços	306.596	97.398.820	1.197.774.001

Fonte: IBGE em parceria com os Órgãos de Estatística, Secretárias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus. Disponível em <http://cidades.ibge.gov.br/>

O Plano Diretor do Município (2009) trás em seus relatos essa transformação da economia de mineração, antes preponderante, para uma economia de comércio e de serviços:

Diamantina possui hoje, um centro comercial diversificado e que se renova com o fomento crescente ao turismo. A mineração e o comércio eram as atividades que geravam mais empregos na década de 1980. Com a decadência econômica da mineração e o baixo dinamismo do setor de comércio e de serviços, Diamantina passou a acreditar que o turismo poderia ser o novo vetor de desenvolvimento e crescimento local. Diversos investimentos foram realizados na cidade e no seu entorno, especialmente no setor hoteleiro e no setor de restaurantes, bares e transporte. Esse impulso dos serviços e comércio voltados ao turismo deu outra conformação ao mercado de trabalho, o que reforça hoje a grande abrangência do setor terciário no município (DIAMANTINA, Plano Diretor do Município, 2009. p.19).

O desenvolvimento impulsionado pelas atividades garimpeiras nos primeiros anos da cidade e a presença dos portugueses influenciou na arquitetura das construções, deixando forte tradição cultural em Diamantina, que marcada de longos tempos como um dos pilares da sociedade local, que desperta e o interesse de visitantes e estudiosos.

A atividade turística na região de Diamantina ainda é pequena e a infraestrutura precisa de adequações e melhorias para atender as exigências do público, por exemplo, alguns templos religiosos permanecem fechados durante a semana. O turismo cultural é o mais praticado, tendo em vista as influências histórico-culturais, as características singulares do período da colonização, o contexto do território dos diamantes, a exuberância de atrativos naturais, margeada pelos afluentes da Bacia do Rio São Francisco e Jequitinhonha e pela cadeia montanhosa da Serra do Espinhaço.

3.1.1 Um bem cultural brasileiro

A cidade de Diamantina, no ano de 1938, através do IPHAN, recebeu o tombamento do seu “Conjunto Arquitetônico e Urbanístico”, popularmente conhecido como centro histórico, juntamente com outras cidades do ciclo do Ouro.²⁰ No mesmo ano foi reconhecida como monumento histórico nacional, englobando seu centro histórico e 12 monumentos protegidos isoladamente²¹.

Machado (2010, p. 39) afirma que Diamantina tem em seu, “[...] conjunto urbano precioso testemunho da adaptação de modelos europeus a uma cultura original, tão perfeitamente integrada à paisagem severa e grandiosa”, predicado especial para o patrimônio cultural brasileiro e mundial.

No ano de 1999, a cidade de Diamantina foi reconhecida como Patrimônio Cultural da Humanidade pela Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura - UNESCO. A inscrição do centro histórico na Lista do Patrimônio ocorreu sob os critérios II e IV da Convenção, a saber:

²⁰ Processo de tombamento nº 64-T-38, relativo ao “Conjunto Arquitetônico e Urbanístico da Cidade de Diamantina”, registo no Livro do Tombo das Belas Artes, volume I, folha 12, inscrito sob o nº. 66 em 16 de maio de 1938. Na mesma época, o IPHAN promoveu o tombamento de seis cidades em Minas Gerais, sendo elas: Ouro Preto, Mariana, Diamantina, Serro, Tiradentes e São João del Rei.

²¹ APÊNDICE III - Bens tombados em Diamantina.

Tabela 3 - Critérios de II e IV da Convenção da UNESCO Diamantina

Convenção do Patrimônio UNESCO	Representação dos Critérios na cidade Diamantina
<p>Critério (II) exibir um intercâmbio importante de valores humanos, ao longo de determinado período ou dentro de uma área cultural do mundo, a respeito de desenvolvimento em arquitetura ou tecnologia, artes monumentais, urbanismo ou projeto de paisagem; [...](O)</p>	<p>Critério (II) – Diamantina mostra como exploradores do território brasileiro, garimpeiros, além de representantes da Coroa foram capazes de adaptar os modelos europeus para um contexto americano, no século XVIII, criando assim uma cultura que foi fiel às suas raízes ainda completamente original.</p>
<p>Critério (IV) ser um exemplo excepcional de um tipo de construção, conjunto arquitetônico ou tecnológico ou paisagem que ilustre (a) fase (s) significativa (s) na indústria humana.</p>	<p>Critério (IV) – O grupo urbano e arquitetônico de Diamantina, perfeitamente integrado numa paisagem selvagem é um belo exemplo de um espírito aventureiro combinado com uma busca de refinamento tão típico da natureza humana.</p>

FONTE: UNESCO, 1999, p.12

A presença da arquitetura colonial, os recursos estéticos, históricos e artísticos são atrativos para o turismo local. Desta forma a singularidade do grupo urbano e arquitetônico, o legado colonial da exploração de diamantes, as questões culturais históricas, o refinamento típico da natureza humana, foram algumas das justificativas deste reconhecimento²².

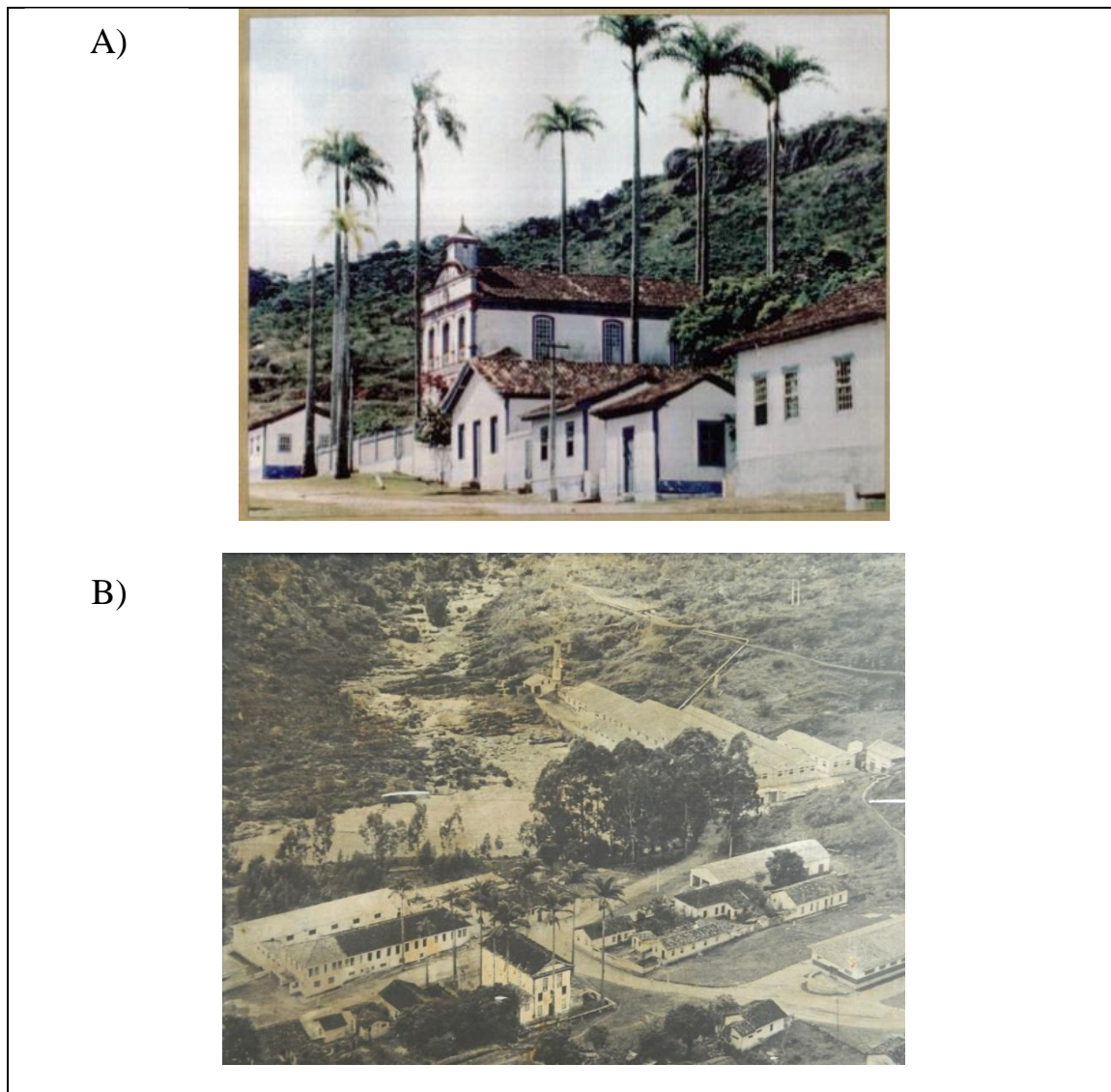
Figura 9 - Fotos do Centro histórico de Diamantina



Fonte: Imagens M&G Therin- Weise e Luca De Santis. Historic Centre of the Town of Diamantina. UNESCO. Disponível em: <<http://whc.unesco.org/en/list/890/gallery/>> Acesso em 16 de julho. 2014

Na mesma linha de raciocínio, porém em nível estadual, o Conjunto Arquitetônico e Paisagístico de Biribiri, tema deste estudo, recebeu tombamento na categoria “Conjunto paisagístico - Século XIX”, pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico, IEPHA²³, homologado em 11 de novembro de 1998.

Figura 10 - Conjunto Arquitetônico e Paisagístico de Biribiri



Fonte: A) Arquivo da Fábrica Antonina Duarte

B) Acervo da Casa da Gloria em Diamantina

²³ O Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico (IEPHA) foi criado pela Lei Estadual 5.775, de 30 de setembro de 1971.

4 DETALHES SOBRE O LOCAL DE PESQUISA

Este capítulo aborda o Parque Estadual do Biribiri, tendo em vista que ele faz divisa com a vila do Biribiri e a estrada de acesso à vila passa por dentro desta área de proteção ambiental. Em seguida expõe as transformações vivenciadas pela Vila do Biribiri, partindo de sua criação ao contexto atual das novas utilizações das edificações do conjunto arquitetônico e paisagístico de Biribiri.

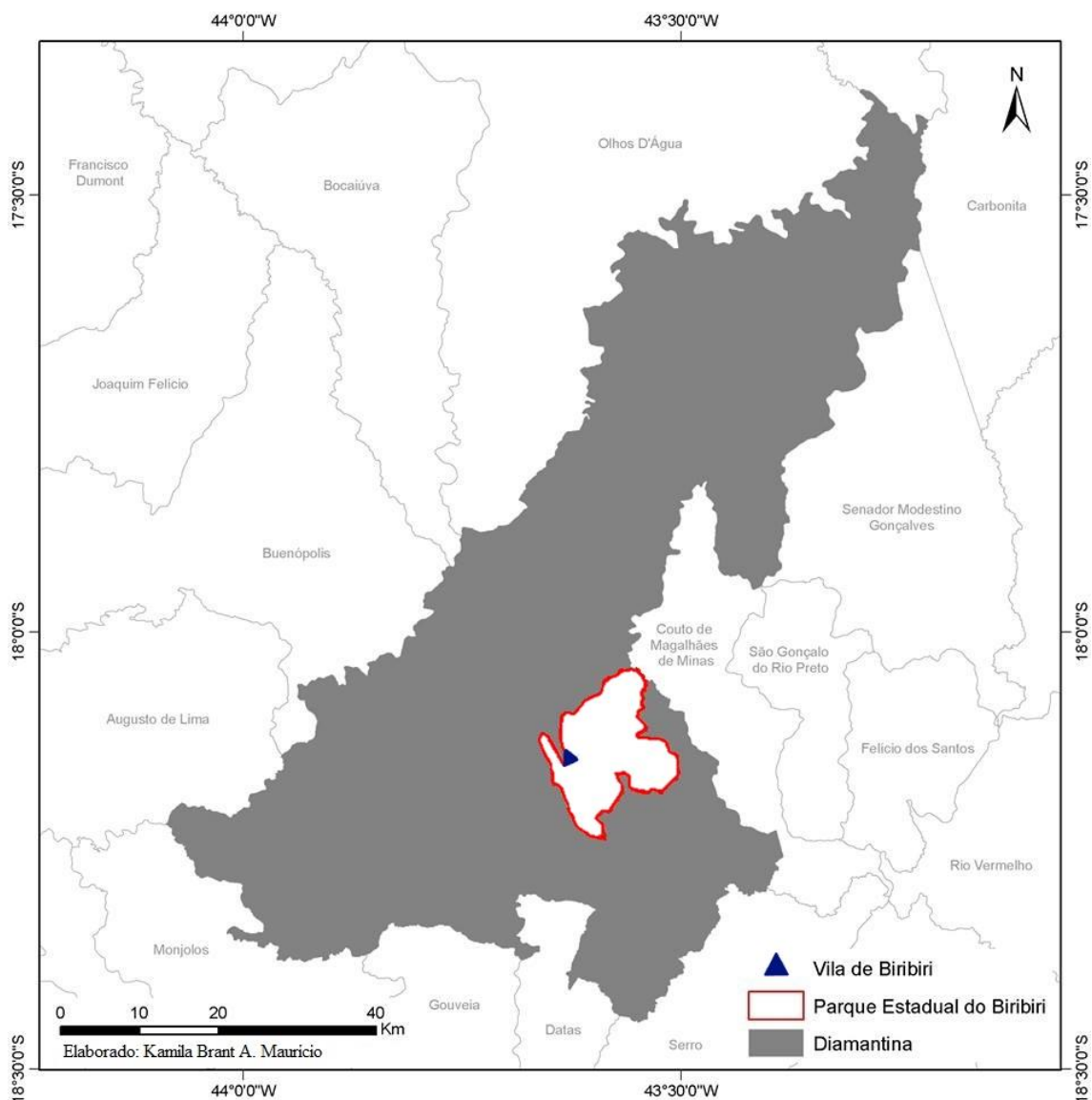
Eu não teria pressa de ir para o céu se morasse no
Biribiri. Não acredito que no céu se possa ter melhor vida
do que a ali. (MORLEY, 1948)

4.1 O Parque e a vila do Biribiri uma relação dicotômica entre o espaço natural e o urbano

A Vila do Biribiri trata-se de um vilarejo com aproximadas 38 edificações e uma população restrita, localizado no município de Diamantina em Minas Gerais a aproximadamente 15 km de distância da cidade sede. Faz divisa com o Parque Estadual do Biribiri – PEBI, cuja situação geográfica exerce influência nas transformações que ocorrem na vila e na cidade de Diamantina. A vila de Biribiri surgiu no Séc. XIX, com a criação da fábrica de tecidos de Biribiri e se destinava a habitações dos operários. Foi uma iniciativa do bispo de Diamantina D. João Antônio dos Santos e teve um importante registro na história da indústria têxtil mineira, principalmente, na questão comercial, econômica e social vivida naquele período.

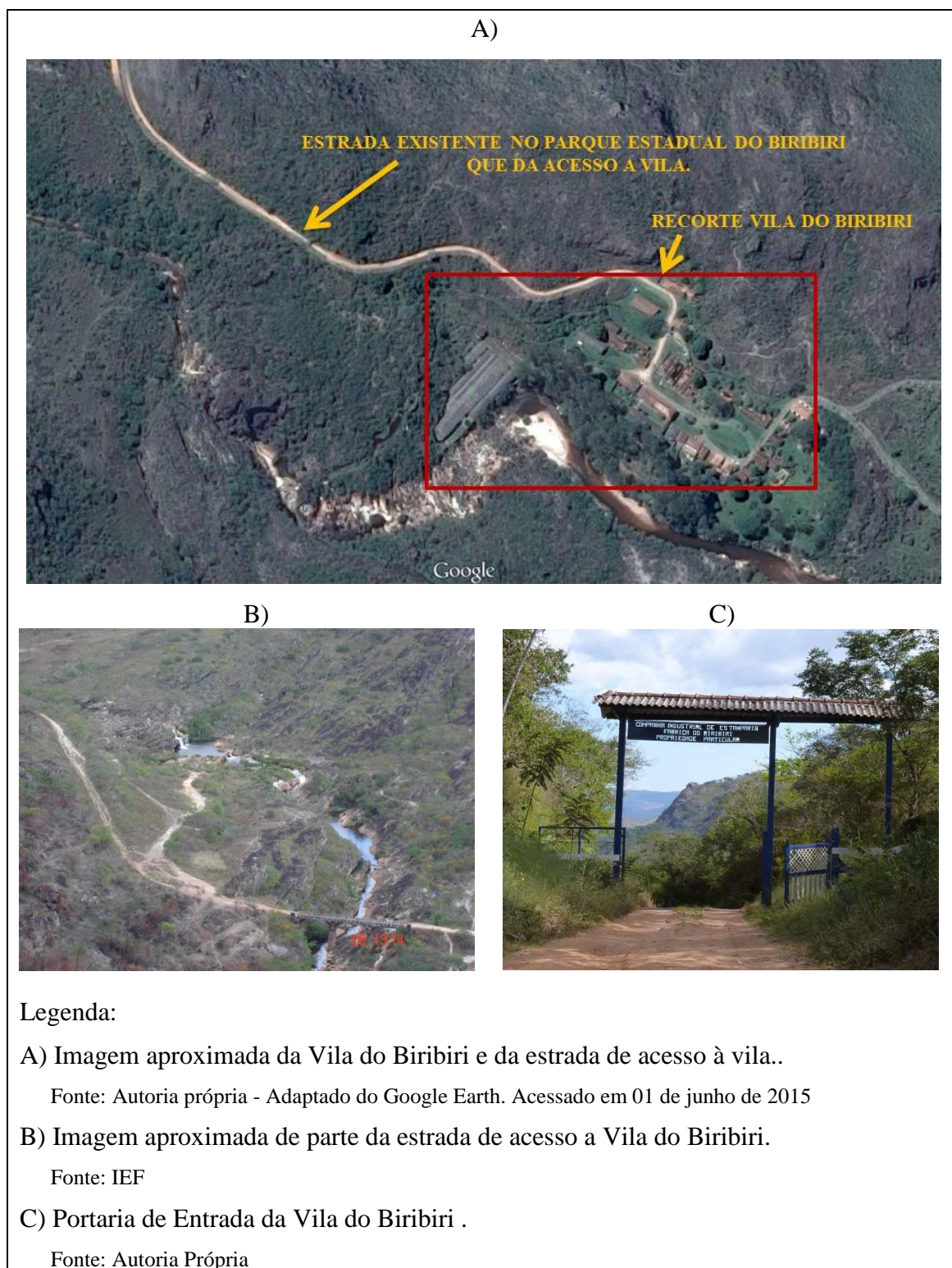
A área do parque e a vila tiveram como últimos proprietários a família Mascarenhas donos da “Cia de Estamparia S.A”. Deve-se ressaltar que o perímetro que define o parque exclui o núcleo arquitetônico da vila, que se localiza na divisa do parque. (Figura 11- Mapa de Diamantina com demonstrativo da área do Parque e Vila do Biribiri)

Figura 11 - Mapa de Diamantina com demonstrativo da área do Parque e Vila do Biribiri



A proximidade do parque e da vila do Biribiri defronta com questões ambientais, legais, patrimoniais, naturais e antrópicas. Com suas diferenças e diversidades, a vila é tombada pelo IEPHA e o Parque Estadual do Biribiri considerado uma unidade de conservação de proteção integral pelo IEF. O acesso à vila do Biribiri ocorre pela única estrada existente dentro do parque, a educação patrimonial e ambiental para o público visitante deveria acontecer propondo a valorização ambiental natural e histórico-arquitetônica desses espaços. Assim há desta forma a necessidade de parceria entre as áreas, instituições e moradores envolvidos.

Figura 12 - Acesso a Vila do Biribiri



Martins Barreto (2003) apresentou um estudo denominado “Núcleo de apoio ao parque Estadual do Biribiri, adaptação de conjunto arquitetônico do século XIX, para novo uso”. Neste, a autora propõe um plano para implantação de infraestrutura de apoio ao parque a ser desenvolvido na vila do Biribiri. Esta proposta nunca foi colocada em

prática, porém para isso seria necessária a aquisição do conjunto arquitetônico da vila de Biribiri pelo poder público e sua posterior utilização pelo IEF. Essa possibilidade seria um facilitador para a manutenção dos bens ali tombados e a possibilidade de mais áreas de apoio como estruturas ao parque e aos visitantes, porém tal sugestão não saiu do papel.

As informações prestadas pelo IEF ocorrem na guarita do parque, essa portaria é estratégica. Uma sugestão é o aproveitamento deste local como espaço educacional tendo em vista a ampliação de informações para a atratividade, valorização e preservação da vila do Biribiri, ou seja, torná-lo um espaço para apresentação de um circuito de informações, como as diferenças das áreas (parque *versus* vila), formas de preservação, importâncias ambientais, histórico-culturais, dentre as outras.

A inclusão da sociedade faz-se necessária para a manutenção do conjunto tombado. No caso de Biribiri é inegável a necessidade da relação entre a sociedade e órgão de preservação, para de maneira conjunta se idealizarem as formas de preservação do patrimônio de Biribiri. A participação da comunidade de forma ativa nas decisões de conservação e proteção do patrimônio local pode colaborar para que se crie identidade e um sentimento de pertencimento e apropriação local entre a população envolvida, o espaço patrimonial e os visitantes.

Toro & Werneck (2004) definem mobilizar como sendo a ação de convocar vontades para uma mudança da realidade, com a finalidade de se gerarem e se manterem vínculos entre os movimentos e seus públicos. Ressaltam que a mobilização deve ser planejada e orientada para o sentimento de corresponsabilidade, para que as pessoas se sintam pertencentes a um movimento social ou a um projeto. Enfatizam que a comunicação não deve ser manipuladora e sim aberta a análises e interpretações, pois o turismo deve ser também uma escolha dos cidadãos (HENRIQUES, 2007).

De acordo com Silva (2003), a proteção do patrimônio ambiental está diretamente vinculada à melhoria da qualidade de vida da população. Dessa forma, o entendimento da cultura dos moradores próximos, torna-se necessário, o que pode ser adquirindo a partir de estudos e conhecimentos de memória e valorização da identidade cultural dos sujeitos inseridos nessas áreas, tanto no Parque como na Vila.

Há necessidade, pois, de se formarem parcerias entre os órgãos responsáveis, as pessoas e agentes envolvidos com a vila e com o parque, de modo a criar uma situação de sustentabilidade destes espaços, enfatizando a importância da comunicação na dinâmica dos movimentos sociais e sua capacidade de proporcionar interações entre os indivíduos.

Rodrigues (2005) ao fazer uma análise do turismo afirmou que: “(...) a exploração turística é reconhecidamente importante como fator de sustentabilidade, desenvolvimento econômico-social de uma localidade” (Rodrigues 2005 *apud* Duran, 2005). Agrega ainda oportunidade de experiência cultural e opção de lazer à população e aos visitantes. Mas para que ela ocorra de forma positiva, e não degrade os espaços, o monitoramento é essencial, para tanto é imprescindível que a comunidade seja vista como o ator fundamental, passível de interferir na qualidade da preservação local e da experiência turística, podendo contribuir para o direcionamento das atividades ali desenvolvidas.

4.1.1 O Parque Estadual do Biribiri: uma unidade de conservação no entorno de uma Vila

As discussões em torno da preservação ambiental apresentam-se cada vez mais frequentes e a criação de Áreas Naturais Protegidas tem estimulado o aumento de ações governamentais e de entidades ambientalistas para a manutenção e conservação dos recursos naturais. A Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000 instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC que tem entre seus principais objetivos, garantir a preservação da diversidade biológica, promover o desenvolvimento sustentável a partir dos recursos naturais e da proteção das comunidades tradicionais, seus conhecimentos e cultura. As Unidades de Conservação são definidas como:

Espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção" (SNUC, 2000. Art.2º.)

Essa legislação divide as unidades entre: Unidade de Proteção Integral e Unidade de Uso Sustentável²⁴ e determina o objetivo do parque:

O Parque Nacional tem como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico. (SNUC, 2000. Art.11)

A cidade de Diamantina possui diversos atrativos naturais, que muitas vezes estão localizados nas Áreas de Proteção Ambiental, APAs²⁵. Nesse modelo de atrativo foi criado em 1998, o Parque Estadual do Biribiri pelo Decreto nº. 39.909, com uma área de 16.998,66 hectares, na categoria de uso integral, ou seja, sua utilização possui restrições, tendo o objetivo de preservar o meio ambiente natural e sua biodiversidade.

Administrado pelo Instituto Estadual de Florestas - IEF, seu Plano de Manejo foi elaborado no ano de 2004 pela “Empresa STCP ENGENHARIA DE PROJETOS LTDA”.

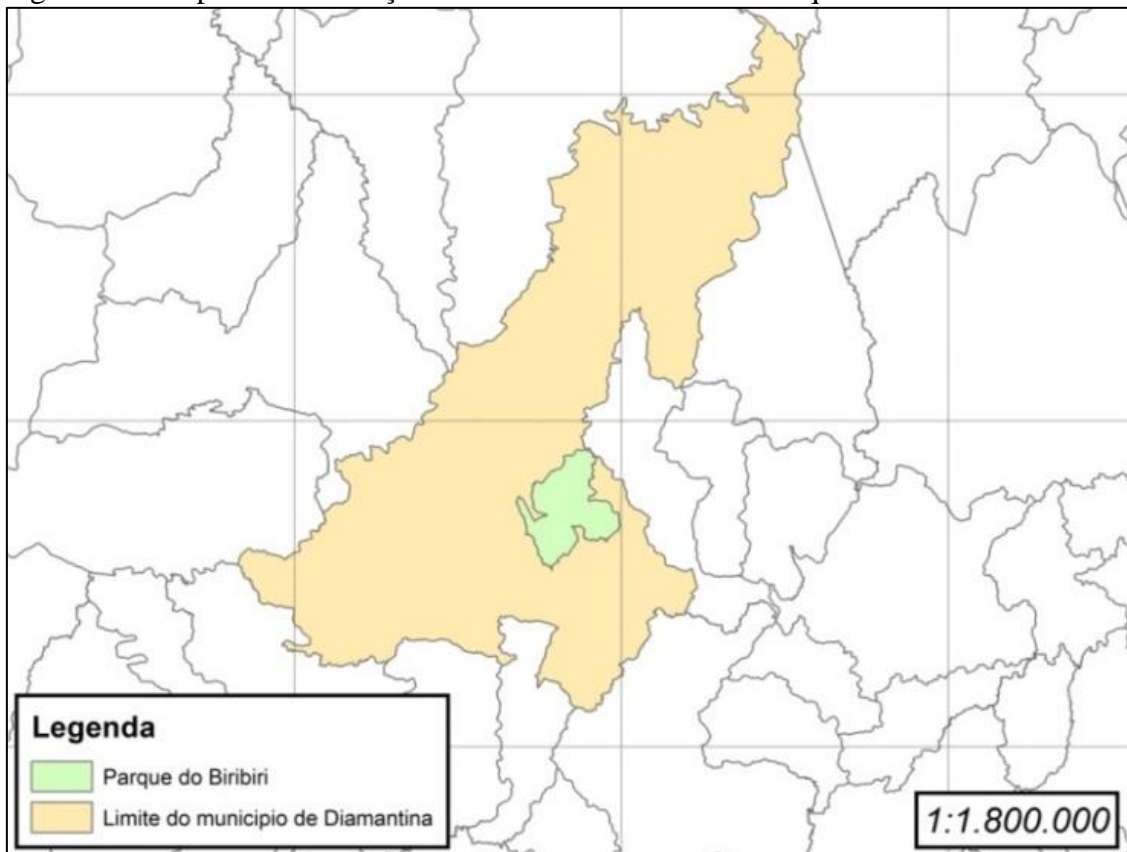
Plano de manejo é o documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas e necessárias à gestão da unidade.” (BRASIL, SNUC Lei nº 9.985, Art.2, 2000).

Em 2005 a Unidade recebeu os primeiros funcionários do IEF, deflagrando efetivamente as ações para a sua implantação e estruturação. O parque faz limites ao Norte com Rio Pinheiro e Rio Jequitinhonha, ao Sul e ao leste com a BR -367 e a Oeste com o Rio Pinheiros. Situa-se na região do alto Vale do rio Jequitinhonha, localizado totalmente no município de Diamantina. (IEF, Plano de Manejo, 2004)

²⁴ Para saber mais, ver APÊNDICE IV – Unidade de Conservação.

²⁵ Para saber mais, ver APÊNDICE IV – Unidade de Conservação.

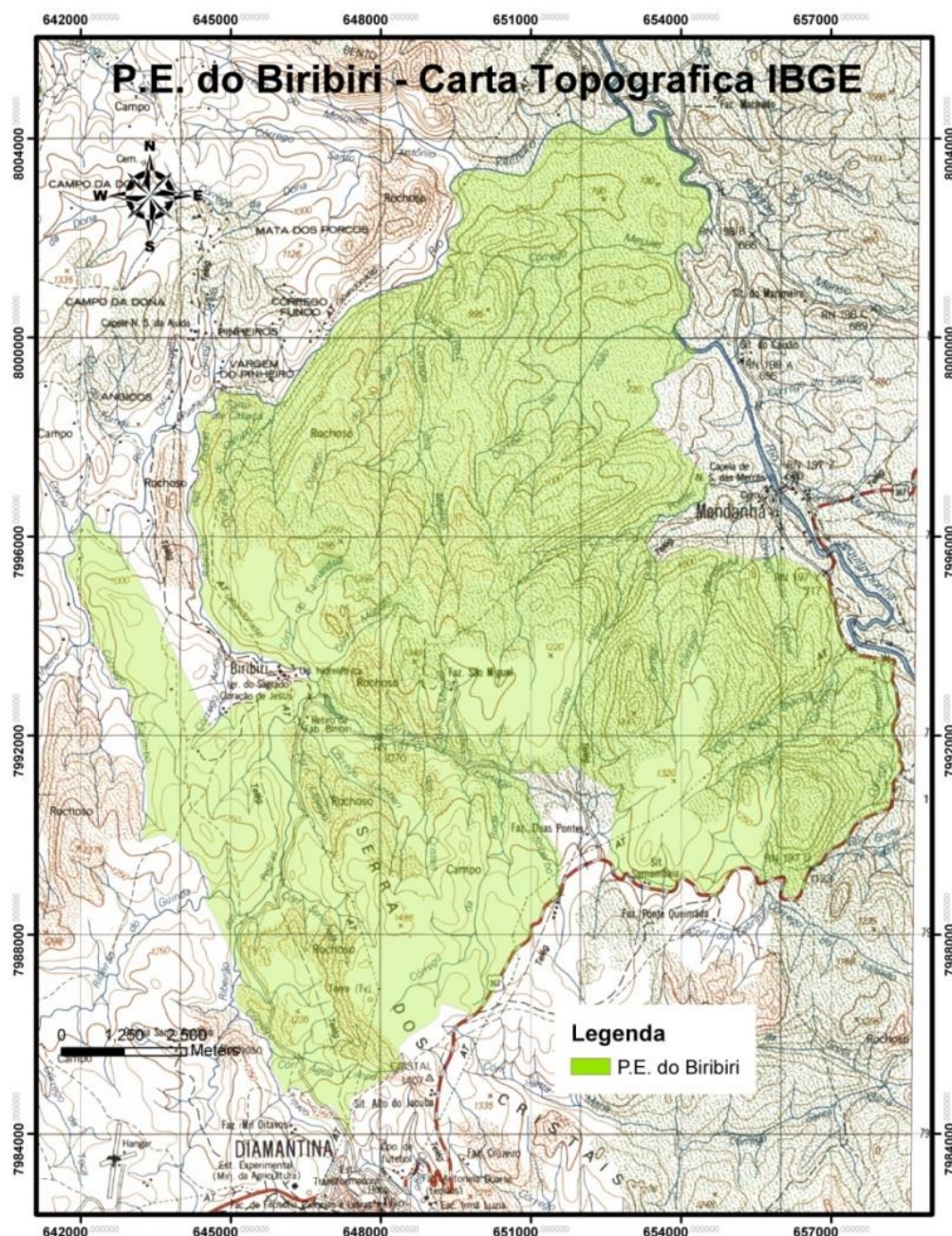
Figura 13 - Mapa de Localização: Cidade de Diamantina e Parque Estadual do Biribiri



Fonte: Elaboração Própria

O Parque Estadual do Biribiri, está inserido no Complexo Geológico da Serra do Espinhaço e apresenta singularidades naturais dessa região. Possui em sua maioria o bioma do Cerrado e campos Rupestres, fauna e flora bastante diversificada, muitas de suas espécies estão entre as consideradas ameaçadas de extinção, tais como: Lobo-guará, Sussuarana, Veado, Sempre-Vivas, Orquídeas, Bromélias, Canelas-de-ema, dentre outras.

Figura 14 - Área do Parque Estadual do Biribiri



Fonte: Plano de Manejo-IEF

Em seu interior há vários sítios arqueológicos pré-coloniais como os painéis de pinturas rupestres, e pós-coloniais, como o “Caminho dos Escravos”; uma diversidade de córregos e cachoeiras, dentre outros espaços de interesse ecológico e cultural indubitáveis em suas expressões culturais. É um atrativo, motivador do turismo na região, principalmente para os moradores de Diamantina e seus visitantes. (IEF. Plano de Manejo, 2005)

Figura 15 - Atrativo do Parque Estadual do Biribiri

Pintura Rupestre - PEBI



Fonte: Autoria Própria

Caminho dos Escravos



Fonte: IEF

Cachoeira dos Cristais - PEBI



Fonte: Autoria Própria

Formações Rochosas -PEBI



Fonte: IEF

O Parque Estadual do Biribiri é considerado o segundo mais visitado no estado de Minas Gerais (ÁVILA e PAULA, 2010), principalmente na área de suas cachoeiras, tendo seu acesso gratuito, porém, não possui infraestruturas físicas necessárias adequadas²⁶, ou seja, não há espaços como recepção, acomodação, espaço para pesquisa, dentre outras formas de adaptações para o apoio ao público e da gestão (Gráfico 3). Há apenas a portaria principal na entrada que funciona em um container,

²⁶De acordo com o IEF diversos parques não possuem infraestrutura, desta forma são considerados fechados para o acesso do turismo, porém, as pessoas utilizam das dependências do parque. No caso do Biribiri há uma portaria de informações do IEF na entrada principal, mas o acesso acontece sem dificuldades.

uma casa denominada ‘casa dos ventos’ que serve como local de observação e a sinalização dos atrativos principais no percurso.²⁷

Gráfico 3 - Número total de visitantes no PEBI



Fonte: ÁVILA e PAULA, 2010.

Figura 16 - Infraestruturas do PEBI

Portaria de acesso



Fonte: Autoria Própria

Casa dos Ventos- ponto de apoio

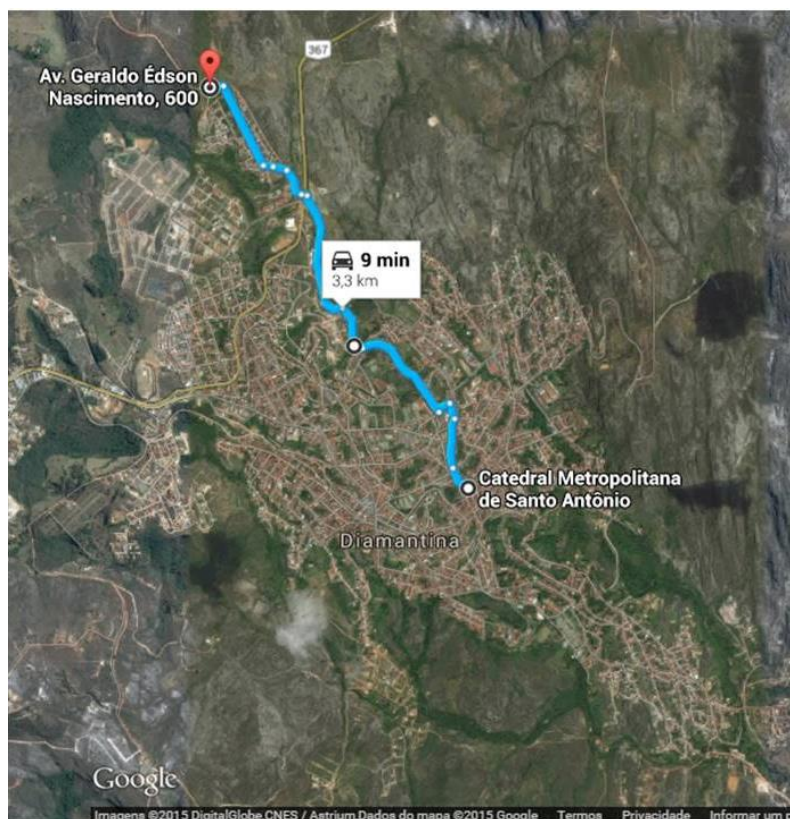


Fonte: IEF

Uma singularidade do Parque é a sua proximidade com o núcleo habitacional da cidade de Diamantina, tendo sua portaria de entrada a 200 m apenas, distante do bairro Cidade Nova. Devido a essa proximidade de acesso o Biribiri é considerado um parque urbano. Essa localização espacial diferencia o PEBI de outros parques, pois uma das consequências imediatas dessa situação é a pressão do crescimento urbano desordenado no município e, conseqüentemente, nos arredores do Parque. (Ver Figura 17 e 18)

²⁷ IEF. Parque Estadual do Biribiri.²⁷ <http://www.ief.mg.gov.br/noticias/3306-nova-categoria/1753-parque-estadual-do-biribiri>

Figura 17 - Acesso ao PEBI - Distância do Centro à Portaria de entrada



Fonte: Autoria própria - Adaptado do Google Earth. Acessado em 01 de junho de 2015.

Figura 18 - Portaria do Parque e perímetro urbano

Portaria do PEBI e bairro próximo 2013



Fonte: Autoria própria - Adaptado do Google Earth. Acessado em 10 de setembro de 2014.

Portaria do PEBI e bairros 2015



Fonte: Autoria própria - Adaptado do Google Earth. Acessado em 01 de junho de 2015.

Mapa de localização do PEBI e Vila (figura 19) apresenta a área da Estamparia S.A., englobando o Parque estadual do Biribiri, e a vila do Biribiri, demonstra ainda alguns bairros próximos.

Há conflitos ambientais e sociais em relação à área do Parque, como por exemplo, a não regulamentação fundiária para sua abertura efetiva, desde a aquisição governamental das terras utilizadas para implantação, de fato, dessa Unidade de Conservação, como confirmado no ‘Relatório Anual do Parque Estadual do Biribiri, 2012:

O Parque Estadual do Biribiri não possui regularização fundiária, ou seja, a sua área não é de posse e domínio público. Isso inviabiliza ações, por parte do Estado, de construção de infraestruturas de apoio aos trabalhos da equipe e para os seus milhares de visitantes. No entanto, algumas melhorias são realizadas, por iniciativa dos funcionários, obviamente com a permissão dos proprietários, a fim de oferecer condições salubres ao trabalho da equipe do Parque e de atrair e sensibilizar os visitantes quanto à importância do local. (IEF. Relatório Anual do Parque Estadual do Biribiri, 2012).

Devido a não regularização fundiária da área do parque, existem moradores posseiros em seu interior, mesmo o parque sendo categorizado como de “uso integral”, o que determina que não deva ter pessoas residindo em suas dependências. Porém a maioria dos posseiros já habitava a área do parque antes da criação da unidade em 1998, situação conflitante nos dias atuais. Não há previsão para que ocorra a regularização fundiária do parque, cabe ao IEF, dentre outros, a função de salvaguardar a unidade.

Alguns conflitos sociais gravitam em torno da interdição da Cachoeira dos Cristais, como a ocorrência de furtos sistemáticos. Para se tentar controlar o acesso das pessoas às suas águas, foi colocada uma corrente fechando parte do local que serve de estacionamento de veículos, liberando o acesso somente nos finais de semana e feriados. Neste caso, muitas vezes os motoristas estacionam na Vila do Biribiri, que fica localizada a aproximadamente 2 Km da Cachoeira dos Cristais

Figura 19 - Infraestrutura do PEBI

Placa indicativa Cachoeira dos Cristais e Vila do Biribiri



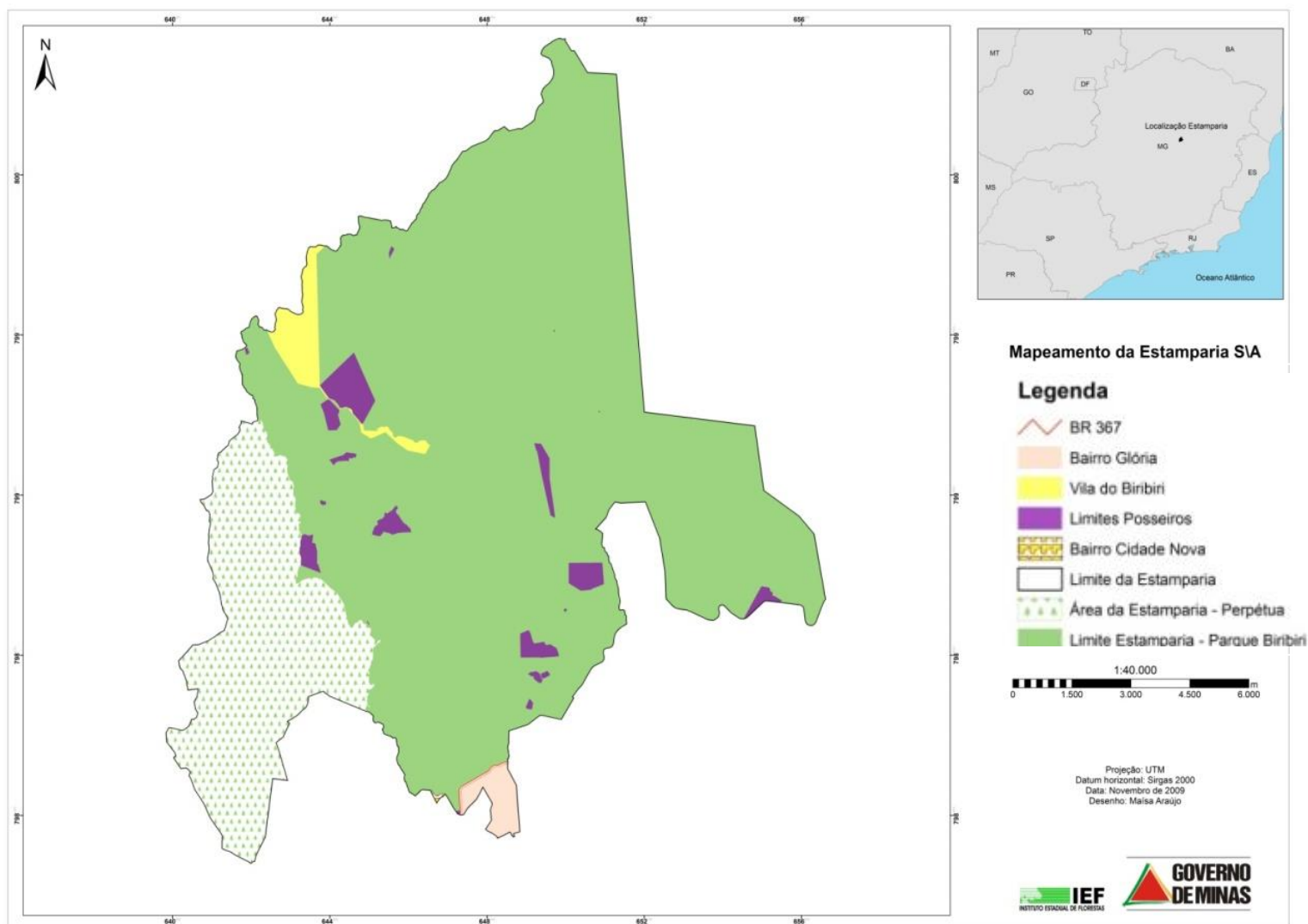
Fonte: Aatoria Própria

Ponte de acesso a Cachoeira dos Cristais



Fonte: Aatoria Própria

Figura 20 - Mapa de localização do PEBI e Vila - Antiga área da Estamparia



Fonte: IEF

Com a necessidade de se manterem as áreas verdes e as políticas de proteção nos últimos anos, criaram-se diversas categorias de unidades de conservação, em consequência disso, as comunidades muitas vezes acabam sendo comprimidas espacialmente pelas áreas de proteção ambiental e suas zonas de amortecimento, essa situação é perceptível no Parque Estadual do Biribiri.

Há a necessidade de trabalhos de conscientização ambiental de pertencimento e corresponsabilidade para os moradores que se encontram no interior e nas proximidades do parque, para o entendimento de que eles também possuem relação com o que acontece no interior da unidade de conservação, e para realização de efetivos trabalhos de compensações pelos órgãos gestores e governamentais que estão à frente destas áreas.

O parque e a vila são dois ambientes diferentes com legislações específicas para cada um, mas a proximidade desses espaços atrai a demanda turística, que muitas vezes entende que a vila pertence ao parque, mas na realidade, cada área tem suas normatizações específicas e são compreendidas de forma distintas.

4.2 Tecendo a história: A Fábrica de tecidos e a Vila de Biribiri

O termo Biribiri significa “buraco fundo” no linguajar tupi guarani (FILHO, 1980), não é difícil entender o porquê deste termo, tendo em vista que a localização espacial da vila está entre serras e quedas d’ água:

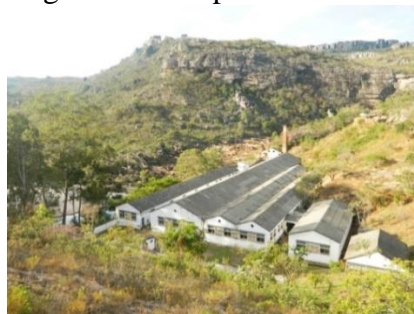
Da estrada, avista-se um vilarejo incrustado no vale, entre duas pedreiras, tingindo de branco e azul o verde. Ao fundo, o som de uma cachoeira tímida e o barulho das águas do Rio Biribiri, que corre em meio a um leito de pedras. À frente os galpões onde pessoas vindas de lugarejos próximos operavam, ainda no século XIX, a mágica da transformação do algodão em tecido, da natureza ao produto manufaturado. Mais que uma ex-vila de operárias, a Vila de Biribiri trás a memória de um tempo passado ainda presente em suas formas e cores, cheiros e sons. (AMORMINO, 2007, p.97)

Figura 21 - Vila do Biribiri - foto aérea



Imagem: Foto aérea - Arquivo da Estamparia S/A

Figura 22 - Galpões da Fábrica



Fonte: Autoria própria.

A Fábrica de tecidos de Biribiri surgiu como resposta a uma demanda da necessidade de geração de emprego. Parte da geração de renda de Diamantina provinha da mineração que também se encontrava em crise. Essa situação financeira adversa em vários setores, já atingia o estado de Minas Gerais há alguns anos. De acordo com Martins (2008):

[...] as crises da mineração a partir dos anos 1860 provocou a transição para novos padrões de vida econômica em Diamantina. Lançando mão dos capitais acumulado até aquele momento, as elites da cidade iniciaram um processo de diversificação no município, investindo na atividade industrial, no comércio e na prestação de serviços. A partir da segunda metade do século XIX e até as primeiras décadas deste século, Diamantina tornou-se um dos centros mais ativos do comércio e da indústria de Minas Gerais.

Sua edificação teve como princípio a expansão da ação social católica, procurando resolver questões de ordem social, moral e religiosa. Naquele momento, Diamantina passava por dificuldades de orçamento em diversas áreas e estabelecimentos, como na manutenção dos alunos no Seminário local, e no Colégio Nossa Senhora das Dores, conforme exposto por Neves (1960, p.55.) :

No orçamento provincial para 1876, são cortadas as verbas para a subvenção de 4 cadeiras no Seminário e auxílio para a educação de 24 alunos pobres. Também supresia a supressa a subvenção do Governo Geral para o custeio do estabelecimento. O Colégio Nossa Senhora das Dores, por sua vez, é privado da contribuição com que os cofres concorriam para a manutenção de sessenta das centro e tantas órfãs recolhidas.

Dom João vê-se na contingência de procurar um meio que resguarde melhor o futuro das suas protegidas, acautelando-o contra idênticas surpresas.

Diante do cenário de crise, o Bispo Dom João Antônio dos Santos²⁸, em sua visão empreendedora extraordinária para aquele período, convidou seus familiares, os Felício

²⁸ No dia 12 de março de 1863 o Cônego Dr. João Antônio dos Santos, natural do Distrito de Rio Preto, município do Serro, foi eleito como Bispo Diocesano de Diamantina. Dom João Antônio dos Santos veio a falecer em 17 de maio de 1905 durando seu episcopado 41 anos.

dos Santos²⁹ para construírem a vila e a fabrica de Biribiri. O espaço escolhido para construção da fabrica de tecidos pertencia ao eremita chamado Frei Luís que já havia se retirado daquelas terras. (IEPHA - Dossiê, 1998). O capital inicial utilizado para fundação da fabrica foi de 30 contos de reis - Couto (2002, p.302), por meio da formalização da Empresa Santos & Cia de fiação e de tecidos de algodão. Observe-se relato de Neves (1960, p.55) à saber:

[...]Resolve, então, fundar uma fábrica. Biribiri, aprazível recanto a 13 quilômetros da cidade, é o ponto preferido. Os recursos provem de membros da sua família. Organiza-se a empresa sob a razão social de Santos & Cia, em 1876. (Os sócios componentes da firma são: Major Antônio Felício dos Santos, Dr. Joaquim Felício dos Santos, Dr. Antônio Felício dos Santos e Capm. João Felício dos Santos). A maquinaria adquirida em Massachusetts (Estados Unidos) é transportada com as maiores dificuldades, segue de Juiz de Fora até Santa Luzia, em carroças; dali em ajoujos pelo Rio das Velhas até a barra da Paraúna e depois em carros de bois por estrada especialmente construída até o Biribiri, num percursos de 17 léguas. A fábrica é inaugurada a 6 de janeiro de 1877 e dias depois já esta em pleno funcionamento, ocupando 63 operários (9 homens, 36 moças e 18 meninos). Passa depois a trabalhar com 110 teares e 210 operários, sendo 180 moças. Mantém anexos oficinas de tinturarias, de lapidação de diamantes e de fundição de metais. A administração interna cabe a Dona Mariana, matrona expedita enérgica, cunhada de Dom João. Sub sua vigilância prudente e carinhosa, movimentase a vida social do pequeno burgo. A empresa fornece alimentação e moradias sadias aos operários. As moças habitam em comum vasto prédio, por ironia denominado Convento. Brincam e se divertem a valer, porém, sem promiscuidade de sexos. Cultiva-se ali boa música e não raro há representações teatrais. Muita gente da cidade participa daquele alegre convívio fazendo, às vezes, viagens a pé. Graças aos bons ofícios de Dona Mariana, cerca de 100 moças em sua maioria órfãs operárias encontram casamento. (...) Tendo em mira realizar uma obra mais de alcance social do que uma empresa com finalidade puramente mercantis, Dom João, adverte os sócios da firma que não esperem de suas quotas de capital dividendos compensadores em dinheiro; estes seriam revertidos e, bênçãos pelo que pudessem espalhar.

Figura 23- Família Santos



Fonte: Imagem retirada do Livro de TIBÃES 2001.

²⁹ Família tradicional e considerada de muitas posses na região.

A partir daquele período, a cidade de Diamantina pôde vivenciar uma nova estrutura produtiva têxtil e industrial enfatizando o contexto de mudanças econômicas, políticas, sociais e culturais do Brasil. “A Fábrica de Biribiri constituiu-se um dos mais importantes ícones da nascente economia industrial mineira, impulsionada na segunda metade do século XIX. Certo é que existe uma gama de fábricas têxteis em Minas contemporâneas à Fábrica de Biribiri”. (IEPHA. Dossiê 1998. p.44). Como confirmado por Martins:

A partir de 1870, a indústria experimentou surto expressivo no município de Diamantina. A atividade mineradora havia permitido a acumulação de capitais necessários à montagem de indústrias leves, e o próprio momento histórico facilitava essas iniciativas, no contexto da abolição da escravatura e da nova divisão internacional do trabalho gerada pela segunda Revolução Industrial. As fábricas de tecidos representam o ramo industrial mais dinâmico presente na região em torno de Diamantina. (MARTINS, 2000 *apud* JACOB, 1911).

O potencial hidráulico foi essencial para o progresso da industrialização em Minas Gerais, “o carvão era muito caro e as altas despesas com essa fonte energética acabava, por prejudicar a concorrência com o tecido importado”. (IEPHA - Dossiê, 1998). A tecnologia da fábrica de Biribiri era moderna e bem equipada para a época. Construída próxima a uma queda d’ água que possibilitou edificação de uma usina hidrelétrica, que mantinha a energia das residências e o funcionamento do maquinário.

A Fábrica do Biribiri, primeiramente denominada de Fábrica de Tecidos Santos & Cia, foi inaugurada em 06 de janeiro de 1876 e seu desenvolvimento ocorreu rapidamente. No ano de 1899 já era apontada como um dos pontos mais importantes, com vida comercial e desenvolvimento da manufatura da região. Neves (1960, p.55.) acrescenta que “nos primeiros anos, a Fábrica ocupou 63 operários, sendo 9 homens, 36 moças e 18 meninos, que manobravam 80 teares. Passaram depois a trabalhar com 110 teares e 210 operários, sendo 180 moças”.

Além do empreendimento fabril no ramo de tecidos, a vila possuía oficinas de tinturarias, de lapidação³⁰ de diamantes e de fundição de metais³¹. Em seus estudos Martins (2000) descreve algumas das instalações da Fábrica de Biribiri no ano de 1888:

³⁰ A lapidação naquela região aparece como anterior à fábrica de tecidos de acordo com o Dossiê de tombamento. (IEPHA, Dossiê, 1998, p. 50)

³¹ Um dos exemplos foi o sino da Basílica do Sagrado Coração em Diamantina foi fundido na fundição de

O edifício da fábrica de fiação e tecidos tem 58 teares filatórios, cordas, alandra e todos os mais acessórios movida por uma turbina de força de 150 cavalos, diversos maquinismos para mover os trinta teares com o peso de 4.630 arrobas. Há outro com uma tinturaria a vapor com todos os seus acessórios anexo ao edifício da fábrica, uma casa de carpintaria com serra circular, também movida pelo motor da fábrica de tecidos, um forno de fundição de ferro com todos os seus acessórios, uma casa de oficina de ferreiro com dois tornos de ferro, máquina de furar e aplinar ferro, movida pelo motor da fábrica, e seus acessórios. A duzentos metros da mesma fábrica há um outro edifício com fábrica de lapidação de diamantes, tendo 42 rodas. A quatrocentos metros há uma fundição de bronze e uma pequena fundição por meio de cadinhos para as peças pequenas da fábrica. Uma grande casa de depósito para algodão em rama, outra de depósito de tecidos. Três grandes casas de morada dos diretores, uma do diretor da lapidação, uma dos operários, um refeitório grande, etc. Um grande armazém para mantimentos e um moinho de pedra para milho. A área da fábrica contava sete léguas quadradas de terras de plantar campos. Todos os bens estimados no valor de 550 contos de réis. (BAT. Escritura de empréstimo. Livro de Inscrição Especial n. 2, inscrição n. 247, fls. 132-133)

No contexto de criação da vila operaria de Biribiri, o maquinário e a rotina de uma indústria têxtil em Diamantina eram novidade para a época. Encontram-se relatos de imigrantes estrangeiros contratados para instruir no funcionamento da Fábrica, dentre eles o inglês da Cornualha de nome John Rose³², “espécie de ‘faz tudo’, que era, ao mesmo tempo, minerador, carpinteiro, pedreiro e arquiteto”. Foi um dos responsáveis por parte da construção e arquitetura local (IEPHA Dossiê 1998). A ausência da genuinidade brasileira na Vila de Biribiri pode ser compreendida por este motivo:

A carência de técnico competentes também se fazia sentir, os empresários, desta forma, entenderam a necessidade premente de contratar mão-de-obra especializada – a estrangeira – para que assim os operários brasileiros pudessem ser ‘adestrados’ no manejo do maquinário até então estranho a eles. A caracterização da indústria brasileira, portanto, em fins de século XIX, pode ser dada como um fruto da invenção estrangeira, especialização estrangeira, engenharia estrangeira ‘e trabalho pesado’. A dependência de recursos e equipamentos que vinham de fora do país fundaram-se em verdadeiro contratempo frente ao andamento regular e ao perfeito funcionamento das fábricas brasileiras. (IEPHA, Dossiê, 1998 p 52.)

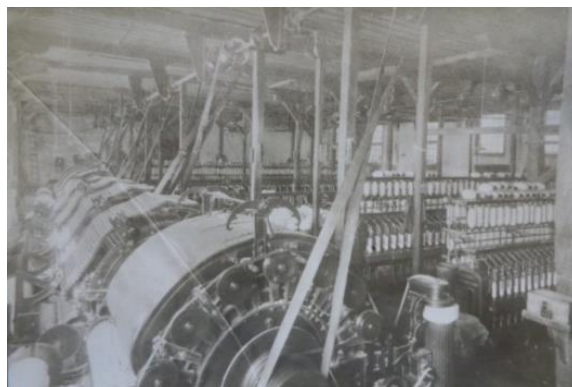
metais da Vila.

³² Citado como responsável pelo projeto da Vila, da Igreja do Sagrado Coração de Jesus e dos galpões da Fábrica no Dossiê de Tombamento (p. 52 e 53), Martins Barreto (2003 p.19), Tibães (2001, p.116) dentre outros.

Figura 24 - Interior da Fabrica de Biribiri em funcionamento



Fonte: Arquivo de Imagens da Estamparia S.A.



Fonte: Arquivo de Imagens da Estamparia S.A.

Figura 25 - Gravura do galpão de tecelagem original



Fonte: Arquivo de Imagens da Estamparia S.A.

Figura 26 - Imagem dos antigos galpões de tecelagem



Fonte: Arquivo de Imagens da Estamparia S.A.

A Fábrica e a vila ao longo dos anos sofreram diversas alterações tanto em relação aos maquinários e à tecnologia, quanto em suas atividades no decorrer dos anos. Mesmo assim seu conjunto é extremamente significativo e não deve ser desvalorizado.

4.2.1 Por trás do tecido: o contexto social e econômico

O contexto social na vila do Biribiri, “[...] não era só do trabalho, e sim somado a fábrica e às casas [...] havia pensionato para as moças solteiras e dormitórios para os moços, refeitórios, igreja, teatro, consultório médico e dentário, escola, armazém, bar, usina hidrelétrica” (IEPHA, Dossiê, 1998). As sociabilidades daquele povo, o desenvolvimento local, não podem ser vistos de maneira independente e desconectada, são experiências vividas por uma sociedade, possuidora de memórias individuais e coletivas. Observando-se as iniciativas do tombamento em relação ao conjunto urbano e arquitetônico [...] percebe-se clara iniciativa de um planejamento anterior, onde cada construção, seja ela uma simples casinha ou mesmo um dos galpões, parece estar no seu devido e determinado lugar. (...) Nada ali parece ter sido aleatório, como é o caso da maioria das vilas. (Dossiê. IEPHA. 1998 p. 44).

Figura 27 - Igreja do Sagrado Coração em Biribiri



Fonte: IEPHA, Dossiê, 1998.

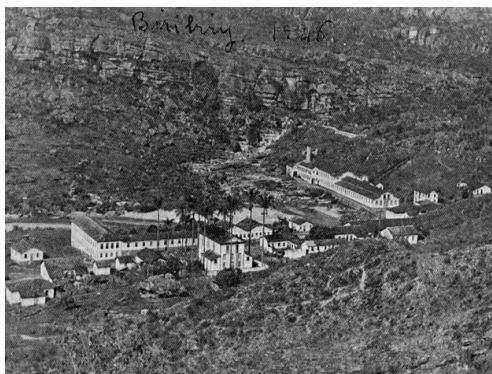
Figura 28 - Altar da Igreja do Sagrado Coração em Biribiri 1980



Fonte: Arquivo de Imagens da Estamparia S.A

A influência do ambiente no interior fabril, na vida de cada sujeito, muitas vezes estava interligada a uma organização do processo produtivo, ou seja, a divisão do trabalho, o maquinário e a vida na vila. Eram impostas regras no intuito de controlar o espaço moral e a disciplina para um bom andamento do dia-a-dia na fábrica.

Figura 29 - Vila do Biribiri aérea – 1946



Fonte: Acervo IEPHA

Figura 30 - Vila do Biribiri aérea - Sem data



Fonte: Autoria própria

Em relação aos proprietários a quem a fábrica pertenceu, funcionou sob o comando da família Felício dos Santos, denominada Fábrica de Tecidos Santos & Cia até o ano de 1921, quando foi adquirida por Algemiro Pompulone Duarte e seu irmão João Gerundino Duarte, passando a integrar o ativo da empresa “Duarte & Irmão”. Em 1954, Alexandre Mascarenhas associou-se aos Irmãos Duarte, fundando a Fábrica Antonina Duarte, montada no bairro do Rio Grande em Diamantina, em cuja negociação aconteceu a incorporação da Fábrica de Biribiri. Nos anos 1960, Alexandre Mascarenhas assumiu o controle acionário das duas fabricas, incluindo-as na rede “Companhia Industrial de Estamparia”, assim constituída: Fábrica de Tecidos de Biribiri, Fábrica Antonina Duarte em Diamantina, Fabrica de São Roberto em Gouveia e Estamparia S/A em Contagem. (Tibães, 2001; Armormino, 2007; IEPHA Dossiê, 1998).

Nos últimos anos de funcionamento a fábrica de Biribiri sofreu transformações, tanto físicas quanto tecnológicas, que eram demandas do mercado moderno, como demandas de produto, de mercado, praticidade e exacerbação da vida moderna, de mentalidade transformadora. A fábrica em termos industriais já não era mais viável e não apresentava possibilidade de expansão, devido a sua localização. Todos esses fatores culminaram com a desativação da fábrica em 1973, o que resultou na desocupação do povoado e na sua estagnação (...). (IEPHA, Dossiê, 1998, p.239).

A habitação local continuou com poucos moradores que eram funcionários que mantinham a organização da Vila. A usina hidrelétrica funciona até os dias atuais, mesmo com seu estado precário. A desativação comoveu a população local e a quem

teve a oportunidade de ir conhecer aquele lugarejo na época. Posteriormente tornou-se um lugar praticamente desabitado, e a partir de então essa situação lhe rendeu popularmente a denominação de “Cidade fantasma”

Biribiri, vinte e quatro anos desativada! Fábrica de tecidos do passado, deixou de funcionar um dia, frustrando sonhos, trazendo alívio para alguns, tristeza para outros. Mágoas, recordações, lembranças de tempos de sucesso, de ser importante, de pioneirismo, de lutas, de esperanças, tanta vida que começou e terminou, quanta história!

Fonte: Carlos Eduardo Kerr Anders. Recorte de Relato; s/d Encontrado no acervo da Estamparia S.A.

Diante dessa situação os 18.512 hectares que pertenciam à área da vila³³ foram colocados à venda, mas essa negociação não ocorreu durante anos, tendo muitas vezes opiniões opostas dos proprietários, visto que, se alguns vislumbravam a venda outros optavam, pela manutenção da vila em poder da família, conforme a tradição.³⁴

Figura 31 - Recorte de Jornal - Biribiri a venda (1993)



Fonte: Folha de São Paulo, 1993. Recorte de Jornal - Arquivo Particular da família Mascarenhas.

³³ A área da vila englobava todo o terreno que hoje é dividido entre parque e vila.

³⁴ Na época houve conflito de opinião sobre a realização das vendas, segundo Martins Barreto (2003, p. 28) apresenta que esta situação foi: “(...) Um dado delicado, pois, a Estamparia, empresa familiar, se divide em opiniões. Alguns apostam na venda da Vila; outros valorizando a tradição da família registrada nas ruas, casas e galpões do lugar, são contrários à venda”. (Martins Barreto,).

A Vila do Biribiri possui um panorama diferenciado. Foi utilizada como cidade cênica em razão da exuberância de sua paisagem. Entre os filmes que utilizaram seu cenário, podem ser citados: A dança dos bonecos, de Helvécio Raton; Xica da Silva, de Cacá Diegues; A hora e a Vez de Augusto Matraga, de Vinícius Coimbra; Minha Vida de Menina, dirigido por Helena Solberg; dentre outros.

Figura 32 - Gravação de a Hora e a vez de Augusto Matraga



Fonte: Jornal "O Tempo" 06 de set. de 2009.

Figura 33- Filmagens de "A dança dos bonecos"

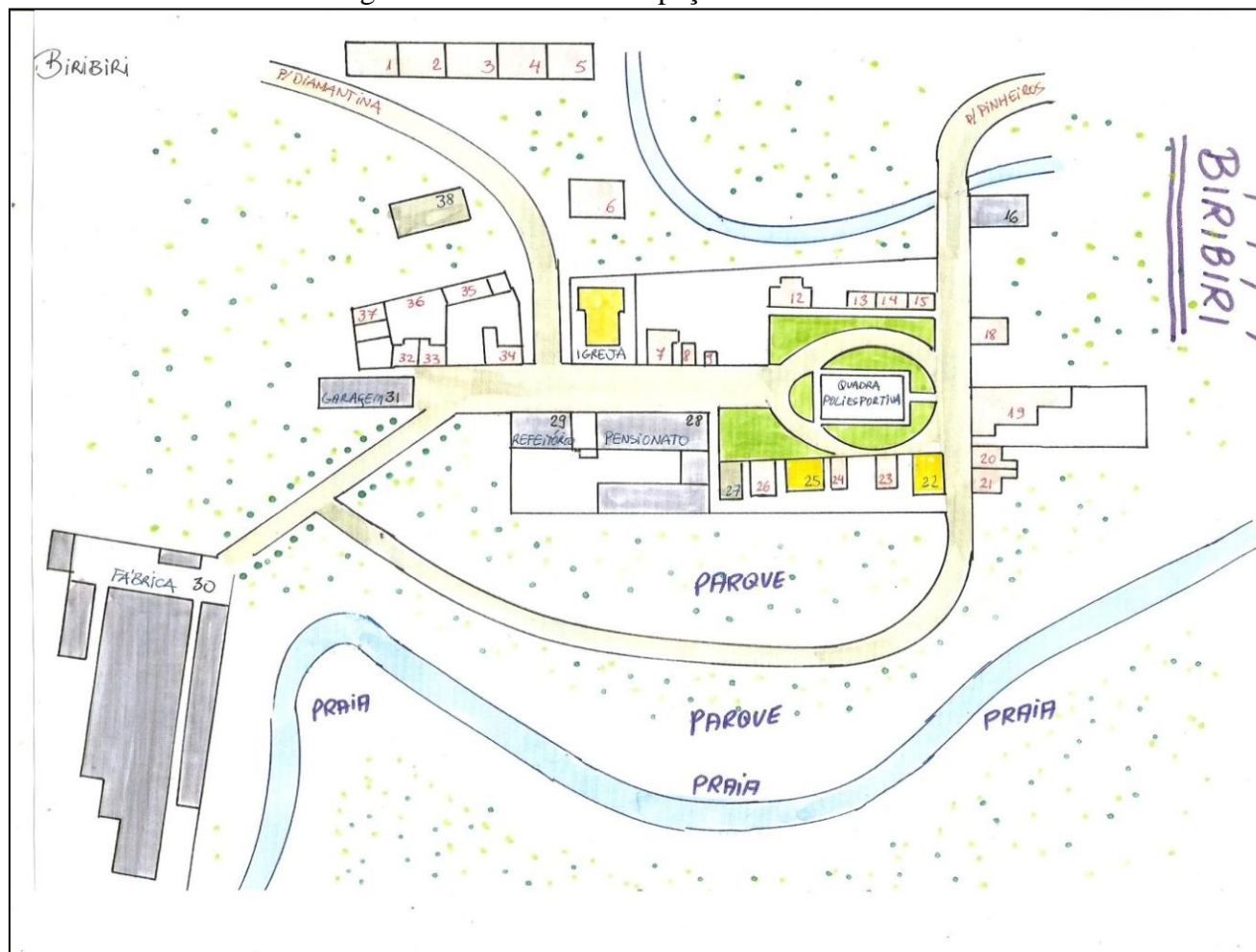


Fonte: Jornal "Estado de Minas" 03 de out. de 1984.

Na época em que Minas Gerais ainda era província, a Vila do Biribiri foi fundada e é um dos únicos povoados que preserva, quase intacta, a sua estrutura de vila operária, "podendo ser-lhe atribuído um valor histórico e arquitetônico mais pelo seu conjunto do que por suas edificações em particular, o que não culminaria com a delegação, a segundo plano, de sua importância". (IEPHA, DOSSIE, 1998)

A arquitetura de forma geral encontra-se harmônica, mesmo ladeada por casas simples de diferentes características construtivas. Apesar das modificações temporais, aparentemente existiu uma preocupação em se manterem traços como "janelas guilhotinadas com caixilharia de vidro liso e enquadramentos de madeiras pintadas com tinta a óleo azul".(IEPHA, Dossie, 1998). A beleza local pode ser percebida na harmonia do conjunto e não somente na individualidade de cada residência.

Figura 34 - Desenho do espaço da Vila do Biribiri



Fonte: Arquivo de Imagens da Estamparia S.A. s/d e sem autoria

O espaço da praça de esportes não existe atualmente, ele foi construído pelos últimos proprietários, os Mascarenhas e demolido posteriormente durante as gravações do filme "A Hora e a vez de Augusto Matraga"

O prédio que mais chama atenção pela sua volumetria é a Capela do Sagrado Coração de Jesus, localizada no centro do Vila, na qual se destacam “traços do vocabulário barroco na configuração de suas fachadas, conjugado por rosáceas longuigas de inspiração gótica(...)”. (IEPHA, Dossiê, 1998).

O dossiê de tombamento do IEPHA trás algumas considerações sobre o tempo em que as atividades fabris foram desativadas e aborda as principais dúvidas que pairavam sobre o futuro daquele espaço bem como a necessidade de proteção à manutenção da área fazendo a seguinte conclusão:

Assim se faz necessária à preservação do que ficou desta pequena vila operária que praticamente deserta, mereceria um destino mais adequado do que a sua atual situação de ‘cidade-fantasma’, como é denominada por muitos que a visitam atualmente, ‘cidade-fantasma’, porém, de um “passado” próspero, um ‘presente’ incerto e um ‘futuro’ desconhecido. Esta pequena fabrica-vila escondida na Serra do Espinhaço, que só é avistada quando se esta bem perto, muito contribuiu para o crescimento econômico em Minas Gerais no setor industrial têxtil, bem como de relevância para o aspecto social da cidade de Diamantina, não merecendo, desta forma, ser relegada ao esquecimento no tempo e no espaço. É componente indubitável do patrimônio histórico/arquitetônico de Minas Gerais. (IEPHA, Dossiê. 1998)

No ano de 1998 a cidade de Diamantina já havia solicitado à UNESCO o título de Patrimônio Cultural da Humanidade, o que culminou em ações de preservação local, fortalecendo a importância do tombamento do conjunto Arquitetônico e Paisagístico de Biribiri, tendo em vista a importância histórico-cultural e natural da área, conforme proposição do IEPHA:

No sentido de preservar a riqueza deste núcleo de valor excepcional em sua ordenação urbana, na harmonia de seus elementos com características formais e tipologias que o identifiquem como conjunto urbano representativo dos primórdios da industrialização em Minas, é que o IEPHA/MG vem propor sua salvaguarda através da medida do tombamento. (IEPHA. Dossiê, 1998, p.239).

Dentre os requisitos para salvaguardar o patrimônio destacam-se a implantação e paisagem privilegiada, representatividade histórica e cultural na industrialização, o traçado urbano e social, inscritos e homologados em 3 livros: no Livro I – do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico; Livro II - do Tombo de Belas Artes; Livro III-do Tombo Histórico (IEPHA, Dossiê.1998, p.239-240), em razão de que

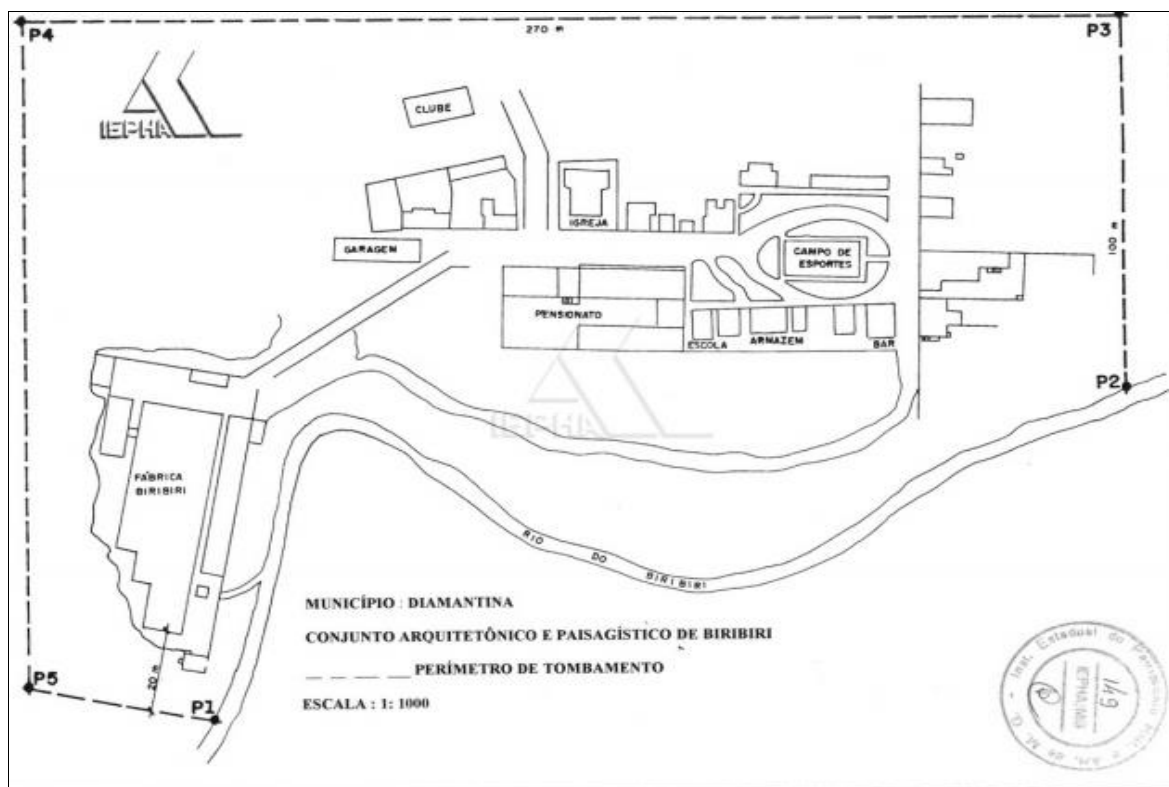
[...] Atualmente, o tombamento é um ato administrativo realizado pelo poder público com o objetivo de preservar, através da aplicação da lei, bens de valor histórico, cultural, arquitetônico, e ambiental para a população, impedindo que venha a ser destruídos ou descaracterizados. (IEPHA, Dossiê, 1998)

O Perímetro de Tombamento definido para a Vila do Biribiri perfaz área total equivalente a 926,3390 há (novecentos e vinte e seis hectares, trinta e tres ares e noventa centiares), em um perímetro igual a 14.941,606 metros (quatorze mil e novecentos e quarenta e um mil metros e seiscentos e seis milímetros). Segue a seguinte descrição do Dossie de Tombamento:

Perímetro de Tombamento

Linha poligonal no ponto P1, encontro da margem direita do Rio Biribiri com a paralela passando a 20 metros da fachada posterior da fábrica. Segue margeando o Rio Biribiri até o P2, localizado no encontro desta margem com o prolongamento de uma paralela passando a 60 metros da fachada principal da casa-sede da gerencia, em direção aos fundos do lote. Acompanha essa paralela por 100 metros ate o P3. Segue por uma perpendicular a esta paralela, em direção ao povoado, por 270 metros, até o P4. Segue, em perpendicular a esta anterior, em direção á fábrica, até encontrar a linha paralela à fachada posterior da fábrica. Segue esta paralela ate encontrar a margem do Rio Biribiri, fechando a linha poligonal. (IEPHA, Dossiê, 1998.)

Figura 35 - Perímetro de Tombamento no Dossiê



Fonte: Dossiê de Tombamento, IEPHA, MG, 1998.

De acordo com as Atas de reunião do conselho curador do IEPHA de 15 de outubro de 1998 foi sugerida a formação de um grupo destinado a discutir as formas de preservação do patrimônio ambiental e cultural de Biribiri, formado pelo IEF, IEPHA, e representantes da família Mascarenhas.

Entre os anos de 1998 até 2013, a vila, contou com a presença de poucos funcionários, necessários somente para a manutenção das edificações que já estavam com infiltrações e desgastes quando ocorreu o processo de tombamento. A pouca utilização dos últimos anos e a mínima manutenção ocasionaram piora no estado dos imóveis.

Figura 36 - Detalhes de residências sem reforma



Fonte: IEPHA, outubro de 2014

No ano de 2013 a Companhia de Tecidos S.A. colocou o conjunto arquitetônico de Biribiri à venda de forma fracionada, a empresa relatou não ter condições de manter o patrimônio como esperado pelo tombamento. As edificações, por intermédio das ações naturais provocadas pelo desuso ao longo do tempo, se encontravam em sua maioria em estado precário e sem utilidade. Quando um bem tombado é colocado à venda, o poder público tem preferência para adquirir o imóvel, mediante compra, em razão das diretrizes da política urbana, ato denominado de Direito de Preempção e previsto no Estatuto das Cidades, mas como não houve resposta positiva do governo, as edificações foram adquiridas por particulares de forma individual.

O processo que envolveu a venda do casario da vila foi um caso impar inclusive para o IEPHA, que elaborou e apresentou em abril de 2014 um “Plano de Diretrizes de preservação - conjunto arquitetônico e paisagístico de Biribiri”, com intuito de informar aos novos proprietários sobre políticas de preservação e de conservação do conjunto que edifica a vila, visto que parte das intervenções já havia-se iniciado sem que houvesse respaldo do órgão patrimonial, indo de encontro ao Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937³⁵:

Art. 17 As coisas tombadas não poderão, em caso nenhum, ser destruídas, demolidas ou mutiladas, nem, sem prévia autorização especial do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, ser reparadas, pintadas ou restauradas, sob pena da multa de cinquenta por cento do dano causado.

Com a venda do conjunto arquitetônico, os primeiros proprietários resolveram se unir, constituindo a “Associação Vila do Biribiri”³⁶ em setembro de 2013, com o intuito de buscarem respaldo legal para responderem e agirem judicialmente as demandas das necessidades da vila, e desta forma tentar administrar o patrimônio coletivamente. Vale aqui ressaltar o conceito de associação, como forma de mensurar a decisão do grupo:

Associação, em sentido amplo, é qualquer iniciativa formal ou informal que reúne pessoas físicas ou outras sociedades jurídicas com objetivos comuns, visando superar dificuldades e gerar benefícios para os seus associados. Formalmente, qualquer que seja o tipo de associação, pode-se dizer que a associação é uma forma jurídica de legalizar a união de pessoas em torno de necessidades e objetivos comuns. Sua constituição permite a construção de melhores condições do que aquelas que os indivíduos teriam isoladamente para a realização dos seus objetivos (CARDOSO, 2014. p.7)

Figura 37 - Faixa da Associação Vila do Biribiri



Fonte: Autoria própria. Imagem da faixa informativa localizada na entrada da vila:

A participação popular pode ser uma resposta importante, um fortalecimento de laços sociais que amparam a vida pública, se realizada de forma participativa e operante.

³⁵BRASIL. Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. Disponível em: <http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=3346> Acesso em 03 janeiro de 2015.

³⁶ ANEXO II – Ata de Fundação da Associação Vila Biribiri

5 A REUTILIZAÇÃO DA VILA DO BIRIBIRI: REFLEXÕES E DISCUSSÕES

Descendo uma estradinha estreita, à esquerda, vê-se a igreja dedicada aos Sagrados Corações, que dizem, ter sido financiada pelas próprias operárias, que garimpavam no rio em horário de folga, e, com a venda de ouro e diamantes, conseguiram recursos para a sua construção. O sino da igreja teria sido fundido na própria fábrica e, o relógio, doado pela família real portuguesa à Vila do Biribiri (...). À direita, o clube social, onde moradores se reuniam para as festas. Ao centro uma quadra de esportes, rodeada por algumas casinhas, o armazém, a escola, o teatro, a barbearia e o pensionato. Naqueles idos do século XIX, a vila contava com toda a estrutura necessária para seus moradores, que deviam seguir rigorosamente normas de conduta, principalmente para as moças. (ARMOMINO, 2007, p. 97)

5.1 Um conjunto tombado: Levantamento fotográfico das edificações

Ao longo de aproximados 128 anos (do contexto de criação aos dias atuais), a vila operaria fabril de Biribiri passou por diversas mudanças, quer seja em seu partido arquitetônico, como na decoração aderente, nos espaços internos e externos, nos galpões fabris, configurando um conjunto de características mistas significativas para a memória industrial de Minas Gerais. Essas ações culminaram no ano de 1998 com o tombamento do Conjunto Arquitetônico e Paisagístico de Biribiri. “Não se trata de uma somatória de elementos, [...] é preciso que haja relação entre as partes assinaladas para que se possa falar em conjunto. Harmonia deveria ser entendida como disposição ordenada entre as partes de um todo ”(MENESES, 2006, p. 45)

No intuito de apresentar ao leitor as edificações que formam o conjunto arquitetônico da vila do Biribiri, seguem as imagens existentes na vila referentes aos anos: de 1998 do Dossiê de Tombamento; 2014 e 2015, que apresentam reformas e adaptações no conjunto nos últimos anos.

Figura 38 - Edificações da Vila do Biribiri

Edifício 1



Fonte: IEPHA, Dossiê 1998
Função: Residencial

Edifício 1



Fonte: IEPHA, Outubro 2014
Função: Residencial

Edifício 1



Fonte: Autoria Própria Agosto 2015
Função: Residencial

Edifício 2



Fonte: IEPHA, Dossiê 1998

Edifício 2



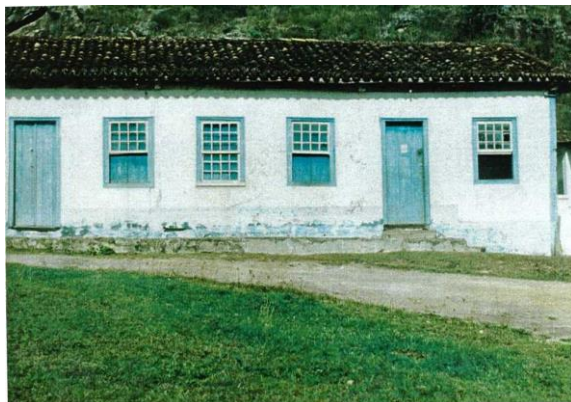
Fonte: IEPHA, Outubro 2014

Edifício 2



Fonte: Autoria Própria Agosto 2015

Função: Residencial
Edifício 3



Fonte: IEPHA, Dossiê 1998
Função: Residencial

Função: Residencial
Edifício 3



Fonte: IEPHA, Outubro 2014
Função: Residencial

Função: Residencial
Edifício 3



Fonte: Autoria Própria Agosto 2015
Função: Residencial

Edifício 4



Fonte: IEPHA, Dossiê 1998
Função: Residencial

Edifício 4



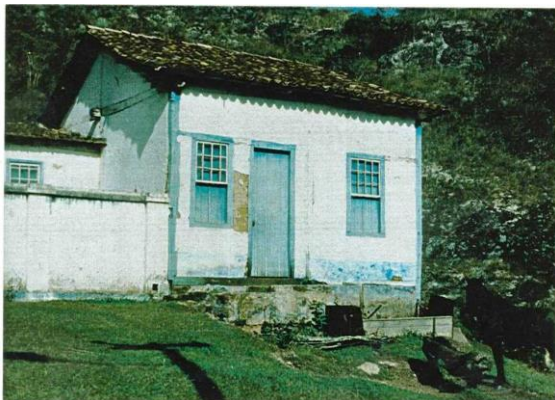
Fonte: IEPHA, Outubro 2014
Função: Residencial

Edifício 4



Fonte: Autoria Própria Agosto 2015
Função: Residencial

Edifício 5



Fonte: IEPHA, Dossiê 1998

Função: Residencial

Proposta do Dossiê: Centro de Informações

Edifício 5



Fonte: IEPHA Outubro 2014

Função: Residencial

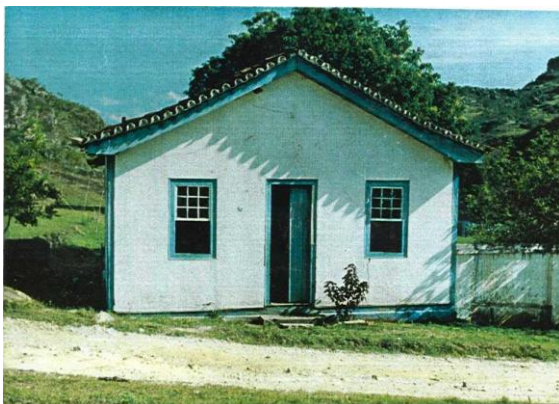
Edifício 5



Fonte: Autoria Própria Agosto 2015

Função: Residencial

Edifício 6



Fonte: IEPHA, Dossiê 1998

Função: Residencial

Edifício 6



Fonte: IEPHA, Outubro 2014

Função: Residencial

Edifício 6



Fonte: Autoria Própria Agosto 2015

Função: Residencial

Edifício 7



Fonte: IEPHA, Dossiê 1998
Função: Igreja

Edifício 7



Fonte: Autoria Própria janeiro 2014
Função: Igreja

Edifício 7



Fonte: Autoria Própria Agosto 2015
Função: Igreja

Edifício 8



Fonte: IEPHA, Dossiê 1998
Função: Residencial
Proposta do Dossiê: Casa Paroquial e Centro e
Convivência

Edifício 8



Fonte: IEPHA Outubro 2014
Função: Residencial

Edifício 8



Fonte: Autoria Própria Agosto 2015
Função: Residencial

Edifício 9



Fonte: IEPHA, Dossiê 1998
 Função: Residencial
 Proposta do Dossiê: Centro de saúde

Edifício 9



Fonte: IEPHA Outubro 2014
 Função: Residencial

Edifício 9



Fonte: Aatoria Própria Agosto 2015
 Função: Residencial

Edifício 10



Fonte: IEPHA, Dossiê 1998
 Função: Depósito
 Proposta do Dossiê: Posto telefônico

Edifício 10



Fonte: IEPHA Outubro 2014
 Função Proposta: Espaço da Associação

Edifício 10



Fonte: Aatoria Própria Agosto 2015
 Função Proposta: Espaço da Associação

Edifício 11



Fonte: IEPHA, Dossiê 1998
 Função: Demolida (terreno vago)
 Proposta do Dossiê: Doceteria

Edifício 11



Fonte: IEPHA Outubro 2014
 Função: Demolida (terreno vago sem utilizado
 como espaço de lazer)

Edifício 11



Fonte: Aatoria Própria Agosto 2015
 Função: Demolida (terreno vago sem utilizado
 como espaço de lazer)

Edifício 12



Fonte: IEPHA, Dossiê 1998
 Função: Residencial
 Proposta do Dossiê: Pousada

Edifício 12



Fonte: Aatoria Própria Outubro 2014
 Função: Residencial

Edifício 11



Fonte: Aatoria Própria Agosto 2015
 Função: Residencial

Edifício 13



Fonte: IEPHA, Dossiê 1998
 Função: Residencial
 Proposta do Dossiê: Pousada

Edifício 13



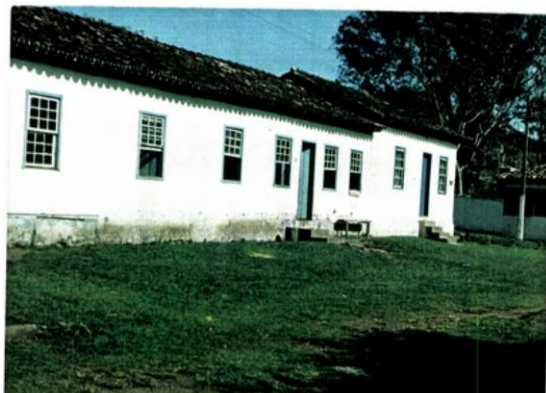
Fonte: IEPHA, Outubro 2014
 Função: Residencial

Edifício 13



Fonte: Aatoria Própria Agosto 2015
 Função: Residencial

Edifício 14



Fonte: IEPHA, Dossiê 1998
 Função: Residencial
 Proposta do Dossiê: Pousada

Edifício 14



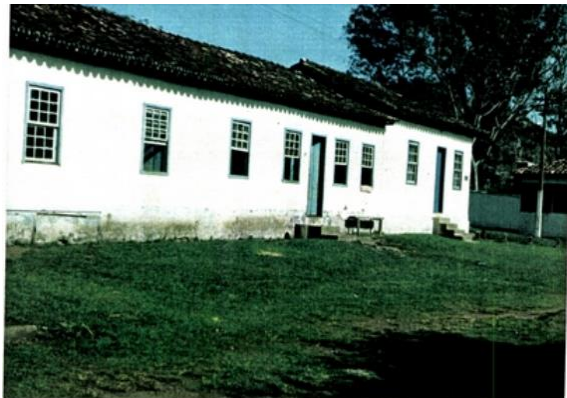
Fonte: IEPHA, Outubro 2014
 Função: Residencial

Edifício 14



Fonte: Aatoria Própria Agosto 2015
 Função: Residencial

Edifício 15



Fonte: IEPHA, Dossiê 1998
 Função: Residencial
 Proposta do Dossiê: Pousada

Edifício 15



Fonte: IEPHA, Outubro 2014
 Função: Residencial

Edifício 15



Fonte: Autoria Própria Agosto 2015
 Função: Residencial

Edifício 16



Fonte: IEPHA, Dossiê 1998
 Função: Estabulo
 Proposta do Dossiê: Cavalaria e oficina de
 manutenção

Edifício 16



Fonte: IEPHA, Outubro 2014
 Função: Pousada

Edifício 15



Fonte: Autoria Própria Agosto 2015
 Função: Pousada

Edifício 17



Fonte: IEPHA, Dossiê 1998

Função: Residencial

Proposta do Dossiê: Ateliê de sempre vivas

Edifício 17



Fonte: Aatoria Própria, Outubro 2014

Função: Residencial

Edifício 17



Fonte: Aatoria Própria, Agosto 2015

Função: Residencial

Edifício 18



Fonte: IEPHA, Dossiê 1998

Função: Residencial

Edifício 18



Fonte: IEPHA, Outubro 2014

Função: Residencial

Edifício 18



Fonte: Aatoria Própria, Agosto 2015

Função: Residencial

Edifício 19



Fonte: IEPHA, Dossiê 1998
Função: Residencial

Edifício 19



Fonte: IEPHA, Outubro 2014
Função: Residencial

Edifício 19



Fonte: Autoria Própria, Agosto 2015
Função: Residencial

Edifício 20



Fonte: IEPHA, Dossiê 1998
Função: Residencial

Edifício 20



Fonte: IEPHA, Outubro 2014
Função: Residencial

Edifício 20



Fonte: Autoria Própria, Agosto 2015
Função: Residencial

Edifício 21



Fonte: IEPHA, Dossiê 1998
Função: Residencial

Edifício 21



Fonte: IEPHA, Outubro 2014
Função: Residencial

Edifício 20



Fonte: Aatoria Própria, Agosto 2015
Função: Residencial

Edifício 22



Fonte: IEPHA, Dossiê 1998
Função: Comercial
Proposta do Dossiê: Armazém

Edifício 22



Fonte: IEPHA, Outubro 2014
Função: Bar/restaurante

Edifício 22



Fonte: Aatoria Própria, Agosto 2015
Função: Bar/restaurante

Edifício 23



Fonte: IEPHA, Dossiê 1998
 Função: Residencial
 Proposta do Dossiê: Instituto de Beleza

Edifício 23



Fonte: IEPHA, Outubro 2014
 Função: Residencial

Edifício 23



Fonte: Aatoria Própria, Agosto 2015
 Função: Residencial

Edifício 24



Fonte: IEPHA, Dossiê 1998
 Função: Residencial
 Proposta do Dossiê: Restaurante caseiro

Edifício 24



Fonte: IEPHA, Outubro 2014
 Função: Residencial

Edifício 24



Fonte: Aatoria Própria, Agosto 2015
 Função: Residencial

Edifício 25



Fonte: IEPHA, Dossiê 1998
 Função: Comercial
 Proposta do Dossiê: Galeria e Lanchonete

Edifício 25



Fonte: IEPHA, Outubro 2014
 Função: Bar/Restaurante

Edifício 25



Fonte: Aatoria Própria, Agosto 2015
 Função: Bar/Restaurante

Edifício 26



Fonte: IEPHA, Dossiê 1998
 Função: Residencial
 Proposta do Dossiê: Posto Policial, correio e sanitários públicos.

Edifício 26



Fonte: IEPHA, Outubro 2014
 Função: Residencial

Edifício 26



Fonte: Aatoria Própria, Agosto 2015
 Função: Residencial

Edifício 27



Fonte: IEPHA, Dossiê 1998
 Função: Institucional/Escola
 Proposta do Dossiê: Bar

Edifício 27



Fonte: Autoria Própria, Outubro 2014
 Função: Residencial

Edifício 27



Fonte: Autoria Própria, Agosto 2015
 Função: Residencial

Casa 28



Fonte: IEPHA, Dossiê 1998
 Função: Dormitórios (casa das mulheres)
 Proposta do Dossiê: Centro de Convenções

Casa 28



Fonte: IEPHA, Outubro 2014
 Função: Residencial

Edifício 28



Fonte: Autoria Própria, Agosto 2015
 Função: Residencial

Edifício 29



Fonte: IEPHA, Dossiê 1998
 Função: Refeitório
 Proposta do Dossiê: Restaurante

Edifício 29



Fonte: IEPHA, Outubro 2014
 Função: Residencial

Edifício 29



Fonte: Autoria Própria, Agosto 2015
 Função: Residencial

Edifício 30 - Garagem



Fonte: IEPHA, Dossiê 1998
 Função: Garagem
 Proposta do Dossiê: Ateliê de Arraiolos

Edifício 30



Fonte: Autoria Própria, Agosto 2015
 Função: Garagem

Edifício 31



Fonte: IEPHA, Dossiê 1998
 Função: Residencial
 Proposta do Dossiê: Museu

Edifício 31



Fonte: IEPHA, Outubro 2014
 Função: Residencial

Edifício 31



Fonte: Aatoria Própria, Agosto 2015
 Função: Residencial

Edifício 32



Fonte: IEPHA, Dossiê 1998
 Função: Residencial

Edifício 32



Fonte: IEPHA, Outubro 2014
 Função: Residencial

Edifício 32



Fonte: Aatoria Própria, Agosto 2015
 Função: Residencial

Edifício 33



Fonte: IEPHA, Dossiê 1998
Função: Residencial

Edifício 33



Fonte: IEPHA, Outubro 2014
Função: Residencial

Edifício 33



Fonte: Aatoria Própria, Agosto 2015
Função: Residencial

Edifício 34



Fonte: IEPHA, Dossiê 1998
Função: Residencial
Proposta do Dossiê: Escola

Edifício 34



Fonte: IEPHA, Outubro 2014
Função: Residencial

Edifício 33



Fonte: Aatoria Própria, Agosto 2015
Função: Residencial

Edifício 35



Fonte: IEPHA, Dossiê 1998
Função: Residencial

Edifício 35



Fonte: IEPHA, Outubro 2014
Função: Residencial

Edifício 35



Fonte: Aatoria Própria, Agosto 2015
Função: Residencial

Edifício 36



Fonte: IEPHA, Dossiê 1998
Função: Residencial

Edifício 36



Fonte: IEPHA, Outubro 2014
Função: Residencial

Edifício 36



Fonte: Aatoria Própria, Agosto 2015
Função: Residencial

Edifício 37



Fonte: IEPHA, Dossiê 1998
 Função: Lazer
 Proposta do Dossiê: Clube Recreativo

Edifício 37



Fonte: IEPHA, Outubro 2014
 Função: Lazer/Clube

Edifício 37



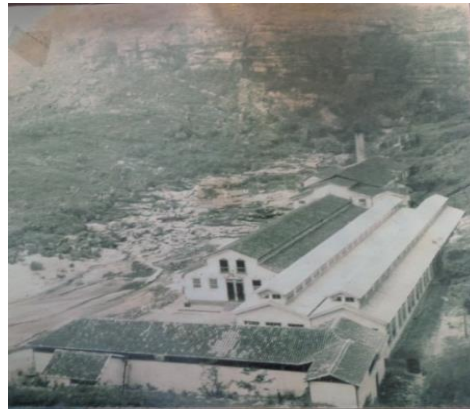
Fonte: Autoria Própria, Agosto 2015
 Função: Lazer/Clube

Edifício 38



Fonte: Fotografia Acervo da Estamparia S.A.
 s/d

Edifício 38



Fonte: Fotografia do Acervo da Estamparia
 S.A. s/d

Edifício 38



Fonte: Autoria Própria, Agosto 2015
 Proposta: A discussões sobre a possibilidade
 de montar um museu

5.2 Análise das Entrevistas com os residentes na Vila do Biribiri: Um novo Paradigma

Realizaram-se diferentes abordagens com o intuito de se entenderem as relações entre as normas que regem o conjunto arquitetônico e paisagístico de Biribiri e os atuais moradores. Entre elas, entrevistas semiestruturadas (questões abertas e fechadas) com um representante de cada imóvel da vila, ou seja, objetivava-se conseguir 31 entrevistados, entretanto o total foi de 28 respostas válidas, uma vez que três moradores não responderam. As entrevistas foram realizadas de forma presencial e eletrônica (Ver Apêndice I). O questionário foi dividido em 6 partes que abordaram os seguintes temas:

- A.** A Caracterização dos proprietários da vila do Biribiri
- B.** Os proprietários *versus* valor patrimonial da vila do Biribiri
- C.** Os Condicionantes para a aquisição do imóvel: usos, finalidades, o estado físico das edificações, valor patrimonial, projetos de intervenção no imóvel, restrições patrimoniais
- D.** A Associação Vila do Biribiri
- E.** O Parque Estadual do Biribiri
- F.** O Turismo
- G.** A Reutilização da vila do Biribiri

Os resultados dos dados obtidos nas entrevistas foram analisados e discutidos através da elaboração de amostragem por tabelas. Por se tratar de respostas de livre arbítrio, existiram situações que o entrevistado não quis dar a sua opinião, justificando assim, a diferença na quantidade de respostas válidas. As questões abertas, quando apropriadas, foram utilizadas no texto.

5.2.1 Um patrimônio vendido: diversos olhares sobre a Vila do Biribiri

Tabela 4 – Caracterização dos proprietários da vila do Biribiri, segundo gênero, estado civil, faixa etária, grau de escolaridade, ocupação, cidade de origem e renda. Diamantina, MG. 2014.

VARIAVÉIS (Perguntas)	FREQUÊNCIA (Respostas válidas)	PERCENTUAL %
A2- GÊNERO		
Feminino	11	39,3%
Masculino	17	60,7%
A3- ESTADO CÍVIL		
Solteiro(a)	4	14,3%
Casado(a)	23	82,1%
Divorciado/Separado/Desquitado(a)	1	3,6%
A4- FAIXA ETÁRIA		
De 21 a 30 anos	1	3,6%
De 31 a 40 anos	4	14,3%
De 41 a 50 anos	11	39,3%
De 51 a 60 anos	9	32,1%
Mais de 61 anos	3	10,7%
A5- GRAU DE ESCOLARIDADE		
Ensino Fundamental	2	7,1%
Ensino médio completo	7	25%
Graduação (superior geral)	9	32,1%
Especialização, mestrado, doutorado	10	35,7%
A6- OCUPAÇÃO		
Aposentado (a)/ Pensionista	3	10,7%
Comerciante	9	32,1%
Servidor (a) público (a) Estadual	1	3,6%
Servidor (a) público (a) Federal	6	21,4%
Autônomo (a)	9	32,1%
A7 e A8- CIDADE DE ORIGEM / ESTADO		
Belo Horizonte – MG	6	21,4
Caetete – BA	1	3,6
Curvelo – MG	2	7,1
Diamantina – MG	15	53,5
Joaquim Felício – MG	1	3,6
São Gonçalo do Rio Preto – MG	1	3,6
São João Del Rei – MG	1	3,6
Sete Lagoas – MG	1	3,6
A9- PORQUE ESCOLHEU MORAR EM DIAMANTINA?		
Natural de Diamantina	12	44,4
Atividades Profissionais	4	14,8
Vínculos Familiares	6	22,2
Não reside em Diamantina	5	18,5

A10- FAIXA DE RENDA FAMILIAR*		
Até 1 SM (até R\$ 724,00)	1	4,0
De 1 a 2 SM (R\$ 724,10 a R\$ 1.448,00)	1	4,0
De 2 a 5 SM (R\$ 1.448,10 a R\$ 3.620,00)	2	8,0
De 5 a 10 SM (R\$ 3.620,10 a R\$ 7.240,00)	7	28,0
De 10 a 20 SM (R\$ 7.240,10 a R\$ 14.480,00)	6	24,0
Acima de 20 SM (R\$ 14.480,10)	8	32,0

* Excluídos os que não responderam a questão.

A tabela 4 – Referente à primeira parte do questionário, contém a caracterização dos proprietários da vila do Biribiri, segundo gênero, estado civil, faixa etária, grau de escolaridade, ocupação, cidade de origem e renda:

O universo de entrevistados (pergunta A2) foi de 28 pessoas, composto de 17 (60,7%) homens e 11 (39,3%) mulheres, distribuídos entre (pergunta A3) 82,1% casados, 14,3% solteiros e 3,6% divorciado. Entre os entrevistados a faixa etária (pergunta A4) que mais sobressaiu foi de 41 a 50 anos com 39,3%, seguido de 51 a 60 anos 32,1%, 31 a 40 anos 14,3%, maior de 61 anos 10,7% e 21 a 30 anos 3,6%.

O grau de escolaridade (pergunta A5) sobressaem indivíduos com nível superior 67,8%, destes 32,1% no nível de graduação, 35,7% com pós-graduação, os que possuem nível médio são 32,1% e nível fundamental 7,1%. Saliento que estes valores não retratam a margem total de indivíduos da vila porque o objeto dos questionamentos foi entrevistar uma pessoa em cada residência e nem todos responderam, fato já descrito acima. Observa-se que a população atual da vila em sua maioria possui nível superior completo, o que indica um grau de instrução já avançado.

As atividades profissionais (pergunta A6) resultaram em uma aproximação dos autônomos 32,1% e dos comerciantes também 32,1%, seguido pelos servidores federais 21,4%, aposentados 10,7% e uma servidora estadual 3,6%.

As perguntas (A7, A8, A9, A10) foram inseridas no questionário para dimensão do interesse do proprietário pela região. Isso proporcionou o entendimento de que a maioria dos proprietários já residia na cidade de Diamantina mesmo antes de obter o imóvel na vila.

Como observado na (pergunta A7 e A8) 96,4% dos entrevistados são do estado de Minas Gerais dos quais, 53,5% são naturais da cidade de Diamantina, fato este que muitas vezes justificou a escolha da compra do imóvel na vila do Biribiri.

A (pergunta A9) foi aberta, e devido à semelhança nas respostas foi possível agrupar os dados e inserir na tabela, de onde se extraiu o seguinte percentual: 43% dos proprietários são naturais de Diamantina, 21,4% declararam não residir na cidade de Diamantina, 18% pelos vínculos profissionais e 18% por vínculos familiares.

De acordo com as informações obtidas durante as entrevistas e com informações da Associação, os proprietários que não residem na cidade de Diamantina moram nas cidades de Belo Horizonte, Curvelo, Rio de Janeiro e Brasília, porém nem todos responderam à entrevista.

Essa análise torna perceptível que a maioria dos entrevistados já possuía vínculos com a região de Diamantina antes de obter a propriedade da vila, fato importante ao se pensar na mobilização social, responsabilidade e corresponsabilidade patrimonial para com a região.

A faixa de renda (pergunta A10) apresenta que, 32% recebem acima de 20 salários mínimos, 28% se enquadram na faixa de renda de 5 a 10 salários, 24% de 10 a 20 salários, 8% de 2 a 5 salários, 4% de 1 a 2 salários e outros 4% recebem um salário mínimo. Dentro do exposto pode-se observar que a nova população que integra o quadro de proprietários dos imóveis na vila do Biribiri trata-se de pessoas oriundas, em sua maioria, da classe social média alta da sociedade brasileira.

O sucesso da mobilização social depende não só da comunicação, mas do cumprimento de outras funções como a difusão das informações, da promoção da coletivização ou sentimento de pertencimento ao grupo envolvido, do registro do movimento e do fornecimento de elementos, valores, ou símbolos que façam com que as pessoas se identifiquem com a causa e o projeto mobilizador. (HENRIQUES, 2007)

A comunidade é um importante agente modificador do ambiente, o processo de mobilização social é educativo e promove a participação de pessoas que buscam um objetivo comum. A corresponsabilidade é um percurso viável que leva ao cumprimento dos objetivos de uma iniciativa. (HENRIQUES, 2007)

Tabela 5 – Os proprietários *versus* valor patrimonial da vila do Biribiri, Diamantina, MG. 2014.

VARIAVÉIS (Perguntas)	FREQUÊNCIA (Respostas válidas)	PERCENTUAL %
B1- CONHECE A HISTÓRIA DA VILA?		
Sim	24	85,7%
Não	4	14,3%
B2-O QUE LEVOU A CONHECER A VILA DO BIRIBIRI?		
Paisagem	4	14,3%
Arquitetura	1	3,6%
História/ Memória	6	21,4 %
Lazer/descanso	9	32,1%
Turismo	4	14,3%
Outros: Vínculo familiar *	2	7,2%
Outros: Vínculo profissional*	1	3,6%
Outros: Comércio*	1	3,6%
B3-O QUE A VILA DO BIRIBIRI REPRESENTA PARA VOCÊ HOJE?*		
Arquitetura	1	3,6%
História/ Memória	7	24,9%
Lazer	5	17,9%
Patrimônio	3	10,7%
Descanso	8	28,6%
Meio Ambiente/ Natureza	2	7,1%
Oportunidade Comercial	1	3,6%
Outros: Vínculo familiar e afeto *	1	3,6%
B4- O QUE SIGNIFICA O CONJUNTO DA VILA DO BIRIBIRI?		
Tradição	3	11,1%
Preservação/Conservação	9	33,3%
História/ Memória	7	26,0%
Paisagem cultural	3	11,1%
Espaço de ambiente Natural	4	14,8%
Arquitetura	1	3,7%
B5- SE CONSIDERA RESIDENTE EM UMA ÁREA DE INTERESSE PATRIMONIAL?		
Sim	27	96,4%
Não	1	3,6%
B6- ACHA IMPORTANTE PRESERVAR ESTE VILAREJO?		
Sim	28	100,0%
B8- EM RELAÇÃO AO PATRIMÔNIO NA VILA DO BIRIBIRI, O QUE É MAIS IMPORTANTE?***		
Patrimônio arquitetônico	17	63,0%
Patrimônio paisagístico	7	26,9%
Outros**	3	11,1%

*Refere-se ao que foi apresentado na opção “outros”.

**Dos entrevistados que marcaram a opção “Outros”, dois descreveram que tudo é importante em Biribiri, não conseguindo dar relevância a um único aspecto, e outro entrevistado apresentou a opção patrimônio natural.

A tabela 5 – Referente à segunda parte do questionário, teve o intuito de entender a relação dos proprietários com o valor patrimonial da vila do Biribiri:

Na (pergunta B1), 85,7% conhecem a história da Vila do Biribiri. O fato de conhecer e ter interesse pelo contexto histórico da localidade é essencial para o sentimento de pertencimento e cuidado com o patrimônio. Entre os breves relatos (pergunta B1a) sobre a fundação da vila, podem-se destacar os seguintes:

“A vila foi fundada em 1876 pelo bispo D. João Antônio dos Santos para uma fábrica têxtil que chegou a contar com mais de 600 funcionários, possuía uma boa infraestrutura para os padrões da época com geração elétrica própria, escola, barbearia, clube, restaurante e igreja”. (Entrevistado 27)

“Fundada há mais de um século para abrigar as famílias que trabalhavam na indústria têxtil. Tinha sua própria energia elétrica, a qual sustentava as casas e a fábrica e a energia que sobrava era enviada para Diamantina. Além das casas dos operários a Vila contava com um Clube, uma pequena Igreja e uma Hospedaria. No auge da Vila o movimento de pessoas indo e vindo era muito grande.” (Entrevistado 1)

A (pergunta B2) surgiu no intuito de saber o que levou o morador a conhecer a vila do Biribiri, 32,1% visitaram a vila na busca de obter lazer e descanso, 21,4% a história/memória, 14,3% atividade turística, 14,3% pela paisagem, 7,2% vínculo familiar (indicado na opção ‘Outros’); 3,6% arquitetura, 3,6% comércio (indicado na opção ‘Outros’); 3,6% vínculo profissional (indicado na opção ‘Outros’).

Na (pergunta B3) a vila representa para 28,6% descanso, 24,9% história e memória, 17,9% lazer, 10,7% referência patrimonial, 7,1% ambiente/natureza, 3,6% oportunidade comercial, 3,6% arquitetura e 3,6% vínculo familiar ou afeto (indicado na opção ‘Outros’). Para esta questão solicitou-se que fosse marcada apenas uma das opções de forma que o resultasse não deixasse dúvidas sobre a primazia das preferências pela vila.

A (pergunta B4) entende a vila como um conjunto coeso de edificações, nesse aspecto: 33,3% declararam que o conjunto da vila é interpretado como um espaço de preservação e conservação; 26% história/memória; 14,8% paisagem natural; 11,1% paisagem cultural; 11,1% tradição e 3,7% arquitetura. Esse questionamento específico foi realizado em razão dos seguintes conceitos sobre preservação:

Quando falamos em **preservação**, estamos pensando em manter as características que fizeram daquele bem um patrimônio cultural do Município, do Estado ou da União. A preservação implica em **conservar** as características físicas do bem e mantê-lo como parte integrante da vida da comunidade.

Ao conjunto de ações que garantem a preservação do patrimônio chamamos **salvaguarda**. Essas ações de caráter legal, preventivo,

restaurativo, educativo e dinamizador têm como efeitos a conservação das características do patrimônio e sua (re) inserção na vida da comunidade (...)

Na **preservação** de bens de cultura, consideramos fundamental a participação da comunidade onde o bem está inserido, mas também é fundamental o compromisso do poder público com a proteção e conservação do legado coletivo³⁷.

A (pergunta B5) teve o intuito de analisar se os proprietários se consideram residentes em uma área de interesse patrimonial e 96,4% disseram que sim, 3,6% (um entrevistado) relatou não considerar a área de interesse patrimonial. Dentre os entrevistados que consideram a vila como de importância patrimonial um declarou que a não preservação, parte da omissão dos órgãos de defesa patrimonial, salientando que a ponte que servia de acesso para a Vila caiu por falta de interesse governamental. Isso deixa a compreensão na análise de que o entrevistado aproveitou esse espaço para realizar uma crítica.

Na (pergunta B6), 100% dos entrevistados relataram considerar importante a preservação do conjunto arquitetônico e paisagístico de Biribiri.

Ao tratar do monumento arquitetônico que mais chama atenção na vila (pergunta B7 - aberta), 82,1% referenciaram a Igreja; as outras opções foram: 3,6% a praça, 3,6% a casa da gerência, e 10,7% relataram que não conseguem delimitar um só elemento dentro do conjunto. A casa da gerência foi citada por ser um bem que trás sentimentos afetivos ao entrevistado que relatou ser onde o pai havia nascido. Durante o decorrer da entrevista a parte afetiva ficou evidente.

Figura 39 - Monumentos citados no questionário-Vila do Biribiri

Capela do Sagrado Coração
Edifício 7



Fonte: Autoria Própria

Vista parcial da Praça



Fonte: Autoria Própria

Casa da Gerência
Edifício 19



Fonte: Autoria Própria

³⁷ SIPAC. Preservação do Patrimônio Cultural. Disponível em: <http://patrimonio.ipac.ba.gov.br/educacao-e-preservacao/preservacao-do-patrimonio-cultural/> Acessado em 01 de março de 2015.

Na (pergunta B8) foi solicitado aos proprietários em relação ao patrimônio na vila do Biribiri que definissem a categorização mais importante (uma única): 63% consideram o patrimônio arquitetônico, 26,9% patrimônio paisagístico, na opção outros: 7,1% descreveram que tudo é importante em Biribiri não conseguindo dar relevância a um único aspecto e 3,6 % categorizaram como patrimônio natural.

O tombamento da Vila reconhece a região como patrimônio arquitetônico e paisagístico. Esperava-se que o patrimônio industrial pudesse aparecer entre as respostas, porém, percebeu-se que o reconhecimento industrial é irrelevante ou quase imperceptível para os residentes. Porém ele é importante quanto à valorização histórica deste lugarejo, uma vez que foi o fator industrial que gerou o conjunto do Biribiri no séc. XVIII.

O patrimônio industrial é uma categoria recente no Brasil e não foi referenciado no documento de Tombamento da Vila no ano de 1998. Atualmente vários inventários consideram a ‘arqueologia industrial e o patrimônio industrial’, um interesse que emergiu com maior intensidade na década de 1950. Posteriormente foi adicionada a categoria de “paisagens culturais industriais”, ampliando assim a importância para a memória, a história, a arqueologia, a arquitetura dentre outras. Esta referência é confirmada nos estudos de KULH (2006. p.2):

A arqueologia industrial interessa a várias áreas do conhecimento, em especial às humanidades, estando ligada à antropologia, à sociologia e à história – social, do trabalho, econômica, das ciências, da técnica, da engenharia, da arte, da arquitetura, das cidades etc. Pode ser entendida como esforço multidisciplinar – de inventários, de registros, de pesquisas histórico-documentais e iconográfica, de entrevistas, de levantamento métrico e análises de artefatos e de edifícios e conjuntos e de sua transformação ao decorrer do tempo, de seus materiais, de suas estruturas, de suas patologias, de sua inserção na cidade ou território, de sua forma de ligação com os variados setores da sociedade, de suas formas de recepção e percepção, e sendo reconhecidos como bem cultural, de projeto de restauração - para se estudar as manifestações físicas, sociais e culturais de forma de industrialização do passado, com o intuito de registrá-las, revelá-las, preservá-las e valorizá-las. Estudos dessa natureza alcançam maior profundidade se forem realizados esforços consistentes e constantes pelos variados domínios do saber de maneira articulada.

O reconhecimento dos bens culturais industriais acontece em sua maioria através do IPHAN, por meio do Livro do Tombo histórico, já descrito anteriormente. A UNESCO caracteriza esses bens como paisagens culturais industriais. Todo processo de patrimonialização deve passar por avaliação criteriosa. É preciso assumir e entender a existência de interesses conflitantes, na definição dos bens culturais eleitos como patrimônio, e inferir sua legitimidade perante a sociedade.

Tabela 6 - Aquisição, finalidade, estado dos imóveis e a relação com o patrimônio. Vila do Biribiri- Diamantina MG. 2014.

VARIÁVEIS (Perguntas)	FREQUÊNCIA (Respostas válidas)	PERCENTUAL %
C1- COMO VOCÊ FICOU SABENDO DAS VENDAS DOS IMÓVEIS (CASAS)?		
Anuncio da internet	1	3,6%
Imobiliária	1	3,6%
Amigos	24	85,7%
Outros: Placa <i>in loco</i>	2	7,1%
C2- QUANDO ADQUIRIU O IMÓVEL NA VILA DO BIRIBIRI?		
Segundo semestre de 2013	10	35,7%
Primeiro semestre de 2014	13	46,4%
Segundo semestre de 2014	5	17,9%
C3- HOUVE PRÉ- REQUISITO OU CONDICIONANTE PARA A COMPRA DO IMÓVEL?		
Sim	10	35,7%
Não	18	64,3%
C4- QUAL A FINALIDADE DA COMPRA DO IMÓVEL?		
Residência fixa	1	3,6%
Residência temporária	23	82,1%
Comércio	1	3,6%
Residência de uso misto (temporária e comércio)	1	3,6%
Residência de uso misto (fixa e Comércio)	2	7,1%
C5- QUANDO VOCÊ COMPROU O IMÓVEL, VOCÊ SABIA QUE ESTAVA EM UMA ÁREA RECONHECIDA FORMALMENTE PELO GOVERNO DO ESTADO COMO PATRIMÔNIO TOMBADO?		
Sim	25	89,3%
Não	3	10,7%
C5a - SE SOUBESSE QUE SUA RESIDÊNCIA LOCALIZAVA-SE EM UMA ÁREA RECONHECIDA COMO PATRIMÔNIO TERIA ADQUIRIDO? *		
Sim	1	33,3%
Não	2	66,7%
C6- AO ADQUIRIR O IMÓVEL, EM ALGUM MOMENTO VOCÊ FOI ABORDADO POR ALGUM REPRESENTANTE DO SERVIÇO DE PROTEÇÃO AO PATRIMÔNIO?		
Sim	5	17,9%
Não	23	82,1%
C7- QUAL O ESTADO QUE SE ENCONTRAVA O IMÓVEL QUE VOCÊ ADQUIRIU?		
Bom	3	10,7%
Regular	10	35,7%
Ruim	15	53,6%
C8- FOI NECESSÁRIO REALIZAR REFORMAS?		
Sim, já realizei a reforma	10	35,7%
Sim, ainda terei que realizar	11	39,3%
Sim, a reforma está em andamento	6	21,4%
Não foi necessário	1	3,6%

* Esta pergunta foi direcionada a quem respondeu negativamente a anterior totalizando 03 respostas válidas.

A tabela 6 - Referente à terceira parte apresentou os questionamentos sobre: aquisição, estado dos imóveis e a relação com o patrimônio.

Na (pergunta C1) a maioria dos proprietários 85,7% tomou conhecimento das vendas dos imóveis a partir da divulgação de pessoas, de amigos, o “boca-a-boca”, 7,1% por anúncios de venda no local (placa in loco), 3,6% anúncio na internet e 3,6% através da imobiliária na cidade de Diamantina responsável pela efetivação da compra e venda dos imóveis.

Na (pergunta C2) 46,4% dos compradores tiveram acesso aos imóveis no primeiro semestre 2014, 35,7% no segundo semestre de 2013; e 17,9% no segundo semestre de 2014. Durante a investigação houve relatos de proprietários que já pensavam em revender o imóvel.

A (pergunta C3) analisou se houve necessidade de condicionantes (pré-requisitos) para a aquisição dos imóveis e 64,3% disseram que não houve condicionantes e 35,7% disseram que sim. Conforme análise os 35,7% que relataram ter condicionantes, trata-se em sua maioria dos proprietários que adquiriram o imóvel em 2014 quando já existiam regras da “Associação de moradores Vila Biribiri” e já havia uma maior divulgação do IEPHA. Escolheram-se duas respostas como exemplo da evidência da natureza do fato condicionante (pergunta C3a):

“Regras estabelecidas pela Associação Vila do Biribiri; Orientação sobre reforma no imóvel, necessidade de autorização do IEPHA”. (Entrevistado 20)

“Dentre outros, o de cumprir e fazer cumprir o estatuto da associação de Biribiri bem como o plano de diretrizes de preservação do conjunto arquitetônico e paisagístico de Biribiri.” (Entrevistado 27)

De acordo com as respostas obtidas, verifica-se que as informações sobre o patrimônio da vila foram apresentadas para os proprietários na maioria das vezes através da Associação de moradores da Vila Biribiri e pelos órgãos de defesa patrimonial. A fundação da Associação da Vila Biribiri foi em setembro de 2013, em razão de uma demanda dos interesses coletivos dos primeiros proprietários, e posteriormente todos os proprietários se associaram. Já o IEPHA, devido à rápida comercialização imobiliária e às reformas nas edificações da vila, no mês de abril de 2014, apresentou, em caráter emergencial, um “Plano de diretrizes de Preservação do Conjunto Arquitetônico e Paisagístico de Biribiri”, que teve o objetivo “de orientar os proprietários sobre as medidas necessárias à regularização da situação fundiária proposta pela empresa e

nortear sobre o aproveitamento, possibilidades e impossibilidades no trato com o bem tombado”. (IEPHA, Plano de Diretrizes. 2014)

Na (pergunta C4), 82,1% das pessoas que adquiriram o imóvel têm como finalidade a residência temporária; 10,7% residência de uso misto (residência fixa e comércio e residência temporária e comércio); 3,6% o comércio; 3,6% a residência fixa. Verifica-se que a maioria dos proprietários não tem a pretensão de morar na vila; o que poderia gerar vínculos mais fortes e conseqüentemente identidade participativa valorizando os espaços ali existentes, a formação histórica e cultural tão fundamental dentro do sentido de preservação patrimonial de uma memória coletiva. Para reconhecimento e valorização da área, há a necessidade de vínculos com o espaço, independente do tipo de residência que o proprietário tenha.

Na (pergunta C5) 89,3% disseram que ao adquirir o imóvel já tinham conhecimento que o imóvel faz parte do patrimônio estadual tombado; 10,7% relataram não saber do reconhecimento patrimonial. Os 10,7% referem-se a 3 proprietários (pergunta C5-a), sendo que 2 destes disseram que se soubessem das regras patrimoniais antes da compra não teriam adquirido o imóvel.

Na (pergunta C6), investigou-se se ao adquirir o imóvel os proprietários foram abordados por algum representante do serviço de proteção do patrimônio, sendo que 82,1% disseram que não e 17,9% que sim. De acordo com as declarações quem respondeu positivamente (pergunta C6-a) citou mais especificamente as três situações seguintes:

“reunião com promotor de justiça e demais proprietários, esclarecendo das restrições sobre reforma.” (Entrevistado 32)

“na mesma reunião que aconteceu em out/14 as arquitetas do IEPHA visitaram as casas e tomaram conhecimento das mudanças necessárias para a recuperação e uma futura ocupação das mesmas.” (Entrevistado 1)

“Reuniões da associação”. (Entrevistado 37)

De acordo com as respostas dos entrevistados, conclui-se que o IEPHA não informou as condicionantes de preservação das edificações tombadas antes das aquisições. Os encontros realizados pelo IEPHA ocorreram somente após a compra dos imóveis, o que se apresenta como desarticulação entre os órgãos de proteção patrimonial, a municipalidade, o Ministério Público e os demais interessados. Essa desarticulação pode ter ocasionado parte da morosidade para atuação dos órgãos patrimoniais, como

medida preventiva das ações de conservação do bem patrimonial tombado. Por outro lado nos compromissos de ‘compra e venda’ ficou consignado que os proprietários deveriam assumir as obrigações e exigências quanto ao tombamento.

Na (pergunta C7) a maior parte dos residentes relataram que as casas necessitavam de grandes intervenções construtivas: 53,6% consideraram o estado físico do imóvel como ruim; 35,7% como regular; e 10,7% bom.

Na (pergunta C8) somente 3,6% (um) entrevistado relatou que não foi necessária a reforma. Ao cruzarem-se os dados (referente as perguntas pergunta C7 e pergunta C8) é interessante observar que todos os proprietários, mesmo relatando que o imóvel encontrava-se bom, ou seja, em condições de uso, também realizaram algumas adaptações.

De acordo com Kuhl (2006, p.5) “restaurar não é refazer imitando estilos do passado (...). A restauração implica, sempre, transformações, por mais restritas que sejam e deve ter consciência que mudanças não controladas levam a perdas irreparáveis”. No intuito de manter a integridade dos monumentos faz-se necessário o respaldo legal dos órgãos de fiscalização patrimonial.

Durante as observações *in loco* verificou-se que algumas edificações já se encontram habitadas, outras em reforma, e algumas ainda estagnadas como no dia da compra. Nas primeiras visitas notaram-se placas que informavam sobre as vendas. A igreja do Sagrado Coração encontrava-se margeada por andaimes, necessitando rapidamente de reforma e suas imagens sacras não constam no local, encontram-se guardadas na Fábrica Antonina Duarte em Diamantina, visto que a salvaguarda e manutenção dela ainda pertencem à Estamparia S.A. A residência 16 teve diversas alterações em sua estrutura, ampliação de área construída, inclusive com adaptações para o atendimento ao público de uma pousada. A residência 37 encontrava-se com estrutura precária, como telhado caindo. Os galpões da fábrica estão sem uso e possuem alguns maquinários em seu interior, o gerador foi restaurado para auxiliar na manutenção da energia elétrica da vila. Observem-se algumas imagens abaixo:

Figura 40 - Igreja do Sagrado Coração (Edifício 7)



Legenda:

- A) Vista frontal da Igreja do Sagrado Coração de Jesus
- B) Escoramento na fachada lateral esquerda
- C) Altar- mor - sem imagens.
- D) Detalhe interno da Sacristia
- E) Altar das capelas laterais- sem Imagens
- F) Altar das capelas laterais- sem Imagens

Fonte: Autoria Própria – Outubro 2014 .

Figura 41 - Residências não reformadas ou sem uso- Vila do Biribiri



Legenda:

- A) Edificação 37 não efetuou reforma - com estruturas precárias- Detalhe do telhado
- B) Edificação 36 não efetuou reforma- com estruturas precárias - Detalhe do chão
- C) Vista interna de galpão da fábrica
- D) Edificação 36 -Residência com informativo de venda
- E) Edificação 27 - Não efetuou reforma - Vista interna da antiga Escola
- F) Edificação 9 – Antiga Barbearia – edifício da Associação
- G) Edificação 30 – Garagem

Fonte: Autoria Própria – Outubro 2014 .

Figura 42 - Residências reformadas ou em processo de reforma - Vila do Biribiri



Legenda:

- A) Edifício 12 – em obra
- B) Edifício 33 – em obra
- C) Edifício 6 – obras concluídas
- D) Edifício 25 - parte interna do restaurante (partes do edifício em obra)
- E) Edifício 16- Pousada Vila do Biribiri (em obra)
- F) Edifício 16 - Detalhe da Placa da Pousada Vila do Biribiri -

Fonte: Autoria Própria – Outubro 2014 .

A política de proteção ao patrimônio em torno do tombamento proíbe que os monumentos venham a ser descaracterizados ou destruídos, mas como dito anteriormente, podem ser vendidos ou alugados, desde que preservados em suas características originais. O ato de tombamento foi uma ação pioneira do SPHAN, porém há contradições na abordagem dos desafios relacionadas à preservação do patrimônio, cujas regras não têm sido aplicadas às necessidades atuais.

Algumas reformas estão em desacordo com a lei, considerando a possibilidade de crime previsto no art. 63 da Lei 9.605/1998:

Art. 63. Alterar o aspecto ou estrutura de edificação ou local especialmente protegido por lei, ato administrativo ou decisão judicial, em razão de seu valor paisagístico, ecológico, turístico, artístico, histórico, cultural, religioso, arqueológico, etnográfico e monumental, sem autorização da autoridade competente em desacordo com a concedida. (LEI Nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998)

Neste sentido, constata-se que diversas intervenções têm-se realizado em desacordo com as normas das políticas de Meio Ambiente e do IEPHA, dentre elas, várias adaptações, ampliações e reformas não respondem às legislações e obrigações atuais. A obrigação de conservar o patrimônio é uma das finalidades do tombamento, porém este instrumento aplicado ao patrimônio tem-se apresentado limitado às demandas atuais.

Tabela 7 - Projetos de intervenção no imóvel e restrições patrimoniais - Relação dos proprietários quanto às reformas. Diamantina, 2014.

VARIÁVEIS (Perguntas)	FREQUÊNCIA (Respostas válidas)	PERCENTUAL %
C9- TEM CONHECIMENTO DAS RESTRIÇÕES E CRITÉRIOS PROPOSTOS PELO IEPHA?		
Sim	26	92,9
Não	2	7,1
C10- HOUVE ALGUMA COMUNICAÇÃO AO IEPHA, SOBRE AS INTERVENÇÕES E/OU PROJETOS DE INTERVENÇÕES?*		
Sim	11	44,0
Não	14	56,0
C10a- OBTEVE RESPOSTA DA INSTITUIÇÃO?*		
Sim *	11	100,0
C11- VOCÊ É FAVORÁVEL OU DESFAVORÁVEL ÀS NORMATIZAÇÕES DE POLITICAS PÚBLICAS PARA BENS TOMBADOS COMO PATRIMÔNIO?		
A favor	27	96,4
Contra	1	3,6

*Esta pergunta foi direcionada a quem respondeu positivamente a anterior totalizando 11 respostas válidas.

A tabela 7 – Referente à continuação da terceira parte do questionário apresenta perguntas relacionadas aos projetos de intervenção no imóvel, restrições patrimoniais e à relação dos proprietários quanto às reformas.

Na (pergunta C9) 92,9% disseram ter conhecimento das restrições e critérios propostos pelo IEPHA para os projetos de intervenção, 7,1% relataram não ter conhecimento.

Na (pergunta C10) 44% dos proprietários relataram ter entrado em contato com o IEPHA em algum momento e os outros 56% não efetuaram comunicação alguma. Cruzando os dados (pergunta C9 e pergunta C10) notou-se que mesmo tendo o conhecimento das restrições, a maioria não comunicou ao órgão de proteção sobre as intervenções. Todos os entrevistados (pergunta C10-a) que procuraram o IEPHA disseram ter obtido informações daquele órgão, porém questionaram a morosidade de aprovação dos projetos.

Na (pergunta C11) 96,4% se consideram a favor das normatizações de políticas públicas para os bens tombados como patrimônio e 3,6% (um entrevistado) declarou ser contra. Para compreender a posição dos entrevistados pediu-se que justificassem sua opinião (pergunta C11a) tendo como justificativa o seguinte comentário para o morador que não é a favor das políticas de preservação:

“Manter a fachada eu acho ótimo, mas quero fazer melhorias como acesso a deficiente que é lei e não posso. Inclusive alteração na cozinha é proibida. Não é que eu seja totalmente desfavorável às normatizações, mas, também não é assim. Tudo tem que ter projeto, tem coisas que preciso pra “ontem” para atender o público”.
(Entrevistado 25)

A resposta acima trata de um dos proprietários de um restaurante localizado na vila do Biribiri, que questiona a dificuldade para adequar e realizar melhorias em seu estabelecimento. Segundo o IEPHA, “o perímetro da área de tombamento contém tudo que está protegido, de acordo com o Decreto-Lei Nº 25/1937, incluindo áreas livres, afloramentos rochosos, contenções de pedra, cursos d’água, edificações e suas fachadas e áreas internas”. A legislação aplicada aos bens tombados dificulta as reformas, ao se manterem as características originais e se proporem adequações necessárias para novos usos do conjunto arquitetônico, essa situação deve ser analisada de acordo com a realidade atual.

Os entrevistados que se apresentaram favoráveis à normatização de políticas do patrimônio, também expuseram alguns comentários (pergunta C11a) A título de ilustração, registram-se aqui os seguintes:

“Sou favorável à normatização como forma de manter e preservar todo e qualquer bem material e/ou imaterial”. (Entrevistado 27)

“É imprescindível que existam critérios normativos”. Representa segurança e zelo com a história do país. (Entrevistado 32)

“Com algumas restrições: Uma construção secular não atende, mesmo somente o mínimo necessário, às necessidades da humanidade atual. Portanto, sem agredir ou descaracterizar elas devem ser atualizadas. Quem adquire um imóvel tombado que precisa de reformas, quer executá-las em tempo breve, portanto, os trâmites dos processos de autorização devem ser quase que imediatos.” (Entrevistado 1)

“acredito que é preciso um padrão sobre reformas, para que a Vila não perca suas características e para que possamos manter o que compramos como histórico e cheio de lembranças.” (Entrevistado 36)

“temos que cuidar, mas com bom senso e diálogo e às vezes eles são intransigentes com coisas desnecessárias”. (Entrevistado 5)

“Sou a favor sempre, mas acho que não com tanta burocracia, um exemplo estas casas se não fossem vendidas e reformadas estavam todas no chão, e ainda assim ficam ditando o que pode fazer, como pode fazer, como pintar, de que pintar, é um absurdo”. (Entrevistado 5)

Há a necessidade de se perceber que os núcleos urbanos, ou conjuntos tombados necessitam de um processo de proteção, não estão estagnados no tempo são organismos vivos e dinâmicos. “Não se trata de conservar tudo, nem tampouco, de demolir ou transformar radicalmente” (KUHL, 2006, p.5). Um exemplo é o contexto social hoje vivenciado na vila, que requer certas adequações.

Os novos usos das edificações do conjunto de Biribiri trouxeram questionamentos quanto à morosidade no processo de aprovação dos projetos, sobre as normas de proteção, os processos de reforma e as necessidades dos compradores. Um detalhe observado nos comentários foi o relato dado às importâncias das parcerias para a execução das políticas públicas, os órgãos governamentais e estaduais, a prefeitura e a associação dos moradores da vila do Biribiri, o que expõe a necessidade de um maior diálogo e parcerias entre os residentes e as iniciativas públicas e privadas que salvaguardam os vestígios patrimoniais.

Tabela 8 - A Associação Vila do Biribiri - Vila do Biribiri - Diamantina 2014

VARIÁVEIS (Perguntas)	FREQUÊNCIA (Respostas válidas)	PERCENTUAL %
D1- TEM CONHECIMENTO DA EXISTÊNCIA DA “ASSOCIAÇÃO VILA DO BIRIBIRI”?		
Sim	28	100,0
D1a-EM RELAÇÃO À “ASSOCIAÇÃO VILA DO BIRIBIRI” VOCÊ É:		
Sou um membro associado	28	100,0
D2- TEM CONHECIMENTO DAS PROPOSTAS DA ASSOCIAÇÃO		
Sim	26	92,9
Não	2	7,1
D2a- ESTA DE ACORDO COM ELAS?*		
Sim	25	96,1
Não **	1	3,9
D3-FOI NECESSÁRIO FAZER PARTE DA “ASSOCIAÇÃO VILA DO BIRIBIRI” PARA EFETIVAR A COMPRA DOS IMÓVEIS?		
Sim	8	29,6
Não	19	70,4
D4-FOI NECESSÁRIO COMUNICAR NA ASSOCIAÇÃO ÀS INTERVENÇÕES QUE DESEJA REALIZAR NO IMÓVEL?***		
Sim	12	44,4
Não	15	56,6

* Numero menor de resposta por estar relacionada a questão anterior.

** O entrevistado que marcou a opção não, justificou que é de acordo parcialmente.

A tabela 8 - Referente à quarta parte do questionário, se preocupou em entender qual a vinculação dos proprietários com a “Associação Vila do Biribiri”.

Na (pergunta D1 e D1a) 100% dos entrevistados relataram ter conhecimento da “Associação de Moradores Vila do Biribiri” e serem associados a ela.

Nas (pergunta D2 e D2a) 92,9% disseram conhecer as propostas da Associação; 7,1% relataram não terem conhecimento. Dos 92,9% que são cientes das propostas um entrevistado não está de acordo com elas. O conhecimento das metas, propostas e objetivos da associação faz-se necessário para todos os seus membros, a participação é essencial para a efetivação das ações coletivas.

Na (pergunta D3) 70,4% responderam que não foi necessário fazer parte da associação para efetuar a compra do imóvel e 29,6% que sim. Alguns entrevistados salientaram que a Associação foi criada depois da efetuação da compra, subentende-se desta forma que, quem adquiriu após a criação da associação, já era convidado a se associar.

Na (pergunta D4) 56,6% responderam que não há a necessidade de informar à Associação sobre as intervenções a serem feitas nos imóveis; 44,4% dos entrevistados disseram que é necessário comunicar percebe-se, assim uma controvérsia nas respostas.

Na (pergunta D5) 100% dos residentes declararam importante serem associados. Dentre as justificativas podemos destacar algumas:

“Sim, acredito que uma equipe de pessoas em busca de um ideal comum ameniza o peso do trabalho e aumenta as opções de contatos e visões de caminhos a serem seguidos.” (Entrevistado 36)

“Sim, acho imprescindível, visto que a vila precisa ser olhada como um todo e não como propriedades particulares independentes do conjunto. Sem a associação dificilmente se conseguirá manter as características e preservação do patrimônio.” (Entrevistado 34)

“Sim. É uma forma de "condomínio" onde todos estão unidos com objetivos comuns: Preservar Biribiri, angariar recursos para viabilizar ainda mais sua condição de Patrimônio.” (Entrevistado 32)

“Sim, pois através de uma associação de moradores podemos contribuir com bem estar da Vila, das pessoas que nela convivem, seu entorno além de sua preservação histórica, paisagística e cultural.” (Entrevistado 20)

A associação é considerada um elo propulsor de auxílio que responde de forma coletiva, tendo desta maneira um embasamento de ordem legal para sugerir demandas necessárias. A ‘Ata de fundação e Posse da Associação Vila Biribiri’, datada de 22 do mês de setembro do ano de 2013 (Ver anexo I), descreve que um dos motivos da criação da mesma é a “importância do grupo estar organizado e ter seus representantes para encaminhar suas demandas aos vários sujeitos do Poder Público, além de organizar os interesses de todos na Vila Biribiri”.³⁸

Uma das propostas da Associação é a parceria com a empresa Agencia de Desenvolvimento Passos da Liberdade - ADEPAL, para o desenvolvimento do “Projeto Turístico Estrada Parque Passos de Dom João - Biribiri”³⁹. Uma série de ações são propostas a partir deste projeto, dentre elas a: Revitalização da Estrada Parque Passos de Dom João; construir a Casa do Parque (adaptar casa na Vila Biribiri de apoio ao IEF); Projeto paisagístico para a Vila de Biribiri; Recuperação da Capela do Sagrado Coração de Jesus na Vila de Biribiri; Recuperação da barragem e revitalização da Usina; Fábrica da Gravura Brasileira (galpões da antiga Cia. Industrial de Estamparia). Com o intuito de “[...] abrir uma nova frente de utilização turística, econômica, onde todos poderão

³⁸ Ata de Fundação e Posse da Associação Vila Biribiri, p. 1. 2013

³⁹ Informações obtidas através de conversa com o vice-presidente da associação

usufruir de renda, geração de emprego, crescimento socioeconômico, mas cujo principal diferencial será o pacto em favor da natureza”.⁴⁰ Para melhor entendimento dessa proposta, é interessante se destacar o conceito de Estrada Parque:

é um Museu Permanente de Percurso que atravessa Unidades de Conservação ou áreas de relevante interesse ambiental e paisagístico, implantado com o objetivo de aliar a preservação ambiental ao desenvolvimento sustentável da região, através do fomento ao ecoturismo e às atividades de educação ambiental, de lazer e culturais. (SOS. Mata Atlântica, 2004.)”⁴¹

Para que as propostas de desenvolvimento da atividade turística a partir da “Associação Vila Biribiri” vinguem, necessita-se realizar um inventário da oferta turística, estruturar e avaliar roteiros, métodos e técnicas para mobilização local, definir estratégias de acompanhamento e avaliação. Em um primeiro momento, articular os moradores (envolvimento comunitário), capacitar, criar infraestrutura, promover e comercializar, de forma que seja possível dar qualidade ao produto turístico, diversificar a oferta e atrair a demanda de interesse.

Tabela 9 - Conhecimentos sobre o Parque Estadual do Biribiri- Diamantina MG. 2014

VARIAVÉIS (Perguntas)	FREQUÊNCIA (Respostas válidas)	PERCENTUAL %
E1- TEM CONHECIMENTO QUE ADQUIRIU UM IMÓVEL LOCALIZADO NO ENTORNO DE UMA ÁREA DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL (PARQUE ESTADUAL DO BIRIBIRI)?		
Sim	28	100,0
E2- O PARQUE ESTADUAL DO BIRIBIRI TEM RESTRIÇÕES DE USO PÚBLICO, VOCE TEM CONHECIMENTO?		
Sim	20	71,4
Não	8	28,6

A tabela 9 – Referente à quinta parte do questionário, apresenta as questões relacionadas aos conhecimentos sobre o Parque Estadual do Biribiri, tendo em vista a proximidade desta Unidade de Conservação com a vila.

Na (pergunta E1) 100% dos entrevistados têm conhecimento que adquiriu um imóvel localizado nas proximidades do Parque Estadual do Biribiri que é uma Unidade de Conservação de proteção integral.

⁴⁰ ADEPAL Projeto Turístico Estrada Parque Passos de Dom João – Biribiri

⁴¹ SOS Mata Atlântica, 2004, p. 52.

Na (Pergunta E2) 71,4% relataram ter conhecimento das restrições de uso em consequência da proximidade com o parque e 28,6% disseram não ter ciência das restrições. Como os proprietários dos imóveis na vila estão diretamente em contato com o parque as restrições relacionadas ao parque estadual precisam ser conhecidas. Há a necessidade de estratégias de envolvimento das comunidades como coautoras no processo de conservação e manutenção desse espaço urbano e natural.

Na (pergunta E3), os proprietários expuseram o que pensavam da proximidade do parque com a vila. Esta situação teve pontos de vistas positivos e negativos, a maioria das declarações considera que a relação do parque com a vila ocorre de forma boa e saudável, porém com certa preocupação, como exemplos abaixo:

“O parque representa um atrativo para os turistas, que conseqüentemente os levará a visitar a Vila de Biribiri. Sem o parque a vila corre o risco de ser extinta, devido à exploração imobiliária que aconteceria no entorno da mesma. Já a vila é o coração do parque, e permitirá a exploração do local e a preservação de todo o conjunto. Ou seja, um tem importância para o outro, desde que sejam independentes, mas que se interajam”. (Entrevistado 34)

“a proximidade deve ser estudada com muita atenção, para criar uma parceria entre a vila e o parque.” (Entrevistado 35)

“a proximidade limita o crescimento da vila, mantendo suas características”. (Entrevistado 33)

Existem outros parques que estão próximo a outras cidades. Cabe o respeito ao meio ambiente dos moradores. Isto não inviabiliza ter uma casa na Vila do Biribiri, próximo ao futuro parque do Biribiri. (Entrevistado 15)

“Muito bem vinda e que deve ser reforçada para melhor controle do acesso (estudo de capacidade de carga), preservação e estruturação de projetos ambientais e culturais em conjunto”. (Entrevistado 20)

Diante do exposto, alguns residentes também apresentaram críticas, como:

“Ruim. Porque não tem parceria, complicado mexer com o parque”. (Entrevistado 25)

Quatro entrevistados relataram não ter opinião formada sobre a relação do parque com a vila. As observações apresentadas são relevantes para um diálogo, ouvir a comunidade é essencial para a proteção do patrimônio. Não é só apreciar a natureza, estas condições devem ser consideradas e trabalhadas constantemente, são áreas patrimoniais de diferentes aspectos e importância. “[...] é imprescindível que haja planejamento participativo e integrado regionalmente. O Órgão administrador da unidade não pode fazer muito sozinho e deve ser cobrado no sentido de abrir a guarda em relação à comunidade e incentivar sua participação”. (KINKER, 2005)

Há a necessidade de uma parceria dos órgãos responsáveis pelo parque e pela vila, inclusive para o desenvolvimento de projetos de educação patrimonial, que retratem a realidade e importância dessas áreas, proporcionando um efetivo planejamento urbano e ambiental. A educação patrimonial para quem reside na vila, em suas proximidades e no interior do parque⁴² pode significar uma forma de amparo instrutivo, necessário à preservação ambiental e social para a sustentabilidade e resguardo para as futuras gerações.

Tabela 10 - Potencial Turístico - Diamantina MG. 2014

VARIÁVEIS (Perguntas)	FREQUÊNCIA (Respostas válidas)	PERCENTUAL %
F1- VOCÊ ACREDITA QUE ESTA VILA TENHA UM POTENCIAL TURÍSTICO?		
Sim	28	100%

A tabela 10 – Referente à sexta parte do questionário discorre sobre o turismo.

Na (pergunta F1), 100% dos entrevistados consideram a Vila do Biribiri como um potencial ao desenvolvimento da atividade do turismo. Apresentaram alguns comentários, como:

“Pelas características da região, pelas suas belas paisagens emolduradas por montanhas onde serpenteiam riachos e cachoeiras descem em cascatas, pelo belo conjunto arquitetônico, a vila Biribiri oferece plenas condições para incrementar um turismo ecológico na região”. (Entrevistado 27)

“Pessoas estão em busca de lugares calmos para descansar da rotina diária. Não é preciso ser dono para desfrutar dos prazeres da vila e o parque ao seu entorno. Natureza e calma são características do local e demanda da população atual. A história interessa a muitos, Biribiri é um "braço" da visita a Diamantina”. (Entrevistado 36)

“Enorme potencial turístico, como já citei, desde que na mesma sejam criados restaurantes, pousadas, museu e desenvolvidas condições de preservação dos imóveis”. (Entrevistado 34)

“Na nossa região o turismo é muito pequeno! A cidade de Diamantina é muito capenga, amadora neste pretensão turismo. Faltam atitudes revolucionárias das autoridades, para fazer valer este turismo na região. Quando viajo ao exterior, é que tenho noção do que é realmente esta indústria. (Entrevistado 15)

É perceptível através do interesse dos entrevistados que o turismo se apresenta como alternativa a se desenvolver na vila. Cada vez mais, nos dias atuais o espaço é produzido por novos setores de atividade econômica. No conjunto Arquitetônico de Biribiri, novas propostas e funções têm-se apresentado. Faz toda diferença para o êxito de qualquer

⁴² O Parque Estadual do Biribiri possui em seu interior, moradores que aguardam o processo de regularização fundiária.

iniciativa entender o interesse dos envolvidos, buscar esforço conjunto para a elaboração de projetos, de forma a se adequarem as exigências da preservação do patrimônio ao desenvolvimento urbano local. Nesse sentido, RODRIGUES (2002, p.12) registrou que

Uma das premissas fundamentais do turismo ambiental é não só satisfazer as necessidades dos visitantes, mas também, e principalmente, beneficiar as populações hospedeiras. De certa forma, o turismo ambiental equivale ao que alguns conceituam como turismo sustentável, que pretende otimizar o desenvolvimento econômico com base local, sob condições que assegurem não só a qualidade dos serviços oferecidos, mas também e principalmente a salvaguarda do patrimônio, que deve ser mantido, melhorado e restaurado pelos recursos auferidos. Garante-se assim a manutenção das atividades no presente e no futuro (...)

Há a necessidade de se planejar melhor a atividade turística de forma participativa e dinâmica, levando em consideração o local. Lembra-se aqui que entre as intenções do tombamento da vila, a preservação e o sentimento de pertencimento são fundamentais, pois remontam um passado histórico e cultural.

G1- SUGESTÕES?

A sétima e última parte do questionário foi aberta a sugestões para o espaço da vila, cujas respostas poderão auxiliar na confecção de um planejamento respaldado pelos interesses dos proprietários. As sugestões (Pergunta G1) que mais apareceram estão relacionadas à utilização do espaço da vila para desenvolvimento de atividades culturais, a inserção de um museu e o desenvolvimento da atividade do turismo. Observem-se algumas:

Fundar um receptivo agregando passeios, espetáculos artísticos, teatrais e dança. Sendo esta também uma proposta da associação. (Entrevistado 03)

Promover oficinas de cuidado com meio ambiente, cuidado com o turismo para que o mesmo seja sustentável. Escola de preservação e memória do acervo industrial. (Entrevistado 37)

“Buscar meios visando o restabelecimento do acervo em seus pontos determinantes da cultura que originariamente ali se instalou com valorização dos recursos naturais e de todo o contexto histórico e cultural.” (Entrevistado 02)

“Criação de museu da indústria de tecelagem, com fotos, maquinários, etc. (...)” (Entrevistado 34)

“Poderia promover algumas festas de ocasião na vila. Festas de época. Após a restauração da Igreja poderia ter missas aos domingos, casamentos, ate mesmo feiras, coisas atrativas etc.” (Entrevistado 23)

A criação de um Museu,⁴³ como sugerido pelos entrevistados, também aparece no dossiê de tombamento da Vila. Nos dias atuais as categorizações de museus são diversas e há novas museologias, que se diferenciam do museu tradicional e têm a centralidade no objeto. O Ecomuseu é um exemplo, onde o centro é o sujeito, a comunidade, o território e o patrimônio cultural. Outro exemplo é o Museu Comunitário⁴⁴, que muitas vezes é concebido e criado por interesses coletivos e membros de uma comunidade de origem ou de destino.

A proposta da criação de um museu na vila do Biribiri tem-se apresentado como uma iniciativa cultural pelos residentes locais. A Estamparia S.A. possui um acervo documental e fotográfico, de peças e mobiliários localizados em Contagem, MG, na Fábrica São Roberto na cidade de Gouveia e na Fábrica Antonina Duarte na cidade de Diamantina (Figura 44) e o galpão da Fabrica de Biribiri ainda possui maquinários antigos (Figura 43). Esse conjunto de equipamentos pode ser utilizado para um projeto museal. A vila já é um atrativo por sua arquitetura, paisagem e história, assemelha-se a um museu a céu aberto que já atraí demanda de visitante.

A preservação cultural e de recursos naturais é uma preocupação corrente aos estudiosos do turismo. A vila do Biribiri e seu entorno, o parque, se enquadram na categoria de localidades de especial potencial turístico, tanto cultural quanto natural. É compreensível que os novos residentes da vila do Biribiri percebam a potencialidade local e demonstrem interesse no desenvolvimento da atividade turística. Contudo, um planejamento prévio e participativo entre os envolvidos é de grande necessidade. Cada localidade tem suas especificidades e deve adotar as medidas necessárias, dentre elas o respeito aos interesses da população local, o zelo pela preservação das áreas protegidas, no caso de Biribiri, as medidas que possam diminuir os impactos ambientais tanto na vila como no parque.

⁴³ No Brasil o Estatuto Brasileiro de Museu Consideram-se museus, “as instituições sem fins lucrativos que conservam, investigam, comunicam, interpretam e expõem, para fins de preservação, estudo, pesquisa, educação, contemplação e turismo, conjuntos e coleções de valor histórico, artístico, científico, técnico ou de qualquer outra natureza cultural, abertas ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento” (Estatuto Brasileiro de Museus- Lei nº 11.904/2009. Art. 1º).

⁴⁴ (...) o museu comunitário é uma ferramenta para a construção de sujeitos coletivos, enquanto as comunidades se apropriam dele para enriquecer as relações no seu interior, desenvolver a consciência da própria história, propiciar a reflexão e a crítica e organizar-se para a ação coletiva transformadora. (LERSCH & OCAMPO: 2004).

Figura 43 – Maquinários, Galpão e Usina Hidrelétrica da Fábrica de Biribiri



Fonte: IEPHA Outubro de 2014

Figura 44 – Parte do acervo da Estamparia S.A.



Telefone usado em Biribiri anos 50



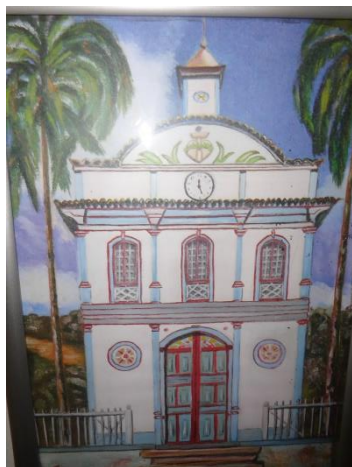
Telefone usado em Biribiri - Sem data



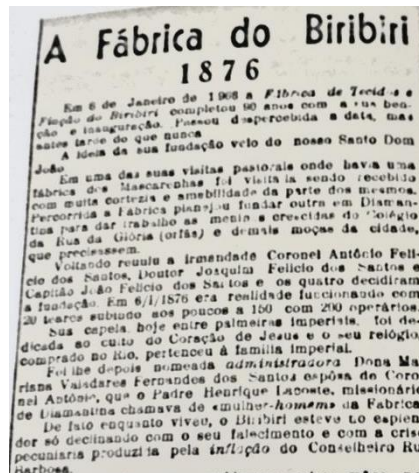
Válvula de segurança da caldeira de Biribiri



Pintura da Vila de Biribiri - Sem Data



Pintura da Igreja do Sagrado Coração em Biribiri – óleo de Nilda N. Sem data



Recorte do Jornal Voz de Diamantina de 20 de Março de 1966



Regimento do Pensionato das Operárias



Fotografia – S/d

Uma das alternativas para se trabalhar o turismo no meio ambiente é o ecoturismo, que busca desenvolver a educação ambiental aliada a práticas turísticas. O desenvolvimento do ecoturismo em Diamantina encontra-se numa fase que pode se dizer embrionária, tendo em vista a pouca exploração desta modalidade.

Privilegiada por possuir atrativos naturais, dentre eles várias cachoeiras, serras, grutas, trilhas, exuberantes em sua beleza, além das diversas histórias e pluralidade cultural de grande potencial, Diamantina possui áreas protegidas que cercam a cidade e propiciam atividades no meio ambiente. Neste sentido a categoria do ecoturismo tem como premissa reunir a educação ambiental, aliada à interpretação do ambiente com ações criativas a serem desenvolvidas no âmbito da educação patrimonial. De acordo com o MINISTERIO DO TURISMO (2010. p12):

O Ecoturismo possui entre seus princípios a conservação ambiental aliada ao envolvimento das comunidades locais, devendo ser desenvolvido sob os princípios da sustentabilidade, com base em referenciais teóricos e práticos, e no suporte legal.

O desenvolvimento sustentável é um conceito que visa harmonizar o crescimento econômico com a promoção da igualdade social e preservação do patrimônio natural, garantindo que as necessidades das atuais gerações sejam satisfeitas sem, contudo, comprometer o atendimento às necessidades das gerações futuras.

O planejamento da evolução do turismo através do enfoque do desenvolvimento sustentável apresenta, de forma preventiva, a conservação da natureza, oferecendo satisfação ao turista, sem interferir na originalidade dos autóctones. É certo que não há um modelo pronto e perfeito a ser seguido, cada caso é um caso e deve ser estudado e analisado da forma mais viável para a localidade. “Para tanto, será preciso adotar um planejamento integrado, sistemático e adequado à complexidade dos ambientes designados para o desenvolvimento turístico e para as tendências locais, tanto do mercado produtor do turismo como o dos consumidores – os turistas”. (RUSCHMANN, 2010. p. 54).

G2- TENDO EM VISTA AS VENDAS DOS IMÓVEIS COMO VOCÊ ANALISA A REUTILIZAÇÃO DA VILA DO BIRIBIRI?

Na (Pergunta G2) os proprietários expuseram a opinião deles sobre a reutilização da vila do Biribiri, abaixo se encontram fragmentos de algumas entrevistas:

“A venda dos imóveis representou a salvação da vila do Biribiri. O que existia antes era um monte de ruínas abandonadas pelo descaso com o patrimônio histórico por parte do governo e demais autoridades.”
(Entrevistado 32)

“A Vila do Biribiri é uma propriedade particular, assim como várias casas da cidade de Diamantina e são tombadas pelo Patrimônio. O estado físico de várias casas da vila do Biribiri era lastimável, correndo o risco de algumas casas caírem, sem nenhum órgão do patrimônio se importar com isto. Estava abandonada! Com a venda dos imóveis, as casas estão sendo reformadas, reerguidas mantendo a característica inicial da Vila.” (Entrevistado 15)

“Antes da venda dos imóveis a Vila estava abandonada, não havia previsões de reformas e manutenção do conjunto arquitetônico. Esta comercialização permitiu a retomada da história e a manutenção de um ambiente saudável e agradável ao convívio de todos. Além da garantia de manter vivo toda essa lembrança.” (Entrevistado 36)

Muito importante e estratégica. Sem a aquisição dos imóveis comercializados, com certeza hoje a vila já estaria inviabilizada de receber turismo, pelo péssimo estado de todos dos imóveis. (Entrevistado 7)

“A Vila está sendo recuperada. Nas condições anteriores provavelmente os imóveis evoluiriam para uma degradação ainda maior.” (Entrevistado 13)

“Acredito que as moradias serão mais bem preservadas (o que antes não acontecia), e conseqüentemente a vila atrairá até mais turistas e visitantes.” (Entrevistado 21)

“Um novo tempo em uma vila que deve ser respeitada com as suas características, cultura, história, ambiente e aberta a outros pensamentos, mas preservando.” (Entrevistado 6)

Conforme relato dos moradores, as reformas foram realizadas em caráter emergencial, em virtude das condições precárias das edificações. Por outro lado a rápida comercialização do conjunto arquitetônico de forma fragmentada e a execução dos reparos dificultaram ao Instituto do Patrimônio propor ações de base para efetiva atuação. Há muito que se avançar no pensamento, legalizações patrimoniais e na atuação dos órgãos gestores.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As intenções deste estudo foram compreender os desafios que surgiram com a venda dos imóveis existentes no Conjunto Arquitetônico e Paisagístico de Biribiri e conhecer o ponto de vista de quem adquiriu as residências. Entender as possíveis conciliações de interesses da comunidade local com as regras dos órgãos patrimoniais. Compreender a problemática da preservação dos valores culturais versus a exploração da atividade turística, visando ao desenvolvimento, mas também à manutenção do patrimônio.

O patrimônio existente na vila deve ser preservado, pois guarda a memória do local, não apenas no reconhecimento de seu valor cultural, mas também de seu potencial arquitetônico, industrial e paisagístico.

Uma das possibilidades apresentadas pelos moradores é a utilização desta área como mercadoria de consumo, para a atividade turística. Estruturar a Vila para o turismo proporcionará aos turistas e demais interessados a oportunidade de vivenciar a história e a memória *in-loco*, ou seja, no campo. Para assegurar que o uso dos recursos não seja a causa de degradação do espaço, é preciso haver equilíbrio entre o turismo e o meio ambiente, planejar de forma consistente no intuito de se manter a preservação das áreas naturais, histórico-culturais e a memória dos espaços. Imprescindível se destacar também que o Parque Estadual do Biribiri e a Vila estão interligados e possuem o mesmo acesso.

É importante que todas as propostas que venham a ocorrer na vila, através dos moradores, da associação ou de alguma instituição, estejam de acordo com Plano de Manejo do Parque Estadual (influenciado pela proximidade e localização) e com as diretrizes e leis ambientais e patrimoniais (IEPHA, IEF, Ministério Público e a Prefeitura de municipal). Dessa forma, fica mais viável se buscarem uma compatibilização e parcerias entre os vários organismos, de forma a se manter a qualidade da paisagem, o respeito aos edifícios e tecidos urbanos.

O desenvolvimento do “turismo ecológico” ou ecoturismo deve procurar harmonizar as ações com a natureza e oferecer aos turistas um contato íntimo com os recursos naturais e culturais, por meio da busca da formação de uma consciência ecológica e patrimonial, para ser compatível com a conservação, ou seja, essa exploração no âmbito econômico

deve ser controlada. O planejamento integrado e participativo torna-se de fundamental importância para o desenvolvimento da cooperação e da parceria com todos os interessados, para que essas inter-relações sejam capazes de gerar produtos e serviços complementares para a diversificação da oferta turística.

Outra observação importante se faz em relação à falta de prestígio da vila operária fabril na condição de referência da memória industrial de Minas Gerais que é. O resgate deste possível reconhecimento como patrimônio industrial, outrora objeto crucial despercebido ou esquecido dentro daquele lugar, é bastante possível, pois esse valor encontra-se intrínseco na paisagem, em cada uma daquelas edificações, nos traços da tradição arquitetônica, na utilização dos espaços ali definidos, assim como na memória onde o componente humano da industrialização mineira foi primordialmente inserido no Vale do Jequitinhonha.

Este estudo visa contribuir para a reflexão sobre a reutilização do conjunto na Vila do Biribiri. A preservação é o pilar que mantém os bens para as próximas gerações. Debruçar sobre o legado histórico-cultural da Vila do Biribiri significa olhar diferente para a realidade patrimonial atribuindo novos valores e novas funções à realidade atual, ou seja, novos usos e a preservação da edificação.

A Estamparia S.A responsável pelas propriedades apresentou uma carta (Anexo II) esclarecendo que, com o fechamento da Fábrica em 1973, ou seja, aproximadamente há 41 anos, período em que a vila ficou sobre a administração da família Mascarenhas, foram permitidas visitas públicas no local. Considerando a Vila e a Fábrica pilares da indústria têxtil de Minas Gerais e parte importante de sua história, a exigência da preservação do conjunto da Vila do Biribiri se tornou onerosa para a Estamparia S.A. Assim, não sendo viável financeiramente promover a recuperação da vila, a empresa justifica que as vendas para os novos proprietários poderiam mudar o rumo de Biribiri, transformando-a em um importante símbolo cultural, onde os novos moradores poderiam manter a originalidade da Vila.

O poder público, mesmo constitucionalmente imbuído de preservar e manter os bens tombados, se manteve ausente em relação ao interesse de adquirir o conjunto arquitetônico de Biribiri nos últimos anos, situação que possibilitou a venda das edificações a partir do ano de 2013. Os novos proprietários justificam que a compra por

parte deles foi a solução encontrada para garantia da manutenção do patrimônio de Biribiri.

De acordo com as entrevistas realizadas com os proprietários, as reformas foram realizadas em caráter emergencial, em virtude da falta de conservação sistemática e das condições precárias das edificações, pela possibilidade iminente de algumas casas não resistirem mais às ações do tempo. Apesar das boas intenções dos novos moradores, as alterações esbarram em questões legais que, se não observadas, podem levar à perda de valores intrínsecos ao tombamento, descaracterização arquitetônica, assim como ao comprometimento da preservação paisagística da área e do conjunto como um todo.

As modificações efetuadas nas edificações apresentam-se muitas vezes imperceptíveis a leigos, ou observadores externos, mas levando-se em conta a relevância da região em termos de importância patrimonial, muitas referências podem ser perdidas, dentre elas, traços da nossa história cultural e social, se essas modificações não forem monitoradas.

Diante do exposto, pode-se dizer que o processo de recuperação e preservação da vila de Biribiri apresenta-se como se tivesse em meio a um paradoxo: De um lado há as necessidades de melhoria e adaptações dos monumentos, tendo em vista que a vila não está estagnada no tempo e os edifícios não são intocáveis, de outro lado, há a necessidade de que sejam mantidas as estruturas conservadas até os dias atuais, a história em meios aos casarios, a paisagem, a fábrica, e o cenário.

É fundamental a apresentação de projetos e propostas que viabilizem uma análise diferenciada e específica para cada item a ser adaptado nos imóveis. Há também de ser considerado que a vila possui vida ativa e está em constante movimento, portanto, cabe ao poder público e aos novos proprietários, a obrigação de pensar novas formas de manter a integridade do conjunto tombado.

Convém lembrar que após reconhecer uma área como de interesse patrimonial, é responsabilidade dos órgãos de proteção zelar pelo bem. Porém, a salvaguarda do patrimônio através da ação de proteção via tombamento na vila do Biribiri, não foi totalmente eficaz, pois não conseguiu trazer todas as respostas para as necessidades e os problemas atuais. Houve atraso na fiscalização, situação que tornou ineficiente o acompanhamento pelo órgão patrimonial fiscalizador (IEPHA), visto que várias

mudanças formais e funcionais já haviam ocorrido e até a presente data permanecem inalteradas.

Todos os projetos, propostas e ações para salvaguarda de bens patrimoniais devem ser avaliados e estudados de acordo com cada localidade, antes de ser implementado. É necessário também reavaliar o andamento de projetos existentes, precavendo-se contra possíveis falhas, sempre procurando direcionar o planejamento para as necessidades locais e específicas de cada comunidade.

As transformações na vila vêm ocorrendo conforme o que foi identificado por este estudo, situação que dificulta uma previsão de como será a realidade do conjunto da vila do Biribiri nos próximos anos. É bastante perceptível a necessidade de se relacionarem as demandas da sociedade e dos órgãos responsáveis para se trabalhar com a nova realidade da Vila. A demora das respostas em razão da burocracia dos órgãos patrimoniais, a ausência de novas políticas praticadas pelos órgãos de proteção e a forma de salvaguardar através do tombamento tornaram-se vias obsoletas diante da velocidade inerente aos tempos atuais.

Entende-se, por fim, que ainda há muito a se avançar. Pretende-se com este estudo suscitar novas discussões a respeito do patrimônio e gerar questionamentos para outros estudos e para outras realidades patrimoniais. Espera-se que a comunidade residente na vila sinta-se cada vez mais como um membro efetivo da preservação local, atuante e responsável, como um elo propulsor para salvaguarda do patrimônio, pois ela é a guardiã do conjunto de bens ali existente.

REFERENCIAS

Ilustrações: Luan Igor de Araújo Monte (Meu sobrinho)

AMORMINO, Luciana; Neves, Osias Ribeiro. **Tecendo memória: a história da Estamparia**. Belo Horizonte: Escritório de Histórias, 2007.

ARAÚJO, Márcia de; ALMEIDA, Maria Geralda de. **O patrimônio e a paisagem do núcleo pioneiro de Goiânia: uma interface com a cultura e identidade**. II Colóquio Nacional do NEER, 2007. Disponível em: <http://www.geografia.ufpr.br/neer/NEER-2/autor_m.html>. Acesso 13 de set. de 2011.

ASSIS, Cássia Lobão; Nepomuceno, Cristiane Maria. **Estudos contemporâneos de cultura**. Campina Grande: UEPB/UFRN, 2008. 15 fasc. – (Curso de Licenciatura em Geografia – EaD). Disponível em: <http://www.ead.uepb.edu.br/arquivos/cursos/Geografia_PAR_UAB/Fasciculos%20-%20Material/Estudos_Contemporaneos_Cultura/Est_C_C_A08_J_GR_260508.pdf> . Acesso em 24 de ago. de 2014.

ÁVILA, C. G., PAULA, V. C. **Relatório de Atividades Realizadas no Parque Estadual do Biribiri**. IEF. Diamantina. Dezembro de 2010.

BARRETO, Margarida. **Manual de iniciação ao estudo do Turismo**. 13 ed. Campinas: SP – Papyrus, 2003 (Coleção Turismo)

BRAGA, Pilar Louisy Maia; PAULA, Viviane Cristina de. **Levantamento qualitativo do perfil dos moradores do bairro cidade nova - Entorno do Parque Estadual do Biribiri, e suas contribuições para gestão da unidade de conservação**. Trabalho apresentado no X congresso Nacional de Meio ambiente de Poços de Caldas, 2013. Disponível em: <<http://meioambientepocos.com.br/portal/anais/>> Acesso 25 de nov. de 2013.

BRASIL.MICT/MMA. **Diretrizes para uma política nacional de ecoturismo**. Brasil,

MICT/MMA, 1995. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/sedr_proecotur/_publicacao/140_publicacao20082009043710.pdf> Acesso 05 de set. de 2014.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado, 1998. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm . Acesso 24 de ago. de 2014.

BRASIL. **Lei Nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973**. Dispõe sobre os registros públicos, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6015original.htm> Acesso 20 de jan. de 2015.

BRASIL. Constituição (1937) **Constituição dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro, 1937. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao37.htm> Acesso 03 set. de 2014.

BRASIL. **Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/civil_03/decreto-lei/del0025.htm> Acesso 04 de set. de 2014;

BRASIL, **Lei Nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9605.htm> Acesso 02 jan. de 2015.

BRASIL, 2000, **Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000: Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC)**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9985.htm> Acesso 02 jan. de 2015.

BARBOSA, Waldemar de Almeida. **Dicionário Histórico- Geográfico de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Saterb, 1971.

BARBOSA, Maria Aparecida Ferreira et al. **O caso e o descaso o patrimônio cultural da cidade de boa vista-RR**. Revista de Cultura e Turismo. CULTUR, ano 05 - nº 02 - Ago/2011. Disponível em: <www.uesc.br/revistas/culturaeturismo>. Acesso Jan. de 2015.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 6ª ed. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, p. 17-58, 2002.

CARDOSO, Univaldo Coelho *et al.* **Associação** (Série Empreendimentos Coletivos). Brasília : Sebrae, 2014. Disponível em: <[http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/5a3f332ba54f0cef713f1575676d4133/\\$File/5192.pdf](http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/5a3f332ba54f0cef713f1575676d4133/$File/5192.pdf)> Acesso 29 de jan. de 2015)

CARTA DE VENEZA, ICOMOS, 1964. Disponível em: <www.iphan.gov.br/cartas.html> acesso 12 de jul de 2014.

CARTA DE NIZHNY TAGIL sobre o patrimônio industrial, TICCIH, 2003. Disponível em: <<http://ticcih.org/wp-content/uploads/2013/04/NTagilPortuguese.pdf>> Acesso 01 de set. de 2014

CASTORE, M. Elena . **O reuso do patrimônio industrial. O caso da antiga Fábrica São Braz em Plataforma**, Salvador. In: VI Colóquio Latino Americano sobre Recuperação e Preservação do Patrimônio Industrial, 2012, São Paulo. VI Colóquio Latino Americano sobre Recuperação e Preservação do Patrimônio Industrial, 2012.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. **Patrimônio cultural - conceitos, políticas, instrumentos**. 1ª Edição 2009

CASTRO, Nair Aparecida Ribeiro de. **O lugar do turismo na ciência geográfica: contribuições teórico-metodológicas à ação educativa**. 2006, p.50. Tese de Dissertação apresentada no ano de 2006.

COELHO, Teixeira. **Dicionário Crítico de Políticas Culturais**, Editora Iluminuras Ltda. São Paulo. 1997.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**/ Tradução de Luciano Vieira Machado. 4ªed. São Paulo. UNESP. 2006.

CHUVA, Márcia R.R. Introdução – **História e patrimônio: entre o risco e o traço, a trama**. Revista do Patrimônio, n. 34. Brasília: IPHAN, 2012, P.11-26.

COUTO, Soter Ramos. **Vultos e fatos de Diamantina**. 2. ed. Belo Horizonte: Armazém de Ideias, 2002.

DIAMANTINA. **PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DO MUNICÍPIO DE DIAMANTINA/MG** Revisão 2008 DOCUMENTO TÉCNICO Volume I Fevereiro/2009. Disponível em <http://www.camaradiamantina.com.br/Plano%20Diretor/DI_relato%20t%C3%A9cnico_volume%20I_09-08-11.pdf> Acesso 30 de jun de 2013.

DUARTE, Jorge. **Entrevistas em profundidade**. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (Org.). Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação. São Paulo: Atlas, 2005, p. 62-83

FERNANDES, Antônio Carlos. **O turíbulo e a chaminé: A ação do bispo no processo de constituição da Modernidade em Diamantina (1864-1917)**. Dissertação de Mestrado apresentado ao Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais/Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2005. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/VCSA-8WBF27> . Acesso em 01 de agosto de 2014.

FERREIRA JR, Fernando Afonso. **Breve Análise do Impacto Econômico e Social sobre o Município de Diamantina**. Gerado pela UFVJM 2010.

FERREIRA, Maria Leticia Mazzucchi. **Patrimônio industrial: lugares de trabalho, lugares de memória** - Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio – PPG-PMUS. Unirio | MAST, vol.II nº1 - jan/jun de 2009. Disponível em: <http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br>. Acesso em junho 2014.

FREITAS, Sônia Maria. **História oral possibilidades e procedimentos**. Ed: Associação Humanista. 2006.

FIGUEIREDO, Vanessa Gayego Bello. **Da tutela dos Monumentos à Gestão sustentável das Paisagens culturais Complexas: Inspirações à política de preservação cultural no Brasil**. Tese de Doutorado FAUUSP. São Paulo, 2014. Acesso 8 jan. 2015.

FIGUEIREDO, Vanessa Gayego Bello. **Paranapiacaba: um caso de preservação sustentável da paisagem cultural**. Labor & Engenho, Campinas [Brasil], v.5, n.3, p. 61-84. 2011. Disponível em:< www.labore.fec.unicamp.br> Acesso 10 jun 2014

FILHO, Aires da Mata Machado. 1909. Arraial do Tijuco, cidade de Diamantina. 3 ed. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1980.

FIORILLO, Celso Antonio Pacheco. **Curso de Direito Ambiental**. 10 ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

FURTADO, Junia Ferreira. **O Livro da Capa Verde: Regimento Diamantino de 1771 e a vida no distrito Diamantino no período da real extração.** São Paulo, ANNABLUME, 1996.

GHIRARDELLO, Nilson; SPISSO Beatriz. **Patrimônio histórico: como e por que preservar.** Colaboradores: Gerson Geraldo Mendes Faria [et al.]. Bauru, SP: Canal 6, 2008. Disponível em: <http://www.creasp.org.br/arquivos/publicacoes/patrimonio_historico.pdf >. Acesso 01 de set.de 2014.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

GODOY, Arilda S. **Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades,** In: Revista de Administração de Empresas, v 35, n.2, Mar./Abr. 1995, p. 57-63.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Formação sócio-ambiental e questão ambiental no Brasil.** In: Becker, Berta K. Christofolletti, Antonio. Davidovich, Fany R. Geiger, Pedro P. Geografia e Meio Ambiente no Brasil. 1ª ed. São Paulo: Hucitec, 1995. Cap 4, p. 309-333.

HENRIQUES, Márcio Simeone (Org.) **Comunicação e estratégias de mobilização social.** 2º reimpressão. Belo Horizonte. Autêntica Editora, 2007.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico,** 2010. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=312160&search=minas-gerais|diamantina|infograficos:-historico>

IEPHA. INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO, MINAS GERAIS. **Processo de Tombamento Conjunto Arquitetônico e Paisagístico de Biribiri.** 1998. (Dossiê)

IEPHA. INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO, MINAS GERAIS. **“Plano de Diretrizes de preservação - conjunto arquitetônico e paisagístico de Biribiri”**, 2014. Documento.

IEF. INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS, MINAS GERAIS. **Plano de Manejo – Parque Estadual do Biribiri** , 2005

IEF. IEF. INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS, MINAS GERAIS. **Relatório de atividades Realizadas ano 2010** Parque Estadual do Biribiri, 2010.

JACOB, Rodolpho. **Minas Gerais no XXº Século.** Rio de Janeiro: Gomes, Irmão & C., 1911.

KINKER, Sônia. **Ecoturismo e conservação da Natureza em parques Nacionais.** Campinas, SP: Papirus, 2002.

KUHL. Beatriz Mugayar. **Preservação do patrimônio arquitetônico da industrialização: problemas teóricos de restauro.** Cotia, SP: Ateliê editoria, 2008

KÜHL, Beatriz Mugayar . **Algumas questões relativas ao patrimônio industrial e à sua preservação.** Revista eletrônica do Iphan, p. 1-7, 2006.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**, 24ª edição. Zahar: Rio de Janeiro, 2009.

LERSCH, Teresa Morales; O CAMPO, Cuauhtémoc Camarena. **O conceito de museu comunitário: história vivida ou memória para transformar a história?** In: Conferencia Nacional de la Asociación Nacional de Artes y Cultura Latinas, Kansas City, Missouri, 6-10 octubre, 2004. Disponível em <<http://www.abremc.com.br/pdf/5.pdf>> Acesso 03 jan de 2015

MACHADO, Jurema. **Comunicação e Cidades Patrimônio Mundial no Brasil** / Jurema Machado e Sylvia Braga. – Brasília: UNESCO, IPHAN, 2010. 136 p.

MARTINS, BARRETO, Rosa Mascarenhas. **Núcleo de apoio ao Parque Estadual do Biribiri: Adaptação de conjunto arquitetônico do século XIX para novo uso.** 2003. 165f. Monografia (Especialização em Revitalização Urbana e Arquitetônica) – Universidade Federal de Minas Gerais - Escola de Arquitetura, 2003.

MARTINS, G. A.; LINTZ, A. **Guia para elaboração de monografias e trabalhos de conclusão de curso.** São Paulo: Atlas, 2000.

MARTINS, Marcos Lobato. **A Crise dos Negócios do Diamante e as Respostas dos Homens de Fortuna no Alto Jequitinhonha, Décadas de 1870-1890.** Revista Estudos Econômicos. *Capa > v. 38, n. 3 (2008).* Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/ee/article/view/35952/38669>>. Acesso jul. de 2-14

MARTINS, Lobato Marcos. **A presença da fábrica no “grande empório do norte”: surto industrial em diamantina entre 1870 e 1930.** In: Anais do IX Seminário sobre a Economia Mineira. 2000. Disponível em: <<http://www.cedeplar.ufmg.br/diamantina2000/textos/MARTINS.PDF>> Acesso ago. de 2014.

MARTINS, Lobato Marcos. **Breviário de diamantina: uma história do garimpo de diamantes nas Minas Gerais (século XIX)** / -1.ed – Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2014.

MENESES, José Newton Coelho. **Memória e historicidade dos lugares: uma reflexão sobre a interpretação do patrimônio cultural das cidades.** In: AZEVEDO, Flávia L. M. de; CATÃO, Leandro Pena; PIRES, João R. F. (Orgs.). *Cidadania, memória e patrimônio: as dimensões do museu no cenário atual.* Belo Horizonte: Crisálida, 2009, p. 32-45.

MENESES, Ulpiano Bezerra. 2006. **A cidade como bem cultural: áreas envoltórias e outros dilemas, equívocos e alcance da preservação do patrimônio ambiental urbano.** In: Victor Hugo Mori; Marise Campos Souza *et alli* (org.), *Patrimônio: atualizando o debate.* São Paulo: 9ª SR/IPHAN. pp.33-76.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Segmentação do turismo e o mercado.** / Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação,

Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação Geral de Segmentação. – Brasília: Ministério do Turismo, 2010.

MORLEY, Helena. **Minha Vida de Menina: Cadernos de uma Menina Provinciana nos Fins do séc. XIX**. 1º edição, Rio de Janeiro. José Olympio, 1948.

NEVES, Jose Teixeira. **Aspectos do século XIX na vida de um prelado mineiro. Atividades e influências de Dom João Antônio dos Santos Bispo da Diamantina**. Revista do Livro, n ° 20 – Dezembro – 1960- Rio de Janeiro, p. 55.

PLANO DIRETOR FÍSICO DA UFVJM 2009. Disponível em:<http://mapeamento.ufvjm.edu.br/plano-diretor/campus-jk/pdiretor-ufvjm-diamantina-rev-02.pdf>

PLANO DIRETOR DO MUNICIPIO DE DIAMANTINA 2009. Disponível em:<<http://mapeamento.ufvjm.edu.br/plano-diretor/campus-jk/pdiretor-ufvjm-diamantina-rev-02.pdf>>

RODRIGUES, Adyr Balastri, org. **Turismo e Ambiente: Reflexões e Propostas** – 3º ed. – São Paulo: Hucitec, 2002.

_____, Adyr A. Balastri. **Turismo e Geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais**. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____, Adyr A. Balastri. **Turismo, modernidade, globalização**. São Paulo: Hucitec, 1997.

RODRIGUES, da SILVA, R.A. **Paisagem Cultural Industrial: memórias de um patrimônio da contemporaneidade**, LABOR & ENGENHO, p86-106. 2011.

RODRIGUES, da SILVA, R.A. **arqueologia industrial e patrimônio industrial: “novo” enfoque à memória cultural**. Revista FÓRUM PATRIMÔNIO: ambiente Construído e patrimônio sustentável, v. 2, n. 2 (2009). http://www.forumpatrimonio.com.br/seer/index.php/forum_patrimonio/article/view/53/48

RUFINONI, Manoela Rossinetti. **Intervenções urbanas em sítios históricos industriais: o projeto urbano Ostiense Marconi**. Revista do Programa de Pós graduação em arquitetura e Urbanismo da FAUUSP. Pós v.19 n.32 •São Paulo • dezembro 2012. Disponível em <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2317-2762.v19i32p62-79>. Acesso em 03 de Dezembro de 2014.

RUSCHMANN, Doris van de Menezes. **Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente**. 16. Ed.. Campinas: Papirus, 2010. 192 p. (Coleção turismo).

SAINT-HILAIRE, Auguste. **Viagem pelo Distrito dos Diamantes e litoral do Brasil**. Tradução de Leonam de Azevedo Penna. Pelo Horizonte, Ed. Itatiaia. São Paulo, 1974

SANTACREU SOLER, J. M.. **Una visión global de la arqueología industrial en Europa. Casos concretos en regiones concretas**. In: FERNANDEZ GARCIA, A. e

ALVAREZ ARECES, M.A. (coords.) Arqueología Industrial (monográfico) **Ábaco Revista de Cultura e Ciências Sociais**. Gijón: Nova Época, nº 1, pp. 13-28, 1992.

SANTOS, Joaquim Felício dos. **Memórias do distrito Diamantino**, 5] ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1976.

SANTOS, José Luís dos. **O que é Cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1996, Coleção primeiros passos. EDITORA

SILVA, Fernandes Fernando. **As cidades brasileiras e o patrimônio cultural da humanidade**. São Paulo: EDUSP, 2003.

SILVA, Marcel Pereira da. **De gado a café: as estradas de ferro no sul de minas gerais (1874-1910)**. In : IV Conferência Internacional de História Econômica & VI Encontro de Pós-Graduação em História Econômica. Universidade de São Paulo, de 9 e 11 de outubro de 2012, nas faculdades da FFLCH/USP e FEA/USP. Disponível em : http://cihe.ffiich.usp.br/sites/cihe.ffiich.usp.br/files/Marcel_Silva_1.pdf Acesso em 30 de outubro de 2014.

SILVA, Marise Borba; GRIGOLO, Tânia Maris. **Caderno pedagógico metodologia para iniciação à prática da pesquisa e da extensão II**. Florianópolis: Udesc-EaD, 2002.

SILVA, Ronaldo A. Rodrigues da. **Arqueologia Industrial e Patrimônio industrial: “Novo” Enfoque à Memória Cultural**, 2009. Disponível em http://www.forumpatrimonio.com.br/seer/index.php/forum_patrimonio/article/view/53/48 Acesso em 30 de julho de 2014.

SIMÃO, Maria Cristina Rocha. **Preservação do patrimônio cultural em cidades**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

TIBÃES, Maria da Conceição Duarte. **O artífice John Rose- Uma Ingles em Diamantina**. Gráfica Cristiane, Diamantina 2001

TORO A., Jose Bernardo & WERNECK, Nísia Maria Duarte. **Mobilização Social: Um modo de construir a democracia e a participação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

UNESCO. **Convention concerning the protection of the world cultural and natural heritage**. 29 November – 4 December 1999. Disponível em: <<http://whc.unesco.org/archive/1999/whc-99-conf209-22e.pdf>> Acesso em 15 de Agosto de 2013.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Porto Alegre: Bookman, 2001.

APÊNDICE A – Formulário para pesquisa de campo

MESTRADO EM AMBIENTE CONSTRUÍDO E PATRIMÔNIO SUSTENTÁVEL QUESTIONÁRIO COM MORADORES DA VILA DO BIRIBIRI INTERPRETAÇÃO RECONHECIMENTO E SALVAGUARDA DO PATRIMÔNIO

Título da Pesquisa: Vila do Biribiri: um patrimônio em Diamantina.

TERMO DE CONSETIMENTO LIVRE E ESCLARECIMENTOS (TCLE)

Este questionário é parte da pesquisa da discente Kamila Brant de Araújo Maurício do “Mestrado Interdisciplinar em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável - MACPS”, da Universidade Federal de Minas Gerais. Destina-se a coleta de dados com os proprietários dos imóveis localizados na Vila do Biribiri, visando viabilizar estudos interpretativos sobre o reconhecimento e salvaguarda do patrimônio.

Confidencialidade: todas as informações coletadas neste estudo são estritamente confidenciais. Os dados da(o) voluntária(o) serão identificados com um código, e não com o nome. Somente a pesquisadora e a orientadora terão conhecimento dos dados, assegurando assim sua privacidade.

Riscos e desconforto: a participação nesta pesquisa não traz complicações legais. Os procedimentos adotados nesta pesquisa obedecem aos Critérios da Ética em Pesquisa com Seres Humanos conforme Resolução no. 196/96 do Conselho Nacional de Saúde. Nenhum dos procedimentos usados oferece riscos à sua dignidade.

Benefícios: ao participar desta pesquisa a sra (sr.) não terá nenhum benefício direto. Entretanto, esperamos que este estudo contribua com informações que possa acrescentar elementos importantes à literatura, onde a pesquisadora se compromete a divulgar os resultados obtidos.

Os dados dessa pesquisa serão utilizados no desenvolvimento de dissertação acadêmica, em seminários, congressos e similares. As informações obtidas por meio de sua participação serão confidenciais e sigilosas, não possibilitando sua identificação. A sua participação será voluntária, não havendo remuneração.

O senhor receberá uma cópia deste termo. Ficando uma via para o sujeito da pesquisa e uma a ser arquivada pelo pesquisador.

Após estes esclarecimentos, solicitamos o seu consentimento para participar desta pesquisa.

CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO. Tendo em vista os itens acima apresentados, eu, _____ de forma livre e esclarecida, manifesto meu consentimento em participar da pesquisa. Declaro que recebi cópia deste termo de consentimento, e autorizo a divulgação dos dados obtidos neste estudo.

Kamila Brant de Araújo Maurício
Discente do Mestrado Interdisciplinar em
Ambiente Construído e Patrimônio
Sustentável – MACPS / UFMG
kamiladtna@yahooo.com.br
Tel: (38) 9178-0273 (TIM)

Professora Marieta Cardoso Maciel
Mestrado Interdisciplinar em Ambiente
Construído e Patrimônio Sustentável –
MACPS / UFMG - Rua Paraíba, 697, sala
201- CEP. 30.130.140 – Belo Horizonte
Tel: (31)3409-8874

Diamantina, ____/____/____

A – CARACTERIZAÇÃO DOS PROPRIETÁRIOS DA VILA DO BIRIBIRI

A1. Qual é o seu nome (opcional)? _____

A2. Gênero:

1. () Feminino
2. () Masculino

A3. Estado Cível:

- | | |
|--|---|
| <ol style="list-style-type: none"> 1. () Solteiro(a) 2. () Casado(a) | <ol style="list-style-type: none"> 3. () Viúvo(a) 4. () Divorciado/Separado/Desquitado(a) |
|--|---|

A4. Faixa etária?

- | | |
|---|--|
| <ol style="list-style-type: none"> 1. () Menos de 20 anos 2. () De 21 a 30 anos 3. () De 31 a 40 anos | <ol style="list-style-type: none"> 4. () De 41 a 50 anos 5. () De 51 a 60 anos 6. () Mais de 61 anos |
|---|--|

A5. Grau de Escolaridade?

1. () Nunca estudou (Nunca foi à escola)
2. () Ensino Fundamental (antigo primário - 1ª à 4ª série)
3. () Ensino Fundamental (antigo ginásio - 5ª à 9ª série)
4. () Ensino médio incompleto
5. () Ensino médio completo
6. () Graduação
7. () Especialização, mestrado, doutorado

A6. Ocupação principal?

- | | |
|--|--|
| <ol style="list-style-type: none"> 1. () Aposentado (a)/ Pensionista 2. () Trabalhador Rural 3. () Comerciante 4. () Dona de casa (do lar) 5. () Estudante/ Estagiário(a) 6. () Servidor(a) público(a) MUNICIPAL | <ol style="list-style-type: none"> 7. () Servidor(a) público(a) ESTADUAL 8. () Servidor(a) público(a) FEDERAL 9. () Desempregado(a) 10. () Autônomo (a) 11. () Outros. Se sim, qual? _____ |
|--|--|

A7. Cidade de origem? _____

A8. Em qual estado esta cidade está?

- | | |
|--|---|
| <ol style="list-style-type: none"> 1. () Alagoas - AL 2. () Amapá - AP 3. () Amazonas - AM 4. () Bahia - BA 5. () Ceará - CE 6. () Distrito Federal - DF 7. () Espírito Santo - ES 8. () Goiás - GO 9. () Maranhão - MA 10. () Mato Grosso - MT 11. () Mato Grosso do Sul - MS 12. () Minas Gerais - MG 13. () Pará - PA | <ol style="list-style-type: none"> 14. () Paraíba - PB 15. () Paraná - PR 16. () Pernambuco - PE 17. () Piauí - PI 18. () Rio de Janeiro - RJ 19. () Rio Grande do Norte - RN 20. () Rio Grande do Sul - RS 21. () Rondônia - RO 22. () Roraima - RR 23. () Santa Catarina - SC 24. () São Paulo - SP 25. () Sergipe - SE 26. () Tocantins - TO |
|--|---|

A9. Porque escolheu morar em Diamantina?

A 10. Você já residia em Diamantina antes de obter o imóvel na Vila do Biribiri?

1. () Sim
2. () Não

A10. Faixa de renda familiar?

- | | |
|--|---|
| 1. () Até 1 SM (até R\$ 724,00) | 4. () De 5 a 10 SM (R\$ 3.620,10 a R\$ 7.240,00) |
| 2. () De 1 a 2 SM (R\$ 724,10 a R\$ 1.448,00) | 5. () De 10 a 20 SM (R\$ 7.240,10 a R\$ 14.480,00) |
| 3. () De 2 a 5 SM (R\$ 1.448,10 a R\$ 3.620,00) | 6. () Acima de 20 SM (R\$ 14.480,10) |

B – OS PROPRIETÁRIOS *VERSUS* VALOR PATRIMONIAL DA VILA DO BIRIBIRI

B1. conhece a história da Vila do Biribiri?

3. () Sim
4. () Não

B1a. Se você conhece, peça que diga brevemente com suas palavras o que conhece da história de fundação da vila:

B2. O que te levou a conhecer a Vila do Biribiri?(uma opção)

- | | |
|---------------------------|--|
| 1. () Paisagem | 6. () Patrimônio |
| 2. () Arquitetura | 7. () Turismo |
| 3. () História / Memória | 8. () Outros. Por favor, anote: _____ |
| 4. () Indústria | _____ |
| 5. () Lazer/descanso | _____ |

B3. O que a Vila do Biribiri representa para você hoje?

- | | |
|---------------------------|---|
| 1. () Paisagem | 8. () Turismo |
| 2. () Arquitetura | 9. () Beleza |
| 3. () História / Memória | 10. () Meio ambiente/Natureza |
| 4. () Indústria | 11. () Oportunidade Comercial |
| 5. () Lazer | 12. () Outros. Por favor, anote: _____ |
| 6. () Descanso | _____ |
| 7. () Patrimônio | _____ |

B4. O que significa o conjunto da vila do Biribiri? (uma opção)

- | | |
|-------------------------------------|-----------------------------------|
| 1. () Tradição | 6. () Arquitetura |
| 2. () Preservação/Conservação | 7. () Memória |
| 3. () História | 8. () Indústria (fábrica têxtil) |
| 4. () Paisagem cultural | 9. () Outros, especifique? _____ |
| 5. () Paisagem de ambiente natural | _____ |

B5. Se considera residente em uma área de interesse patrimonial?

1. () Sim
2. () Não

B6. Acha importante preservar este vilarejo?

1. () Sim
2. () Não

B7. Qual monumento arquitetônico da Vila lhe chama atenção? (uma opção)

B8. Em relação ao patrimônio, na Vila do Biribiri, o que é mais importante? (uma opção)

- | | |
|---------------------------------|-----------------------------|
| 1. () Patrimônio industrial | 4. () Outros. Quais? _____ |
| 2. () Patrimônio arquitetônico | _____ |
| 3. () Patrimônio paisagístico | _____ |

C - AQUISIÇÃO DO IMÓVEL: AQUISIÇÃO, FINALIDADE, ESTADO DOS IMÓVEIS E A RELAÇÃO COM O PATRIMÔNIO

C1. Como você ficou sabendo das vendas dos imóveis (casas)?

- | | |
|------------------------------|----------------------------------|
| 01. () Anuncio da internet | 05. () Jornal Estadual/Nacional |
| 02. () Anuncio na televisão | 06. () Amigos |
| 03. () Imobiliária | 07. () Outros _____ |
| 04. () Jornal local | _____ |

C2. Quando adquiriu o imóvel na vila do Biribiri?

- | | |
|----------------------------------|----------------------------------|
| 1. () Segundo semestre de 2013 | 3. () Segundo semestre de 2014 |
| 2. () Primeiro semestre de 2014 | 4. () Primeiro semestre de 2015 |

C3. Houve algum pré-requisito ou condicionante para compra do imóvel?

1. () Sim
2. () Não

C3a. (SE SIM) Qual? Por favor, especifique? _____

C4. Qual a finalidade da compra do imóvel?

- | | |
|---|---|
| 1. () Residência fixa | 4. () Comércio |
| 2. () Residência temporária (fim de semana e feriados) | 5. () Outro Quais? Por favor, anote: _____ |
| 3. () Alugar o imóvel | _____ |

C5. Quando você comprou o imóvel, você sabia que estava em uma área reconhecida formalmente pelo Governo do estado como patrimônio Tombado?

1. () Sim
2. () Não

C5a. (PARA QUEM RESPONDEU NÃO ANTERIORMENTE) Se soubesse que sua residência localizava-se em uma área reconhecida como patrimônio teria adquirido?

1. () Sim
2. () Não

C6. Ao adquirir o imóvel, em algum momento você foi abordado por algum representante do serviço de proteção ao patrimônio.

1. () Sim
2. () Não

C6a. SE SIM, com que proposito ocorreu esta abordagem?

C7. Qual o estado que se encontrava o imóvel que você adquiriu?

1. () Bom. Você pôde se mudar assim que comprou, sem reformas ou modificações / Em condições de uso imediato.

D - A ASSOCIAÇÃO VILA DO BIRIBIRI

D1. Tem conhecimento da existência da “Associação Vila do Biribiri”?

1. () Sim
2. () Não

D1a. Em relação à Associação Vila do Biribiri, você é:

1. () Sou um membro associado
2. () Tenho conhecimento, mas não faço parte dos associados

D2. Tem conhecimento das propostas da Associação?

1. () Sim
2. () Não

D2a. **SE SIM**, esta de acordo com elas?

1. () Sim
2. () Não

D3. Foi necessário fazer parte da “Associação Vila do Biribiri” para efetivar a compra dos imóveis?

1. () Sim
2. () Não

D4. Foi necessário comunicar na Associação às intervenções que deseja realizar no imóvel?

1. () Sim
2. () Não

D5. Você acha importante ser associado? Por favor, justifique?

E – CONHECIMENTOS SOBRE O PARQUE ESTADUAL DO BIRIBIRI

E1. Você tem conhecimento que adquiriu um imóvel localizado no entorno de uma área de preservação ambiental (Parque Estadual do Biribiri)?

1. () Sim
2. () Não

E2. O Parque Estadual Do Biribiri tem restrições de uso público, você tem conhecimento?

1. () Sim
2. () Não

E2a. **(SE TEM CONHECIMENTO DAS RESTRIÇÕES DE USO)**. Fale um pouco com as suas palavras o que você conhece das restrições de uso.

E3-Como você analisa a relação da proximidade da Vila do Biribiri com o Parque Estadual do Biribiri?

F - POTENCIAL TURÍSTICO

F1. Você acredita que esta Vila tenha um potencial turístico?

1. () Sim

2. () Não

F2a. **SE SIM**, porque você pensa que a Vila (é / ou não é) potencial turístico?

G – ANÁLISE E SUGESTÕES

G1. Você tem alguma sugestão de aproveitamento do espaço da Vila como um todo?

1. () Sim

2. () Não

G1a. **SE TIVER ALGUMA SUGESTÃO**, por favor, diga qual? _____

G2. Tendo em vista as vendas dos imóveis como você analisa a reutilização da Vila do Biribiri?

G3. Espaço reservado para comentários:

Caso tenha interesse nos resultados da pesquisa, favor informar o seu e-mail:

E-mail: _____

APÊNDICE B – Respostas dos questionários Abertos

A9 - PORQUE ESCOLHEU MORAR EM DIAMANTINA?
Trabalho.
Nasci em Diamantina.
Vim para Diamantina com dois anos de idade.
Nasceu na cidade de Diamantina.
Não moro em Diamantina.
Porque nasci e me casei aqui.
Nasci aqui e quero morar aqui o resto de minha vida. Qualidade de vida.
Moro em BH.
Formei em odontologia em Diamantina, minha esposa e sua família são de Diamantina. Gosto de Diamantina oferece qualidade de vida.
Por que nasci e cresci em Diamantina.
Parentesco de pai e mãe.
Não moro em Diamantina. A casa foi adquirida com intuito de veraneio.
Nativa.
Raízes Familiares.
Nativa. Pela qualidade de vida, contribuição com a minha terra.
Nativo.
Eu fui criado em Diamantina.
Sempre vivi aqui. Gosto de lugar tranquilo.
Moro na Vila de Biribiri e não na sede Diamantina.
Nasci e me criei aqui
Casei-me em 2013 e meu marido é funcionário da UFVJM.
Qualidade de vida é terra natal da minha esposa.
Atualmente não resido em Diamantina e sim em Belo Horizonte
Não resido em Diamantina e sim em Brasília, há sete anos, mas pretendo em um futuro próximo, retornar a morar em Belo Horizonte.
Qualidade de vida, seqüência de família.
Opção Funcional.
Voltar à minha terra. Melhorar a qualidade de vida.

B1A - DIGA BREVEMENTE A HISTÓRIA DA FUNDAÇÃO DA VILA, QUE CONHECE?
Produção de Diamantes em baixa, desemprego, criação de fábrica de tecidos em 1874 a partir da instalação de uma PCH no Córrego das Pedras. Emprego principalmente para as moças e produção de tecidos. Renda para a região.
Fundação da vila, com a família Mascarenhas.
A vila foi fundada em 1876 pelo bispo D. João Antônio dos Santos para sediar uma fábrica têxtil que chegou a contar com mais de 600 funcionários. Possuía uma boa infraestrutura para os padrões da época com geração elétrica própria, escola, barbearia, clube, restaurante e igreja.
Foi criado pelo Bispo Dom João Felício dos Santos, fundado para as mulheres por causa da fabrica, para gerar emprego para as mulheres solteiras.
O local foi habitado por um frade onde foi instalada uma fábrica têxtil por um bispo, criando a vila.
Criada pelo Bispo Dom João.
Meu avô, Alexandre Mascarenhas arrematou a fabrica do Biribiri junto com a fábrica Antonina Duarte de Diamantina. A fábrica funcionou até 1973. Apos essa data, os moradores da Vila começaram a mudar para Diamantina e cidades próximas. A vila virou fantasma com apenas duas famílias morando. Eu freqüento a cidade a quarenta anos, época que ela não era conhecida e ninguém dava valor
Vilarejo fundado para abrigar os trabalhadores da Fábrica têxtil instalada no mesmo local.
Foi criada em torno do funcionamento da fábrica de Biribiri.
Sou neto de um ex-proprietário de Biribiri. Meu pai nasceu em Biribiri.
Estamparia idealizada por padre para ajudar as mulheres e desempregados do Vale Jequitinhonha.
Dom João Antônio dos Santos, primeiro Bispo, empregou as moças no sec. XVIII fundando a fábrica de tecidos.
Que foi fundada pelo Bispo Felício dos Santos, 1º geração, depois a 2ª geração passou pela família Duarte e a 3ª geração Mascarenhas.
Foi fundada pelo Dom João e passou a ser moradia dos trabalhadores da fábrica juntamente com a família Duarte e depois os Mascarenhas.
Primeiro era uma aldeia indígena, segundo, um sítio da família de Dom João, terceiro Dom João com a família fundaram a fábrica.
Ela foi fundada devido à fábrica de tecidos que foi instalada naquele local, como uma opção ao declínio do garimpo na região. Esta vila servia de moradia para os funcionários da fábrica.

As moças vinham da região de Mendanha, Inhaí, Diamantina dentre outras, para trabalhar na Vila. De 15 em 15 dias as moças iam ver a família. No fim de semana havia a missa. A minha mãe contava que a vila foi criada pelos índios e depois veio Dom João e criou a fábrica por causa dos rios que geravam a luz e para dar emprego. Na época dos Duarte que eu sei aconteceram as construções de parte das casas, sendo o pensionato para as mulheres, as casas dos casados e as casas dos homens.

A vila foi fundada por um frei e a Fabrica se formou em função da queda de Água que possibilitava a barragem elétrica para tocar as maquinas. Houve um forte apoio da igreja para sua implantação e depois foi adquirida pela família Duarte, posteriormente pela família Mascarenhas, mas enfim todo o lugarejo vivia em função da Fabrica de tecido tendo um vida independente como uma cidade.

Era uma fábrica de tecidos e ali moravam seus trabalhadores e donos.

Que se formou por causa da tecelagem, para abrigar os trabalhadores. Depois virou ponto turístico.

Já tinha visto reportagem sobre o local e sei que a vila foi criada no final do século XIX para abrigar trabalhadores que serviam na empresa de tecelagem. Eram mulheres de baixo poder aquisitivo que ficavam como internas no local. A fábrica foi instalada em terras de um religioso da igreja católica, que viu na indústria a possibilidade de dar ofício à população pobre das cidades do entorno de Diamantina, muitos originados de escravos ou agregados das fazendas.

Nasceu a partir da instalação de uma fábrica de tecidos e então se tornou ponto de referência para a população diamantinense.

Fundada a mais de um século para abrigar as famílias que trabalhavam na industria têxtil. Tinha sua própria energia elétrica, a qual sustentava as casas e a fabrica e a energia que sobrava era enviada para Diamantina. Além das casas dos operários a Vila contava com o movimento de pessoas indo e vindo, era muito grande.

C3A- PARA REALIZAR A COMPRA HOUVE ALGUM PRÉ-REQUISITO.
SE SIM. QUAL O PRÉ- REQUISITO PARA REALIZAR A COMPRA?
A preservação da vila, da arquitetura.
Dentre outros, o de cumprir e fazer cumprir o estatuto da associação de Biribiri bem como o plano de diretrizes de preservação do conjunto arquitetônico e paisagístico de Biribiri.
Preservar e manter a construção.
Regras estabelecidas pela Associação Vila do Biribiri; Reforma no imóvel necessidade de autorização do IEPHA.
Requisitos comprometendo-se com a preservação e conservação do patrimônio (associação).
Seguir os direitos do IEPHA e da associação vila do Biribiri
Manutenção da arquitetura da casa.
Na verdade adquiri este imóvel mais por questão de moradia de família, tendo em vista que a vila já pertenceu a minha família.
A Associação da Vila informou da necessidade de nos associarmos e nos deu ciência que o local era tombado, como também que deveríamos seguir as normas contidas no regulamento de convivência e preservação do local.
Disposição em acolher os mandamentos voltados à sustentabilidade do acervo em seus aspectos históricos, cultural, ambiental e paisagístico, além de outros.
Conservar e preservar o imóvel.

C13 - COMO ACONTECE O ABASTECIMENTO DE ÁGUA EM SUA RESIDÊNCIA.
Direto de um manancial situado nas proximidades da Vila.
Da barragem, embora todas são impróprias para consumo. Se não me engano, a água que abastece a barragem é da cachoeira dos cristais.
Água encanada proveniente de uma represa.
Não sei (3).
Água captada da Nascente.
Caixa d'água.
É a mesma distribuidora para todos da vila.
Via córrego que sai do outro lado do Rio Biribiri.
Reservatório da antiga indústria, autônomo.
Pela Barragem.
Nascente.
Captação Natural.
Existe um sistema de captação de água no alto da serra.
Água encanada de mina.
Temos uma Outorga de água, que vem de uma nascente na região.
Uma caixa d'água que abastece a vila.
Acabo de comprar a casa e ainda não é possível habita-la, terei que reforma-la para saber como será.
Ainda não esta feita.
Não sei ao certo ainda, mas pelo que já obtive informações é água que vem da serra, porque o imóvel esta em obras.
Não sei dizer, mas também iremos verificar como a mesma ocorre e nos orientarmos com a associação para nos adequarmos às normas.
Via barragem.
Segundo informações, por gravidade.
De uma mina próxima da casa.

C10 A- VOCÊ TEM CONHECIMENTO DAS RESTRIÇÕES E CRITÉRIOS PROPOSTOS PELO IEPHA PARA REALIZAÇÃO DE INTERVENÇÃO NOS IMÓVEIS?

POR FAVOR, FALE UM POUCO SOBRE ESTAS RESTRIÇÕES.

Reforma com manutenção da fachada, preservar a arquitetura.

As restrições estão explicitadas no plano de diretrizes, são muitas as restrições, dentre elas: novas construções e/ou acréscimos sem observância da 1ª ordem de diretrizes.

No início não fomos informados pelo vendedor. Ficamos sabendo depois e já estávamos realizando as intervenções sem saber. Todos nos moradores tínhamos o conhecimento do tombamento externo e não do interno.

Mudança na fachada, acréscimo e alterações internas.

Altura do muro, por exemplo. Mudança da fachada

Não modificar a arquitetura das casas

É permitido reformas apenas na parte interna do imóvel.

Sem modificações na edificação do imóvel

Nós temos a obrigação de preservar tudo. Não é uma restrição.

Manutenção da fachada. Não realizar acréscimo. Como destacado acima, ainda não realizamos uma reforma porém, em breve, teremos que realizar pequenas reformas, de forma que a residência seja melhor estruturada, mantendo como está internamente e exteriormente, como destacado acima e tudo será comunicado ao IEPHA.

Várias reuniões com o IEPHA através da associação apresentando projetos de reforma

Não fazer mudanças nas fachadas etc.

Em sua maioria necessária, porém deviam ser mais flexíveis, pois a intenção nossa é de preservação.

Temos hoje um plano de diretrizes, o que no início do processo não tínhamos informação.

Manutenção da arquitetura original.

Não é possível mudar a arquitetura externa

Não pode, por nada, que seja diferente na vila do Biribiri, tem que ser tudo igual. Por exemplo, não pode ter nada nos telhados como antenas e caixa de água.

Manutenção das fachadas e também das características internas dos imóveis.

Não pode mexer nas fachadas, tem que fazer projetos de tudo.

Como acabamos de adquirir a casa, ainda teremos que pesquisar a respeito de regras e necessidades do local.

Concordo mas tem momento que parece que o IEPHA nos considera inimigo. Estamos cuidando das casas com nosso próprio recurso, coisas que eles não fariam nunca.

Manter as estruturas, telhado e fachada no mesmo padrão como antigamente, pinturas nas mesmas cores etc.
Não temos conhecimento dos detalhes, mas sabemos que não se pode alterar a fachada, as cores e nem instalação de antenas, placas ou cartazes.
Manutenção do acervo em sua característica essencial, como comum em Diamantina.
Dentro do possível, não mudar a estrutura e fachada do imóvel. Na reunião com participantes do IEPHA, nós moradores esclarecemos que algumas casas eram necessárias fazer algumas alterações, principalmente internas, uma vez que as mesmas não tinham banheiros e as cozinhas já não existiam mais. Levantar ou tirar algumas paredes (que ainda restavam), pois os cômodos (alguns) eram minúsculos.

C6A – AO ADQUIRIR O IMÓVEL, EM ALGUM MOMENTO VOCÊ FOI ABORDADO POR ALGUM REPRESENTANTE DO SERVIÇO DE PROTEÇÃO AO PATRIMÔNIO?

SE SIM, COM QUE PROPOSITO OCORREU ESTA ABORDAGEM?

A abordagem é sempre a favor de preservar a vila, sobre arquitetura.

A respeito do muro construído no funda da casa.

Reunião com promotor de justiça e demais proprietários, esclarecendo das restrições sobre reforma.

Reuniões da associação.

Na mesma reunião que aconteceu em out/14. As arquitetas do IEPHA visitaram as casas e tomaram conhecimento das mudanças necessárias para a recuperação e uma futura ocupação das mesmas.

C 11 A - VOCÊ É FAVORÁVEL OU DESFAVORÁVEL AS NORMATIZAÇÕES DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA BENS TOMBADOS COMO PATRIMÔNIO?

POR FAVOR, JUSTIFIQUE SEU PONTO DE VISTA?

Normatização da preservação do patrimônio histórico e paisagístico.

Favorável. A união da iniciativa privada com normas da políticas públicas juntas é fundamental.

Sim. Sou favorável a normatização como forma de manter e preservar todo e qualquer bem material e/ou imaterial.

Além de ser uma lei federal a nossa idéia é revitalizar, deixar sempre preservado. Biribiri estava morto.

Preservação das características históricas.

Para que tenha um maior e melhor controle da preservação.

Para preservação.

Importante para não ter abusos.

É imprescindível que existam critérios normativos. Representa segurança e zelo com a história do país.

Porque é a única maneira de preservação deste patrimônio.

Preservar é manter vivas as “histórias” dos nossos antepassados.

Para a manutenção do patrimônio histórico, paisagístico e cultural da região.

Pela preservação, história e memória do patrimônio.

Para a conservação.

Preservação da história e memória.

Sou a favor da parceria, de estreitamento entre as instituições para se chegar ao principal objetivo, à preservação da Vila.

Sou favorável a normatizações de políticas para bens tombados, mas que sejam realizados com transparências e com atuações verdadeiras. Que haja um intercâmbio, um diálogo entre os moradores e os órgãos. O que fica difícil é não ter um retorno adequado, sem prazo estipulado e contraditório dos órgãos competentes.

Sou a favor da preservação histórica.

Tem que continuar o que já era. Hoje tudo é artificial.

Acho que o mais importante para Biribiri é sua preservação como um todo.

Manter a fachada eu acho ótimo, mas, quero fazer melhorias como acesso a deficiente que é lei e não posso. Inclusive alteração na cozinha é proibida. Não é que eu seja totalmente desfavorável as normatizações, mas também não é assim Tudo tem que ter projeto, tem coisas que preciso pra “ontem” para atender o público.

Acredito que é preciso um padrão sobre reformas, para que a Vila não perca suas características e para que possamos manter o que compramos como histórico e cheio de lembranças.

<p>Temos que cuidar, mas com bom senso e dialogo e às vezes eles são intransigentes com coisas desnecessárias</p>
<p>Sou a favor sempre, mas acho que não com tanta burocracia, um exemplo estas casas se não fossem vendidas e reformadas estavam todas no chão, e ainda sim ficam ditando o que pode fazer como pode fazer como pintar, de que pintar, é um absurdo.</p>
<p>Sou a favor, desde que os proprietários tenham incentivos fiscais e que possam explorar os imóveis, obedecendo às normas ambientais e outras que preservem as propriedades. Sem a possibilidade de exploração econômica do local fica inviável a preservação, e neste caso todos os envolvidos na manutenção da vila saem perdendo.</p>
<p>Para mantermos criteriosamente a preservação e conservação da Vila.</p>
<p>Porque somos adeptos à preservação.</p>
<p>Com algumas restrições. Uma construção secular não atende, o mínimo necessário, às necessidades da humanidade atual. Portanto, sem agredir ou descaracterizar elas devem ser atualizadas.</p> <p>Quem adquire um imóvel tombado que precisa de reformas, quer executá-las em tempo breve, portanto, os trâmites dos processos de autorização devem ser quase que imediatos.</p>

C14 - TENDO EM VISTA AS VENDAS DOS IMÓVEIS COMO VOCÊ ANALISA A REUTILIZAÇÃO DA VILA DO BIRIBIRI?

A Vila está sendo recuperada. Nas condições anteriores provavelmente os imóveis evoluiriam para uma degradação ainda maior.

A reutilização da vila, para turistas, moradores, para a comunidade, é importante para todos.

Principalmente para o lazer e o descanso de seus associados podendo ser agregado o turismo ecológico controlado para que haja o comprometimento de seu conjunto arquitetônico e paisagístico.

Extremamente importante, tanto para a preservação do patrimônio na vila, geração de emprego e aumento da atividade turística na cidade de Diamantina.

Possibilidades de preservação dos imóveis.

Acredito que as moradias serão mais bem preservadas, o que antes não acontecia e conseqüentemente a vila atrairá até mais turistas e visitantes.

Os atuais proprietários salvaram a Vila de Biribiri.

Da família, apenas eu e minha irmã gostávamos e freqüentávamos a cidade. A empresa e seus donos nunca gostaram da cidade e deixaram ela se degradar.

A venda dos imóveis representou a salvação da vila do Biribiri. O que existia antes era um monte de ruínas abandonadas pelo descaso com o patrimônio histórico por parte do governo e demais autoridades.

Utilização mais consciente com critérios e normas de preservação e utilização.

Foi uma salvação para as casas da vila, agora ela vai ser realmente preservada e bem cuidada.

Espero que a Vila continue com a mesma harmonia e tranqüilidade que me fez adquirir o imóvel.

Nova vida ao patrimônio.

Como local turístico, e para os novos moradores local de lazer e descanso utilizando o espaço natural para encontros familiares.

É tudo para a vila! Graças a esta iniciativa podemos preservar-la, dar vitalidade ao acervo.

Um novo tempo em uma vila que deve ser respeitada com as suas características, cultura, história, ambientes e aberta a outros pensamentos, mas preservando.

A Vila do Biribiri é uma propriedade particular, assim como várias casas da cidade de Diamantina que são tombadas pelo Patrimônio. O estado físico de várias casas da vila do Biribiri era lastimável, correndo o risco de algumas casas caírem sem nenhum órgão do patrimônio se importar com isto. Estava abandonada! Com a venda dos imóveis, as casas estão sendo reformadas, reerguidas mantendo a característica inicial da Vila.

Um fator positivo que irá favorecer a preservação do patrimônio histórico.

Eu acho ótimo, cada um está reformando a casa. Estão dando vida ao Biribiri. Estou preocupada com a igreja.

Lazer e Principalmente turismo.

<p>É bom porque os compradores recuperarão os imóveis, não deixando cair e terei vizinhos.</p>
<p>Antes da venda dos imóveis a Vila estava abandonada, não havia previsões de reformas e manutenção do conjunto arquitetônico. Esta comercialização permitiu a retomada da história e a manutenção de um ambiente saudável e agradável ao convívio de todos. Além da garantia de manter vivo toda essa lembrança.</p>
<p>Melhor impossível, acho que o Estado nunca faria o que estamos fazendo, além de bem e mais rápido.</p>
<p>Acho que para lazer, turismo, descanso e conservação sempre. Nunca para fins comerciais.</p>
<p>Entendo que a Vila deva ser utilizada como ponto turístico.</p>
<p>Muito importante e estratégica. Sem a aquisição dos imóveis comercializados, com certeza hoje a vila já estaria inviabilizada de receber turismo, pelo péssimo estado de todos dos imóveis.</p>
<p>Positiva, dentro do contexto de preservação.</p>
<p>Uma visão quase unânime de preservação, conservação e cuidados com a história e patrimônio, para um lazer simples, sossegado, mas com o conforto necessário.</p>

C 15 A- SE TIVER ALGUMA SUGESTÃO, POR FAVOR, DIGA QUAL?
Manifestações culturais
Promoção de visita a vila do Biribiri pelas escolas municipais ou particulares, como um lugar de preservação do meio ambiente e patrimônio, promovendo uma inclusão de crianças do APAE, como uma união de crianças e natureza.
Para eventos culturais.
Fundar um receptivo agregando passeios, espetáculos artísticos, teatrais e dança. Sendo esta também uma proposta da associação.
Aluguel do espaço para casamentos. Plantio de videiras em volta da cidade para ser feito na região um polo de vinificação de vinhos
Deixar exatamente como esta! Reestruturar a igreja e continuar tudo como sempre foi.
Transformar a indústria em museu contando a historia real
Criação do museu da história da Vila
Promover oficinas de cuidado com meio ambiente, cuidado com o turismo para que o mesmo seja sustentável. Escola de preservação e memória do acervo industrial.
Aproveitar o espaço como um braço do turismo de Diamantina. Mostrar para o mundo o significado real do que é ser Patrimônio da Humanidade.
Apenas para o turismo.
Reativar as festas religiosas. Aproveitamento do Clube. Transformação dos galpões em museu. Calçamento de parte da estrada. Fazer um Hotel Fazenda do Pensionato
Poderia promover algumas festas de ocasião na vila. Festas de época. Após a restauração da Igreja poderia ter missas aos domingos, casamento ate mesmo feiras, coisas atrativas etc.
Criação de museu da indústria de tecelagem, com fotos, maquinários, etc. Permissão para criação de pousadas e restaurantes nos imóveis, sem alteração da fachada dos mesmos. Restauração da igreja pelo poder público e aluguel para celebração de casamentos, batizados, etc. Utilização do clube da associação para eventos culturais, casamentos, bailes ou outros permitidos pela entidade. Cessão dos galpões da indústria para instalação de pequenas indústrias, controladas pela associação da vila. Os recursos da associação permitirão a manutenção da vila e o pagamento de seguranças para guardar o local.
Buscar meios visando o restabelecimento do acervo em seus pontos determinantes da cultura que originariamente ali se instalou com valorização dos recursos naturais e de todo o contexto histórico e cultural.
Um pequeno espaço para uma biblioteca comunitária.

D5- VOCÊ ACHA IMPORTANTE SER ASSOCIADO? POR FAVOR, JUSTIFIQUE?
Sim, é importante ser associado, pelo bem da associação, com sugestão de idéias e responsabilidade das regras propostas.
Sim. A vila Biribiri é uma espécie de "condomínio aberto" e é um direito de todo associado participar das decisões que interferirão na vida de todos.
Sem dúvida. A coletividade tem peso em diversas situações.
Sim, poder participar das decisões em relação ao futuro da vila.
Sim, porque juntos somos mais fortes.
Sim só com a Associação teremos força para requerer melhorias na estrada, estrutura, etc.
Sim. É uma forma de "condomínio" onde todos estão unidos com objetivos comuns. Preservar Biribiri, angariar recursos para viabilizar ainda mais sua condição de Patrimônio.
Sim. Uma associação tem força, união e poder para alcançar os objetivos propostos
Sim. A união é que faz progresso com responsabilidade à preservação da Vila.
Sim, pois através de uma associação de moradores podemos contribuir com bem estar da Vila, das pessoas que nela convivem, seu entorno além de sua preservação histórica, paisagística e cultural.
Sim, porque tem uma atitude de decisão e decisão política e assim é realizado em grupo, principalmente por ser patrimônio.
Sim, devido às regras gerais para organização.
Sim, podemos cuidar melhor da vila.
Sim, pois faço parte do corpo desta vila e não gostaria que qualquer ação desenvolvida e o seu futuro ficassem longe do nosso poder e participação.
Sim. Por meio desta Associação discutimos as várias ações a serem executadas com o objetivo comum.
Facilita a preservação comunitária.
Acho, porque todo mundo pensando junto é melhor. As idéias juntas acabam sendo de acordo com o todo. Cada visão, no coletivo, pode ser melhor.
Claro a união faz a força e as regras o destino do lugarejo, sem contar as normais de boa vizinhança.
Sim, porque se existe a associação eu preciso fazer parte.
Sim, acredito que uma equipe de pessoas em busca de um ideal comum ameniza o peso do trabalho e aumenta as opções de contatos e visões de caminhos a serem seguidos.
União em prol do bem comum.
Com certeza sim, acho que tudo que se pode conseguir de melhorias para a vila através da associação as portas vão estar abertas com bem mais facilidades.

Sim, acho imprescindível, visto que a vila precisa ser olhada como um todo e não como propriedade particular independente do conjunto. Sem a associação dificilmente se conseguirá manter as características e preservação do patrimônio.

Coletividade e CNPJ para intervenção de direitos em várias situações.

Sim. Porque devemos comungar o mesmo objetivo e assim, corresponder com as obrigações legais pertinentes à aquisição.

E2 A --VOCÊ TEM CONHECIMENTO DAS RESTRIÇÕES DE USO DEVIDO A PROXIMIDADE COM O PARQUE ESTADUAL.

FALE UM POUCO COM AS SUAS PALAVRAS O QUE VOCÊ CONHECE DAS RESTRIÇÕES DE USO.

A restrição de uso é importante, como preservar o local.

O som automotivo, o lixo.

Não tenho opinião formada.

São muitas restrições, entre elas não pode ter queimadas, cortar lenha e criar animais.

Utilização racional dos recursos naturais, preservação da flora e fauna, evitar a poluição dos rios.

Não pode haver retirada de lenha, e a não conservação da estrada. Esta ultima porque não aceitaram a manutenção na estrada que foi sugerida.

Tudo que venha a ser alterado tipo construção etc., deve ter aprovação dos órgãos responsáveis.

Não pode retirar madeira, deve-se preservar a limpeza nos riachos, não deixar lixo.

O Parque Estadual é uma UC de uso integral tendo zonas de uso intensivo e restritas além de regras de uso estabelecidas pelo seu plano de manejo.

A questão da consciência do lixo do esgoto, proibição de corte de árvores.

Acampamentos, caças, lenha, fogueiras etc.

Prevenção de incêndio, preservação da fauna e flora.

Porque é uma área de preservação que culturalmente depende da influencia do homem. Pode ou não afetar a sua culturalidade.

O Parque ainda não existe oficialmente, uma vez que o governo ainda não pagou pelas terras.

Não pode criação de animais nem retirada de lenha, madeira, dentre outras coisas.

Não pode mexer por causa da estrada, o lixo eu levo para Diamantina. Cuidado com a vegetação e não cortar a vegetação.

Tenho muito pouco conhecimento das restrições.

Não tenho.

Nada a declarar.

Elas visam à preservação ambiental em seu todo e, por conseguinte, valorizando fatores culturais, históricos, paisagísticos e mesmo de sentimento pessoal inerente a cada cidadão.

E3- COMO VOCÊ ANALISA A RELAÇÃO DA PROXIMIDADE DA VILA DO BIRIBIRI COM O PARQUE ESTADUAL DO BIRIBIRI?
Excelente.
Essa proximidade dever ser estudada com muita atenção, para criar uma parceria entre a vila e o parque.
Não tenho opinião formada.
Acho importante a divisa entre o parque e a vila. Da para observar caso ocorra queimadas, e os funcionários do parque são uma forma de segurança para a vila.
A proximidade limita o crescimento da vila, mantendo suas características.
Acho que a vila está assim como sempre esteve inserida no parque.
Bom.
Boa.
Crítica, entretanto uma vez respeitados todos os aspectos normativos, associado à concretização dos moradores e visitantes, não vejo problema.
Relação boa devida a preservação do entorno, belezas naturais.
Muito bem vinda e que deve ser reforçada para melhor controle do acesso (estudo de capacidade de carga), preservação e estruturação de projetos ambientais e culturais em conjunto.
Ótimo, por ser um parque ecológico e uma vila com tombamento patrimonial.
Excelente.
Teremos que manter um diálogo constante.
Acho um ponto positivo em todos os aspectos, ambiental de segurança, como também educacional.
Existem outros parques que estão próximo a outras cidades. Cabe o respeito ao meio ambiente. Isto não inviabiliza ter uma casa na Vila do Biribiri, próximo ao futuro parque do Biribiri.
Não pensei a respeito.
Não sei responder.
Ótima o parque é mais um apelo turístico, claro precisa ser melhor cuidado e explorado turisticamente.
Ruim, porque não tem parceria, complicado mexer com o parque.
Um complementa o outro, traz charme e visão. A vila sozinha não teria a beleza que tem. A paisagem e vegetação são complementares.
Usando com cuidado e respeitando as normas, não atrapalha em nada.
Acredito ser de fundamental importância, uma vez que todo o parque está tombado e desta forma estará sendo protegido e assistido de perto, daí toda a vila também estará sendo acompanhada pelos órgãos competentes.
O parque representa um atrativo para os turistas, que conseqüentemente os levará a visitar a Vila de Biribiri. Sem o parque a vila corre o risco de ser extinta, devido à exploração

imobiliária que aconteceria no entorno da mesma. Já a vila é o coração do parque, e permitirá a exploração do local e a preservação de todo o conjunto. Ou seja, um tem importância para o outro, desde que sejam independentes, mas que se interajam.

Algo importante para ambos.

Acreditamos que não se trata de aproximação mas, de uma existência natural.

F1 – VOCÊ ACREDITA QUE A VILA SEJA UM POTENCIAL TURÍSTICO? POR QUÊ?
Patrimônio histórico e paisagístico
É um potencial turístico pela sua natureza, arquitetura.
Pelas características da região, pelas suas belas paisagens emolduradas por montanhas onde serpenteiam riachos e cachoeiras descem em cascatas, pelo belo conjunto arquitetônico. A vila Biribiri oferece plenas condições para incrementar um turismo ecológico na região.
Beleza, lugar único, conservação futura e proximidade com a cidade de Diamantina
Devido às paisagens naturais e históricas de grande beleza e pela sensação de tranquilidade do local.
Pela tranquilidade e preservação do lugar.
Pelo belo conjunto paisagístico e arquitetônico.
Cidade bucólica e muito bonita com suas cachoeiras.
O Parque Estadual do Biribiri já é o segundo parque mais visitado de Minas Gerais. É um lugar bonito, bucólico e muito agradável que vale a pena ser conhecido.
Porque tem história, beleza natural. É encantadora.
Vila histórica com importância cultural e ambiental além de industrial.
Pela preservação, história e a questão ambiental.
Devido à história da vila e está dentro de um parque.
Por sua beleza paisagística, seu acervo industrial
É um potencial importantíssimo em todos os aspectos desde que se faça de forma profissional, responsável levando em conta a sua sustentabilidade.
Na nossa região o turismo é muito pequeno! A cidade de Diamantina é muito capenga, amadora neste pretensão turismo. Faltam atitudes revolucionárias das autoridades para fazer valer este turismo na região. Quando viajo ao exterior, é que tenho noção do que é realmente esta indústria do turismo. Nós ainda vamos patinar por muito tempo, até chegarmos ao verdadeiro turismo! Se chegarmos!
Mesmo antes ela já era de interesse turístico principalmente pelo valor paisagístico e de lazer.
Porque a vila é muito linda, maravilhosa.
Pela sua história, pelo seu potencial arquitetônico, pela relevância ambiental, pela proximidade com Diamantina.
É uma vila conhecida mundialmente e o público maior é de turista.
Pessoas estão em busca de lugares calmos para descansar da rotina diária. Não é preciso ser dono para desfrutar dos prazeres da vila e do parque. Natureza e calmaria são características do local e demanda da população atual. A história interessa a muitos. Biribiri é um "braço" da visita a Diamantina.
Lugar bonito, agradável, boa comida, tudo que o turista gosta.

A vila é um lugar maravilhoso, paradisíaco, próprio para quem busca sossego e descanso, local onde encontra as melhores cachoeiras, bares com o melhor tira gosto, pousada, tudo que busca o turista.

Enorme potencial turístico como já citei, desde que na mesma sejam criados restaurantes, pousadas, museu e desenvolvidas condições de preservação dos imóveis.

Pelo seu imenso acervo arquitetônico, história e beleza natural.

Acreditamos que no contexto diamantinense continuará sendo aperfeiçoado com ideais voltadas à este fim, pois não se pode afastar do social o que naturalmente lhe pertence.

G1 - ESPAÇO RESERVADO PARA COMENTÁRIOS:

Gostaria de parabenizar o trabalho desenvolvido.

Minha compra foi direcionada para ser um local de descanso e sossego. Farei e defenderei sempre tudo que for necessário para preservar Biribiri.

Parabéns pelo seu questionário. Creio que conhecendo melhor os novos proprietários saberão todos de nossas responsabilidades com o local.

Parabéns pelo trabalho em desenvolvimento e iniciativa. Caso precise de algo mais e estiver ao meu alcance. Por favor, entrar em contato.

"Tudo" que se torne politicamente público ratifica a democracia.

Tenho 30 anos de Biribiri e tenho um compromisso com a preservação desta vila para as gerações futuras.

Eu acho que a Vila do Biribiri é uma propriedade particular, próxima a um pretense parque e tombada pelo patrimônio. Temos que respeitar as regras do tombamento como cidadãos, mas o IEPHA deveria dar um retorno condizente como um órgão público para se fazer respeitar, no relacionamento, no diálogo com os moradores das diversas localidades que tem monumentos tombados.

A quadra era o nosso recreio. Eu fazia tapetes Arraiolo e o turismo teve início por causa desses tapetes. As pessoas vinham para conhecer. Nessa época não se tinha nada no Biribiri.

Sugestão que o IEF e o IEPHA nos ofereça abertura para trabalhar.

Preocupa-me as condições do parque, visto que o mesmo precisa de melhor manutenção e instalação de pontos de vigilância. A entrada descontrolada do quantitativo de visitantes pode, em pouco tempo, levar a degradação do ambiente.

Vendo a história como ciência, não se pode afastar a tese de que qualquer outra atividade ou fenômeno dela se afaste, por isto a memória que nos faz lembrar a cada dia.

APÊNDICE C – Bens tombados em Diamantina, Minas Gerais

A seguir figura com a localização dos sítios tombados e fotos ilustrativas da cada bem cultural.

Figura 45 - Monumentos tombados pela UNESCO no BRASIL



Bens inscritos na Lista do Património Mundial (19)

Cultural

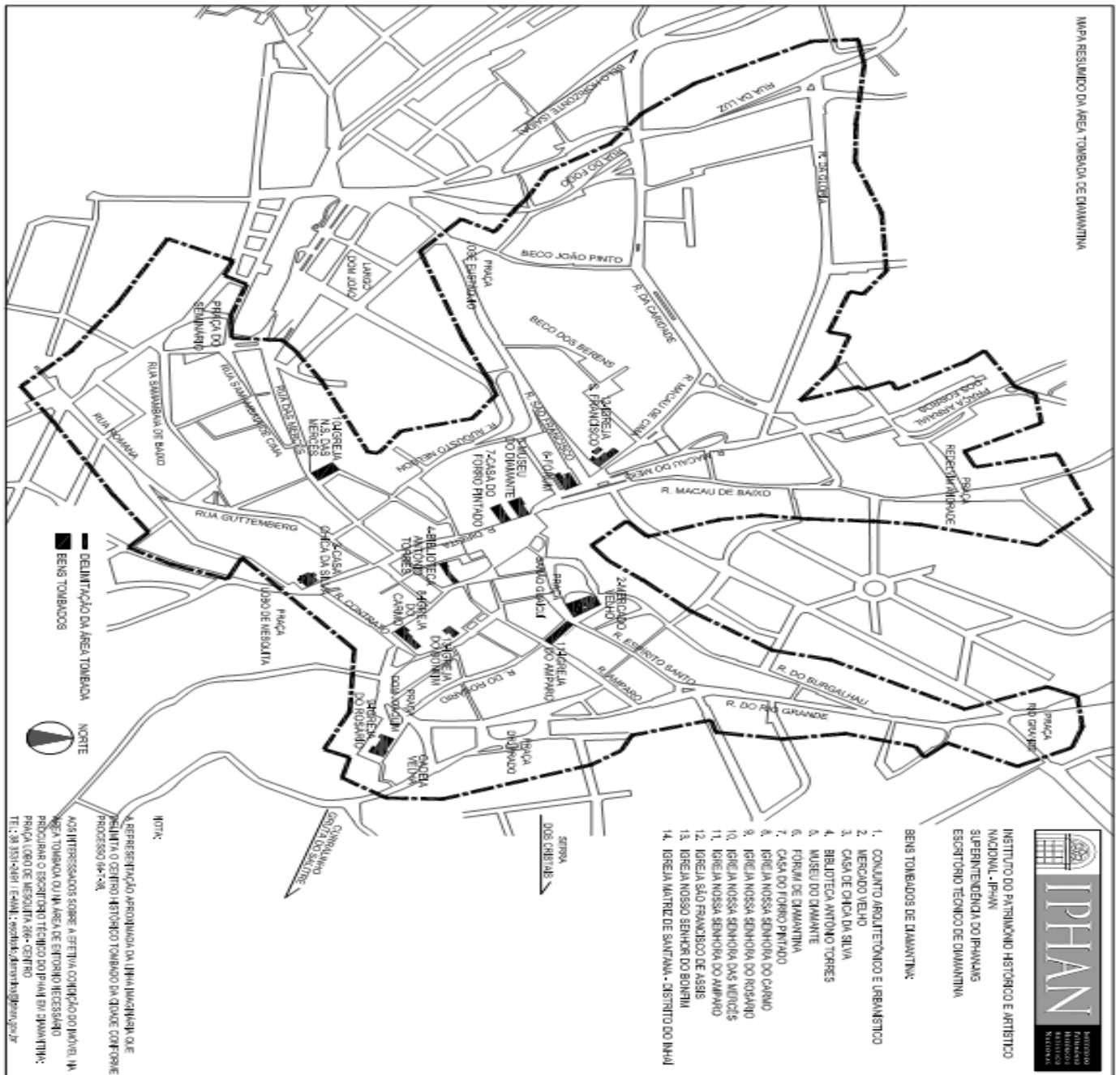
- ◆ Brasília (1987)
- ◆ Centro Histórico de Salvador, Bahia (1985)
- ◆ Centro Histórico de São Luís (1997)
- ◆ Centro Histórico da Cidade de Diamantina (1999)
- ◆ Centro Histórico da Cidade de Goiás (2001)
- ◆ Centro Histórico da Cidade de Olinda (1982)
- ◆ Cidade Histórica de Ouro Preto (1980)
- ◆ Missões Jesuíticas dos Guaranis: San Ignacio Mini, Santa Ana, Nuestra Señora de Loreto e Santa Maria Mayor (Argentina), Ruínas de São Miguel das Missões (Brasil) (1983)
- ◆ Rio de Janeiro: Carioca paisagens entre a Serra eo Mar (2012)
- ◆ Santuário do Bom Jesus do Congonhas (1985)
- ◆ São Francisco Praça na cidade de São Cristóvão (2010)
- ◆ Parque Nacional Serra da Capivara (1991)

Natural

- Reservas de Mata Atlântica do Sudeste (1999)
- Ilhas Atlânticas Brasileiras: Fernando de Noronha e Atol das Rocas Reserves (2001)
- Conservação da Amazônia Central Complex (2000)
- Áreas Protegidas do Cerrado: Chapada dos Veadeiros e Emas National Parks (2001)
- Costa do Descobrimento Reservas da Mata Atlântica (1999)
- Parque Nacional do Iguaçu (1986)
- Pantanal da Área de Conservação (2000)

Fonte: UNESCO. Disponível em: <http://whc.unesco.org/en/statesparties/br>. Acessado em: 15 de julho de 2014.

Figura 46 - Área tombada de Diamantina – IPHAN



Fonte: Acervo do IPHAN, 2013

Há 12 bens que se constituem monumento isoladamente, são eles: Mercado Velho (Praça Barão de Guaicuí), Casa de Chica da Silva (Praça Lobo de Mesquita), Biblioteca Antônio Torres (Rua da Quitanda), Museu do Diamante (Rua Direita), Fórum de Diamantina (Praça JK), Casa do Forro Pintado (Rua Direita), Igreja Nossa Senhora do Carmo (Rua do Carmo), Igreja Nossa Senhora do Rosário (Praça Dom Joaquim), Igreja Nossa Senhora das Mercês (Rua das Mercês), Igreja Nossa Senhora do Amparo (Rua do Amparo), Igreja São Francisco de Assis (Rua São Francisco), Igreja Nosso Senhor do Bonfim (Rua do Bonfim). Há outro bem tombado localizado no distrito de Inhaí, denominado Igreja Matriz de Santana⁴⁵.

Figura 47 - Monumentos tombados pelo IPHAN em Diamantina

Mercado Velho



Autoria Própria

Casa de Chica da Silva



Autoria Própria

Biblioteca Antônio Torres



<http://vivdiamantina.com.br>

Museu do Diamante



<http://museudiamante.blogspot.com>

⁴⁵ “Sant’Ana de Inhaí foi um dos primeiros povoamentos surgidos em consequência da exploração do diamante na região. Erguido à margem do rio Caethé-mirim, a sua fundação remonta à segunda década do século XVIII, mas já na metade daquele século apresentava sinais de decadência em virtude do declínio da produção diamantífera. No início do século XIX, o povoado sobrevivia graças ao cultivo de cereais e à atividade pecuária. Especialistas, apoiados tão somente na análise estilística, atribuem as pinturas dos forros, tanto na capela-mor quanto na nave, ao Guarda-mor José Soares de Araújo, supondo-se que tenham sido executadas no final do século XVIII, época em que o artista trabalhou em Diamantina”. Informação Disponível em: <http://www.iphan.gov.br/ans/inicial.htm> Acesso em 26 de agosto de 2014.

Fórum de Diamantina



Autoria Própria /

Casa do Forro Pintado



Autoria Própria

Igreja Nossa Senhora do Carmo



Autoria Própria

Igreja Nossa Senhora do Rosário



Autoria Própria /

Igreja Nossa Senhora das Mercês



<http://www.panoramio.com/>

Igreja Nossa Senhora do Amparo



Autoria Própria

Igreja São Francisco de Assis



Autoria Própria

Igreja Nosso Senhor do Bonfim



Autoria Própria

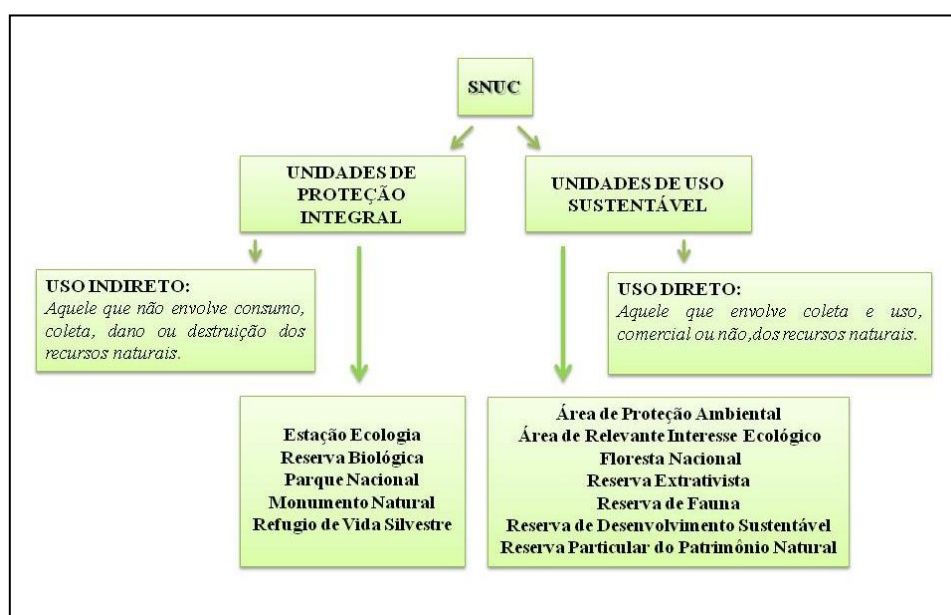
APÊNDICE D – Unidades de Conservação

No Brasil, o conjunto de Unidades de Conservação constituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC,⁴⁶ que foi a primeira normatização nacional das áreas naturais protegidas por lei, aprovado em 19 de julho de 2000, mediante a Lei nº. 9.985. Dentre suas regulamentações, estabelece critérios e normas para criação, implantação e gestão das UCs. Em seu artigo 2º, define Unidades de Conservação como:

Espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo poder público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção (Brasil, 2000. Lei 9.985, 18 de julho de 2000, artigo 2º, inciso I).

Assim, pode-se dizer que as Unidades de Conservação são áreas delimitadas para a conservação dos recursos naturais, ecossistemas, garantindo a proteção e uso controlado desses recursos. Essas áreas dividem-se em dois grupos: Unidades de Proteção Integral e Unidade de Uso Sustentável. Nas áreas pertencentes ao primeiro grupo, busca-se “preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, com exceção dos casos previstos na Lei”; e ao segundo grupo, “compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais”⁴⁷.

Figura 48 - Estrutura do Sistema de Unidades de Conservação



Autoria Própria. Elaborado a partir da Lei Nº 9.985, de 18 de julho de 2000.

⁴⁶ Lei Nº 9.985, de 18 de julho de 2000.

⁴⁷ Idem 1 – Capítulo II. Art. 3º.

No estado de Minas Gerais o Sistema Estadual de Unidades de Conservação - SEUC foi instituído através da Lei nº 14.309, de 19 de junho de 2002⁴⁸, que dispõe sobre as Políticas Florestais e de Proteção à Biodiversidade no Estado. A identificação, criação e implantação de áreas protegidas é atribuição do Instituto Estadual de Florestas (IEF), podendo ser encontradas no Estado as seguintes categorias: Estação Ecológica; Reserva Parque; Monumento Natural; Refúgio Silvestre e Parque Estadual.

Potencial das Unidades de Conservação no Alto Jequitinhonha

As Unidades de Conservação na região, além de contribuírem para a manutenção dos ambientes naturais, podem proporcionar maior desenvolvimento econômico, através do incentivo da atividade turística e da a conservação do meio ambiente, cujo gerenciamento, sendo efetuado de forma correta e sistemática, contribui para a geração de empregos. Há que se levar em consideração também as variadas opções de lazer, que possibilitam à comunidade um maior contato com a natureza.

Vilhena (2009) ao discutir sobre a criação das Unidades de Conservação menciona que:

Muitas vezes as UC's são vistas como empecilhos para o desenvolvimento econômico, uma vez que privam certas localidades de determinadas atividades econômicas incompatíveis com a conservação da biodiversidade local. No entanto, o foco das UC's não deve ser as proibições e limitações da degradação, mas sim a proteção e, mais importante ainda, a essência em que elas se inserem como meio em busca da mudança de paradigmas na construção de um mundo melhor. (VILHENA, 2009, p. 264-265).

A demora na estruturação das áreas protegidas muitas vezes faz com que os benefícios trazidos por elas ocorram em longo prazo, não sendo tão perceptíveis aos olhos da população local. Outro fator de grande relevância é o envolvimento dos moradores nas decisões de planejamento e gestão da UC, cuja participação ativa no processo contribui para maximizar os resultados positivos e minimizar as resistências quanto ao desenvolvimento e a não preservação da área.

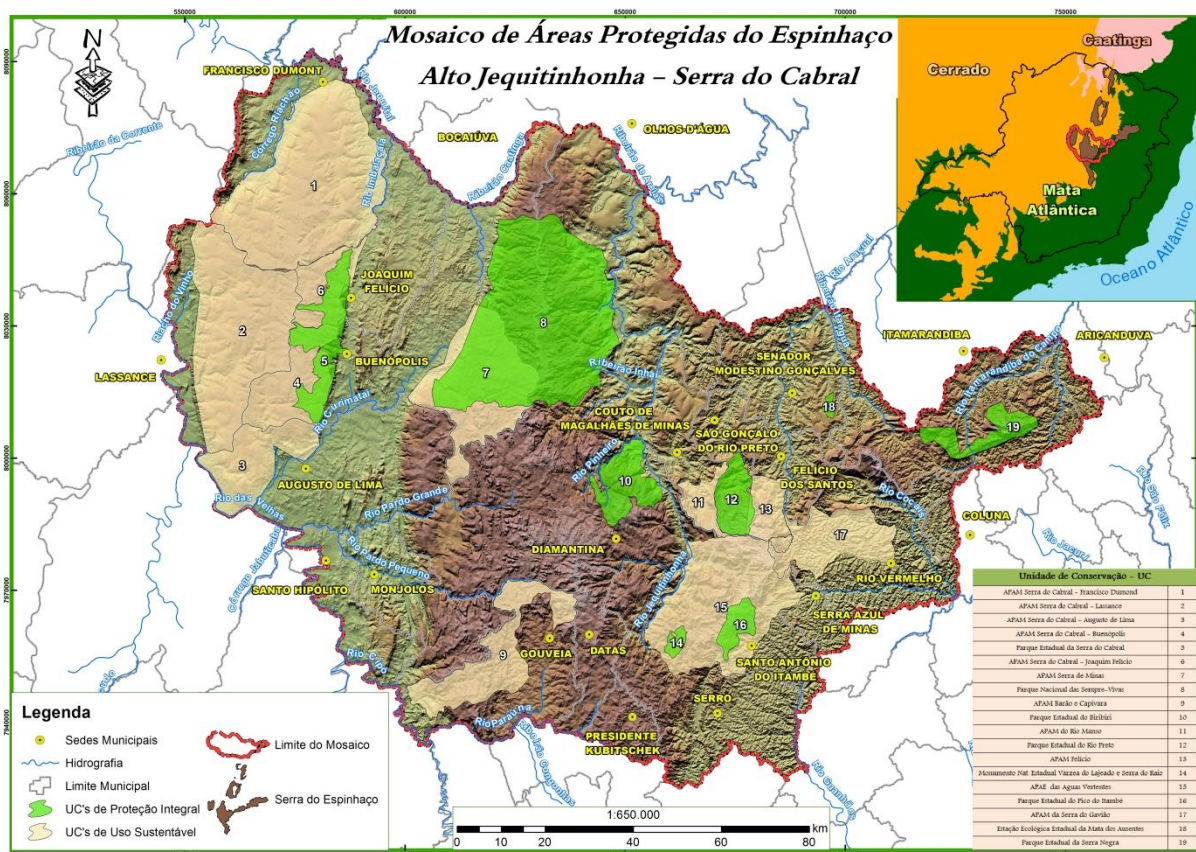
A concentração de UC's na região do Alto Jequitinhonha tem incentivado o

⁴⁸ O Decreto Estadual nº 43.961, de 3 de fevereiro de 2005 (Publicação — Diário do Executivo – “Minas Gerais” - 03/02/2005), o Decreto Estadual nº 43.710, de 8 de janeiro de 2004 (Publicação — Diário do Executivo – “Minas Gerais” - 09/01/2004) (Republicação - Diário do Executivo – “Minas Gerais” - 23/01/2004), o Decreto Estadual nº 44.117, de 29 de setembro de 2005 (Publicação — Diário do Executivo – “Minas Gerais” - 30/09/2005) e o Decreto Estadual nº 44.415, de 04 de dezembro de 2006 (Publicação — Diário do Executivo – “Minas Gerais” - 05/12/2006) regulamentam a Lei Estadual nº 14.309, de 19 de junho de 2002.

desenvolvimento da atividade turística, embora a maioria não apresente infraestrutura de acesso ao visitante. Nesta região é possível destacar o Parque Estadual de São Gonçalo do Rio Preto, MG que já se encontra aberto ao público e possui infraestrutura turística e de apoio; sua criação partiu de uma demanda comunitária pela preservação de uma área de grande riqueza ecológica.

Essas UC's podem contribuir ainda mais para o desenvolvimento turístico e econômico do Vale do Jequitinhonha, se planejadas de forma integrada/articulada. Um exemplo dessa tentativa é a criação do “Mosaico do Espinhaço: Alto Jequitinhonha – Serra do Cabral”.⁴⁹

Figura 49 - Mapa do Mosaico de Áreas protegidas Alto Jequitinhonha - Serra do Cabral



Fonte: IEF (2013)

A área do “Mosaico de Áreas protegidas Alto Jequitinhonha - Serra do Cabral”, atualmente abrange: 01 APAE; 10 APAM; 01 Parque Nacional; 05 Parques Estaduais;

⁴⁹ O Sistema Nacional de Unidades de Conservação considera um Mosaico quando: (...) existir um conjunto de unidades de conservação de categorias diferentes ou não, próximas, justapostas ou sobrepostas, e outras áreas protegidas públicas ou privadas, constituindo um mosaico, a gestão do conjunto deverá ser feita de forma integrada e participativa, considerando-se os seus distintos objetivos de conservação, de forma a compatibilizar a presença da biodiversidade, a valorização da sociodiversidade e o desenvolvimento sustentável no contexto regional”. (BRASIL, SNUC, 2000)

01 Estação Ecológica; e 01 Monumento Natural. Totalizando 19 Unidades de Conservação diversificadas, dentre elas o Parque Estadual do Biribiri⁵⁰.

Tendo esta área valor ecológico e científico incomensurável e observada a fragilidade destes ambientes, dentro deste contexto, encontram-se diversas Áreas de Preservação Ambiental, de diferentes categorias, o que justificou a criação do Mosaico de Áreas Protegidas Alto Jequitinhonha - Serra do Cabral, confirmando a importância da diversidade natural e biológica desta região.

O entendimento e a valorização das áreas de proteção ambiental tornam-se relevantes para a preservação desses espaços. A educação ambiental é imprescindível na visita às Unidades de Conservação e muitas vezes enriquecem a experiência turística, ou mesmo o desenvolvimento de um estudo, levando-se em consideração as características da Unidade de Conservação.

⁵⁰ APAE das Águas Vertentes; APAM Serra do Cabral - Francisco Dumond; APAM Serra do Cabral - Lassance; APAM Serra do Cabral – Augusto de Lima; APAM Serra do Cabral – Buenópolis; APAM Serra do Cabral – Joaquim Felício; APAM Serra de Minas; APAM Barão e Capivara; APAM DO Rio Manso; APAM Felício; APAM da Serra do Gavião; Parque Nacional das Sempre-vivas; Parque Estadual da Serra do Cabral; Parque Estadual do Biribiri; Parque Estadual do Rio Preto; Parque Estadual do Pico do Itambé; Parque Estadual da Serra Negra; Estação Ecológica Estadual da Mata dos Ausentes; Monumento Natural Estadual Várzea do Lageado e Serra do Raio.

APÊNDICE E – Perguntas e respostas realizadas ao IEPHA - BH

RESPOSTA DO IEPHA AS QUESTÕES ABAIXO:

1. Quais as considerações do IEPHA sobre a reutilização do conjunto arquitetônico tombado da Vila do Biribiri, tendo em vista as vendas dos imóveis iniciadas em 2013?

A adequação a novo uso é uma medida de preservação do conjunto tombado, já que o uso e a manutenção constantes são fundamentais para a conservação e fruição do bem cultural.

2. Como o IEPHA analisa a relação da proximidade da Vila do Biribiri com o Parque Estadual do Biribiri?

A área contígua do Parque em relação à área de tombamento contribui para a preservação da ambiência do bem tombado. Por outro lado, a presença de cachoeiras e beleza natural são atrativos que incentivam a visitação e a passagem de visitantes a Biribiri, exigindo atenção ao acesso, estadia e infraestrutura necessários que devem ser observados no agenciamento das áreas livres e das unidades construídas do conjunto tombado e que acabam por sobrecarregar a infraestrutura existentes da antiga ocupação da fábrica.

3. Como o IEPHA analisa esta especulação imobiliária.

A dinâmica econômica de uma área tombada é um dos fatores que influenciam as condições de conservação, ocupação e fruição de bens culturais.

O Conjunto Arquitetônico e Paisagístico de Biribiri insere-se em uma propriedade particular rural que passou a parcelar informalmente a área ocupada. O IEPHA/MG e o Ministério Público solicitaram a formalização e regularização da situação fundiária da propriedade.

O tombamento não interfere no uso, gozo e disposição dos bens tombados.

Após o encerramento das atividades da fábrica, desde 1973, o turismo passou a ser a atividade econômica local. Os proprietários mantiveram um constante fluxo de visitantes com locação de casas e comércio de apoio. Os novos proprietários parecem adequar as suas edificações ao uso de final de semana e hospedagem.

A atenção, no momento, está voltada às alterações que os novos proprietários vêm fazendo nas edificações, cujos projetos de intervenção dependem de aprovação e acompanhamento do IEPHA/MG. Mas, além disso, a nova ocupação exige especial atenção aos projetos complementares: SPDA, prevenção e combate a incêndio, captação de água, drenagem, disposição e tratamento de esgoto, comunicação, entre outros.

Atenciosamente,

Angela Dolabela Canfora

Arquiteta urbanista

Diretoria de Proteção e Memória

angela.canfora@iepha.mg.gov.br | 31 3235 2877

Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais - IEPHA/MG

Rua dos Aimorés, 1697 | Funcionários I 30.140.071 | Belo Horizonte | MG | Brasil

www.iepha.mg.gov.br | 31 3235 2800

APÊNDICE F – Perguntas e respostas realizadas à Promotoria de Diamantina

RESPOSTA DA PROMOTORIA DE DIAMANTINA AS QUESTÕES ABAIXO:

1. Quais as considerações do Ministério Público sobre a reutilização do conjunto arquitetônico tombado da Vila do Biribiri, tendo em vista as vendas dos imóveis iniciadas em 2013?

Na minha visão, o principal problema que se coloca ante às alienações dos imóveis da Vila do Biribiri é o risco de sua descaracterização. Quando do início destas alienações, foi ventilado, pelos adquirentes, a realização de inúmeras intervenções, as quais poderiam vir a impactar sobremaneira os atributos que fizeram com que o IEPHA procedesse ao tombamento da Vila. Diante de intervenções irregulares, o Ministério Público já chegou a ajuizar ações criminais em face de alguns adquirentes. Após alguns trabalhos de esclarecimento, a maior parte dos adquirentes mostra-se consciente da necessidade de serem respeitadas as restrições decorrentes do tombamento.

Quanto ao fato de haver uma reutilização "pulverizada" ou seja, por parte de vários proprietários em detrimento de um único tal qual ocorria anteriormente, não vislumbro, neste momento, grandes repercussões, desde que seja atendido aquilo que a Associação de Moradores vem afirmando: manter a Vila aberta ao público externo. Em realidade, existe a possibilidade de que a ocupação enseje maiores medidas de salvaguarda do patrimônio cultural.

2 Como analisa a relação da proximidade da Vila do Biribiri com o Parque Estadual do Biribiri?

O Parque Estadual do Biribiri serve como acesso à Vila. Desta forma, a relação entre ambos é inevitável. Até o presente momento temos notícias de que a gerencia do Parque e a Associação de moradores têm mantido uma relação simbiótica, de auxílio mútuo. Por certo, um número maior de pessoas dentro de uma unidade de conservação pode gerar determinados impactos, tais como a geração de lixos e efluentes sanitários. Entretanto, a estruturação da Vila, o que tem sido apresentada como uma intenção dos adquirentes, pode vir a auxiliar na mitigação destes impactos ambientais e até mesmo auxiliar o Parque Estadual na solução de outros desafios ambientais, uma vez que o parque Estadual do Biribiri sofre imensamente por estar tão próximo à área urbana.

3 Qual a relação do Ministério Público com o tombamento e esta especulação imobiliária.

Em realidade, o Ministério Público não é responsável pelo tombamento e também não se envolve com questões referentes à especulação imobiliária. O que fizemos, e vamos continuar a fazer, é tomar as providências necessárias para que a legislação seja cumprida. Desta forma, expedimos Recomendações formais aos adquirentes para que estes deixem de realizar qualquer intervenção antes de lograrem anuência prévia do órgão responsável (IEPHA). Também alertamos para o fato de que a área não pode ser objeto de fracionamento, uma vez que o módulo rural mínimo é de 03 hectares, além da necessidade de todos os imóveis serem antes ofertados ao poder público, uma vez que o tombamento gera o direito de preferência para que o ente responsável possa adquirir a área.

Quando constatamos o cometimento de ilicitudes, temos tomado as providências pertinentes, inclusive ajuizamento de ações penais

De outro lado, o Ministério Público tem-se mantido aberto para toda a forma de diálogo e esclarecimento, justamente a fim de alcançar o objetivo comum de preservação dos atributos culturais da área.

4. Como o Ministério público é acionado?

Por qualquer cidadão e de qualquer forma, seja presencialmente, via documento identificado ou anônimo. Também é possível que o Promotor de Justiça tome atitudes de ofício, ou seja, sem provocação externa.

Felipe Faria de Oliveira
Promotor de Justiça
Coordenadoria das Promotorias de Justiça de Meio Ambiente das Bacias dos Rios
Jequitinhonha e Mucuri

ANEXO A – Ata de Fundação da Associação Vila Biribiri



Ata de Fundação e Posse da Associação VILA BIRIBIRI



Ata da Assembléia Geral Extraordinária para aprovação estatutária da **ASSOCIAÇÃO VILA BIRIBIRI**, especialmente convocada para o dia 22 do mês de Setembro do ano de 2013, às 13:00 horas, na Sede Provisória, na praça Pedro Duarte, 09, Vila do Biribiri, em Diamantina-MG, adaptando-se ao Código Civil Brasileiro, Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002. A Assembléia foi convocada pela Comissão Provisória da Associação da VILA BIRIBIRI, tendo como pauta: primeiro, a criação da Associação dos Moradores da Vila Biribiri; segundo, a aprovação de seu Estatuto Social; e terceiro, a eleição de sua primeira Diretoria Executiva e de seu primeiro Conselho Fiscal. Iniciando os trabalhos, o (a) coordenador (a) da Comissão Provisória, [REDACTED], fez uma exposição de motivos para a criação da Associação, dentre os quais a importância do grupo estar organizado e ter seus representantes para encaminhar suas demandas aos vários entes do Poder Público, além de organizar os interesses de todos na Vila Biribiri, mas de forma meramente voluntária. Dada a palavra aos presentes, todos manifestaram-se favoráveis à criação da referida Associação, que dará prosseguimento a toda uma história de busca de melhorias que a Comunidade tanto precisa e muito merece. Na seqüência dos trabalhos, como segundo assunto da pauta, o (a) Coordenador (a) da Comissão apresentou uma minuta de Estatuto Social, já em conformidade com o novo código civil brasileiro, que foi lida ponto a ponto, tendo a seguinte estrutura: Título I: Da Associação e Seus Fins; Capítulo Primeiro: Da denominação, sede, duração e objetivo, contendo os Artigos do primeiro ao quinto; Capítulo Segundo: Dos membros; Seção I: Da categoria dos Membros, contendo o Artigo sexto; Seção II, Da admissão, demissão, eliminação e exclusão do artigo sétimo ao décimo. Seção III, Dos direitos e responsabilidades do artigo décimo primeiro ao décimo terceiro. SEÇÃO IV, Do Patrimônio, do artigo quatorze ao quinze. TÍTULO II – DOS ÓRGÃOS DA ASSOCIAÇÃO, Capítulo I – Do seu número e denominação, o artigo dezesseis. SEÇÃO I, Da Assembléia Geral, do artigo dezessete ao vinte e quatro. SEÇÃO II, Da Diretoria Executiva, do artigo vinte e cinco ao artigo trinta e quatro. SEÇÃO III, Do Conselho Fiscal do artigo trinta e cinco ao artigo trinta e seis. TÍTULO III, DO PROCESSO ELEITORAL, Capítulo Único, Das eleições da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal, do artigo trinta e sete ao quarenta e dois. TÍTULO IV, DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA, Capítulo I, Do Exercício social, o artigo quarenta e três. Capítulo II, Dos Livros, o artigo quarenta e quatro. Capítulo III, Da Dissolução, do artigo quarenta e cinco ao quarenta e seis. Capítulo IV, Das Disposições Gerais, do artigo quarenta e sete ao cinquenta. Após sua leitura, tendo havido debates e explicações, mas sempre se alcançando o consenso, foi aprovado por unanimidade dos presentes o Estatuto Social em questão. Em seguida, como terceiro assunto de pauta, deliberaram pela eleição de sua primeira Diretoria Executiva e de seu primeiro Conselho Fiscal, para um mandato de dois anos, a contar da presente data, terminando em Setembro dos anos ímpares, constituída pelos seguintes cargos e respectivos ocupantes, todos indicados e eleitos por unanimidade:

[Handwritten signature]
 U^a da com. u. g. Am

[Handwritten signature]
 P

Obs: A tarja utilizada teve o intuito de manter o anonimato de um membro. Utilizou-se somente a página 1 tendo em vista que as demais se referem aos membros eleitos e a lavratura da mesma.

ANEXO B – Carta com Posicionamento da Estamparia SA.



Contagem, 31 de março de 2014.

Em relação à Vila do Biribiri, a Estamparia S/A gostaria de esclarecer alguns pontos importantes:

1. Adquirimos a fábrica e a Vila do Biribiri em 1965 da empresa Irmãos Duarte, juntamente com um projeto de uma planta industrial, nova e moderna, já em construção, no Bairro do Rio Grande em Diamantina;
2. A Fábrica do Biribiri foi fechada em 1973 devido ao seu tamanho (pequena escala de produção), a impossibilidade de crescimento, ao acesso (estrada) que inviabilizavam o trânsito das recém-chegadas (na época) carretas que transportavam algodão e proximidade da nova unidade industrial localizada a 15 km de distância;
3. Desde 1973, após o fechamento da fábrica, cuidamos de sua conservação e preservação. São 41 anos que mantemos a Vila do Biribiri em seu estado original, com diversas casas construídas na época de sua fundação em 1875. Em todo este período mantivemos as portas da vila aberta ao público como um importante marco cultural, histórico e turístico de Minas Gerais. Não cobramos entrada e custeamos sua conservação, fiscalização e manutenção com recursos próprios. Porém há algumas casas com fachadas preservadas, mas internamente degradadas.
4. A Vila do Biribiri é um lugar lindo, já foi chamada de presépio, paraíso e Shangri-lá. O IEPHA tombou a vila em 1998 e está próxima a Diamantina considerada pela UNESCO como Patrimônio Histórico da Humanidade. Para nós, porém, a importância de Biribiri é também devido a outro motivo. A industrialização de Minas Gerais começou em 1872 com a construção, pela Família Mascarenhas, da fábrica do Cedro em Caetanópolis. A fábrica do Biribiri foi construída em 1875, idealizada pelos Irmãos Felício dos Santos e capitaneada por Dom Antônio Felício dos Santos, arcebispo de Diamantina. Tinha como objetivo gerar empregos na região. Para nós a Vila e a Fábrica do Biribiri representam o berço ainda vivo do início da industrialização de Minas Gerais. Este sentimento de que a Vila do Biribiri faz parte importante da história da industrialização de Minas Gerais é que nos orgulha e motiva por sua preservação;
5. Atualmente a indústria têxtil, setor de atividade da Estamparia, vem passando momentos difíceis devido à importação de produtos estrangeiros. A importação gera enormes benefícios à sociedade através da redução de preços e valorização dos salários. Cabe à indústria brasileira se preparar para esta situação. Esta preparação exige investimentos intensivos em modernização, de modo a manter-nos competitivos. Por outro lado o tombamento do IEPHA exigiu, além da preservação e conservação do conjunto arquitetônico da Vila do Biribiri, a sua restauração original. Este trabalho é feito por profissionais e técnicos altamente especializados e caros. O nosso foco é indústria têxtil. Não temos como gastar



Rua José Maria de Lacerda, 215 / Cidade Industrial / Contagem / MG
 CEP 32210-120 - Caixa Postal nº 3 - Tel.: (31) 3362-1100 - Fax: (31) 3362-2620
 E-mail: comercial@estamparia.com / diretorio@estamparia.com
 Site: www.estamparia.com



milhões de reais em uma atividade fora de nosso foco. O IEPHA nos cobra esta conduta.

6. A solução encontrada foi pulverizar e democratizar a propriedade do conjunto de casas da Vila do Biribiri. Estes novos proprietários, conforme contrato, devem manter a originalidade da Vila do Biribiri e suas construções, pois agora fazem parte da história industrial de Minas Gerais. Está previsto por estes novos proprietários, através de restauração, conservação e ampliação, investimentos acima de R\$ 2 milhões para os próximos cinco anos. A Estamparia se solidariza ao IEPHA e ao Ministério Público na fiscalização dessa preservação, que foi por tantos anos realizada sozinha por nós, sem orientação especializada. Não temos expertise neste assunto por isso apoiamos as orientações do IEPHA, Ministério Público e outros órgãos ambientais e históricos.
7. A democratização da propriedade da Vila é um importante passo para construção do futuro da Vila do Biribiri. Estes novos proprietários estão motivados, cheios de ideias, energia e formam um grupo heterogêneo que podem ajudar em muito a Vila. Já organizaram uma associação que juntos aos órgãos públicos trarão benefícios para Biribiri. Benefícios que a Estamparia S/A nunca conseguiu obter agindo isoladamente.

Acreditamos que juntos, Estamparia S/A, IEPHA, Ministério Público, Prefeitura de Diamantina e os novos proprietários poderemos mudar o rumo de Biribiri e transformá-la num importante símbolo cultural, turístico, ambiental e industrial de Minas Gerais, pois Biribiri, que ficou tantos anos parada, chamada até de cidade fantasma, merece este destaque.

Atenciosamente.


Estamparia S/A
 Diretoria



Rua José Maria de Lacerda, 215 / Cidade Industrial / Contagem / MG
 CEP 32210-120 - Caixa Postal nº 3 - Tel.: (31) 3362-1100 - Fax: (31) 3362-2620
 E-mail: comercial@estamparia.com / diretoria@estamparia.com
 Site: www.estamparia.com